

As Indústrias de Conteúdos Culturais em Portugal

B. Tendências

B. IX. Acessibilidade aos Conteúdos Públicos

OBERCOM - Observatório da Comunicação

Coordenação: Francisco Rui Cádima

Investigadora: Zélia Martins

Colaborações:

**Alexandra Figueiredo, José António Santos, Maria João Taborda,
Marta Fernandes, Vanda Ferreira**

Janeiro 2000

1. Índice

1. ÍNDICE	2
2. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
3. RELATÓRIO	8
3.1. Introdução	8
3.2. Relatórios Específicos	10
BN- Biblioteca Nacional	11
CPF- Centro Português de Fotografia	25
Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema	37
DGEMN- Direcção - Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	50
IAN/TT- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo	63
IPA- Instituto Português de Arqueologia	79
IPM-Instituto Português de Museus	91
IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico	104
RDP- Radiodifusão Portuguesa	120
Radiotelevisão Portuguesa - Direcção de Arquivos e Documentação	133
4. ANÁLISE DAS POLÍTICAS CULTURAIS NA ÁREA DA DIGITALIZAÇÃO DE CONTEÚDOS CULTURAIS PÚBLICOS - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	146
4.1. A política do sector	146
4.2. Análise global transversal às diferentes entidades que detêm conteúdos culturais públicos	149
5. BIBLIOGRAFIA	155
6. ÍNDICE DE TABELAS	158
7. AGRADECIMENTOS	161
8. NOTA METODOLÓGICA	162
8.1. Construção e aplicação das ferramentas metodológicas	162
8.2. Análise de dados e redacção do Relatório Final	162
8.3 Especificação sobre a Estrutura e Elementos contidos nas Tabelas	163
ANEXO 1: ANÁLISE DOS SITES DAS INSTITUIÇÕES COM PÁGINA NA INTERNET	169
Biblioteca Nacional	170
Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	172
Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo	173
Instituto Português de Arqueologia	175

Instituto Português de Museus	177
Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR)	179
RDP – Radiodifusão Portuguesa	183
RTP - Radiotelevisão Portuguesa, SA	187

ANEXO 2: QUESTIONÁRIO GENÉRICO E ADENDA SOBRE ACESSIBILIDADE AOS CONTEÚDOS CULTURAIS PÚBLICOS	189
--	------------

2. Sumário Executivo

Como se terá oportunidade de verificar no Relatório sobre a Acessibilidade aos Conteúdos Públicos (ponto B. IX), e no sentido de termos uma melhor percepção da questão da digitalização/acessibilidade aos conteúdos culturais públicos, refira-se desde já que esta não é uma questão que se enquadre nos objectivos estratégicos centrais do Ministério da Cultura, embora pontualmente seja referida, aqui e ali, entre as cinco grandes causas da política cultural: a protecção e valorização do património, a defesa do livro e a promoção da leitura, a aposta na criação, a descentralização cultural e a internacionalização da cultura portuguesa.

Daí uma primeira conclusão desta parte específica do estudo, relativa a este facto em concreto. Do nosso ponto de vista, uma estratégia de políticas culturais públicas no âmbito das indústrias de conteúdos não pode esquecer a dimensão digitalização/formatação multimedia e a acessibilidade on-line. Esta é, quanto a nós, uma dimensão de prioridade máxima no âmbito das estratégias centrais na área da cultura, que, no entanto, não teve consecução prática como de início era previsto.

Importa portanto desde já referir que a visualização de uma política pública neste âmbito, pensada através de iniciativas e de diferentes projectos como a Iniciativa Mosaico, a criação da Comissão Interministerial para o Audiovisual, o concurso público de sete títulos em CD-ROM promovido pelo Ministério da Cultura (Diário da República – III Série, nº 221, de 24-9-1997), ou mesmo a empresa Conteúdos, entretanto dissolvida em fase de liquidação, não teve, de facto, à imagem do sucedido com esta última, a melhor continuidade.

Num outro nível e no âmbito da conservação, de um modo geral, todos os organismos por nós contactados e que se disponibilizaram a responder aos nossos questionários ¹ registam um grau razoável de conservação dos espólios /coleções /acervos, tendo sido

¹ Radiotevisão Portuguesa, Radiodifusão Portuguesa, Cinemateca Portuguesa, Centro Português de Fotografia, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Instituto Português do Património

canalizados, nos últimos anos, como se constata nos relatórios relativos às diferentes entidades, recursos financeiros e humanos para esta área, no entanto, referimo-nos apenas a espólios bibliográfico-documentais, fotográficos, audiovisuais e museológicos, excluindo património arquitectónico, relativamente ao qual não nos foi facultada a informação necessária a uma avaliação mais aprofundada da situação relativa a esta entidade.

Genericamente, o grau de digitalização e de formatação multimédia é ainda claramente insuficiente e obedece muitas vezes a critérios de conservação, mas com tendência crescente para a divulgação, registando-se, no entanto, uma evolução no sentido de cada instituto dispor de uma página on-line de informação geral, em alguns casos já detalhada e com alguma interactividade. Das instituições representadas no universo do segmento de estudo, apenas três consideram a digitalização prioritária (RDP, RTP, BN) mas com concepções e níveis diversos de investimento (ver nomeadamente o ponto 4: Análise das políticas culturais na área da digitalização de conteúdos culturais públicos - Conclusões e recomendações).

Regra geral, regista-se nas políticas de utilização e acessibilidade, nomeadamente, em função dos públicos, dos conteúdos e dos tipos de procura, uma regulamentação de carácter genérico. As tendências já referidas confirmam-se, isto é, os organismos públicos não estão ainda preparados para o oferta de espécies, acervos ou espólios específicos às empresas produtoras de conteúdos, nomeadamente, na área multimedia que é hoje um mercado estratégico. A regulamentação nos moldes referidos denota igualmente a inexistência de uma política de rentabilização e a criação de um valor de mercado para os conteúdos culturais.

Estamos, finalmente, perante um aspecto específico da modernização da administração pública, em particular na vertente dos conteúdos culturais públicos, que deve ser encarado com um outro estatuto por parte do Estado e, neste, das instâncias definidoras de políticas estratégicas e orçamentais.

No essencial foram apontados problemas transversais às diferentes áreas/sectores e em cada instituição foram identificados determinados projectos e/ou programas de alguma relevância, o que justifica também considerar que em termos de digitalização/formatação multimedia se está aparentemente a iniciar um processo de não retorno, mas que não está minimamente consolidado, nem sequer enquadrado por uma política transversal no âmbito dos parâmetros definidos pelo Livro Verde para a Sociedade de Informação, os quais pressupõem uma verdadeira abertura e transparência da administração pública e dos conteúdos públicos, culturais ou não, na perspectiva da sociedade digital emergente.

Também nesta perspectiva há que notar a falta de uma visão estratégica devidamente consolidada e aplicada no âmbito da constituição de um grande portal que reúna e disponibilize a partir de um servidor on-line toda a informação disponível na área dos conteúdos culturais públicos portugueses. A experiência deste trabalho mostra que apesar de algumas iniciativas públicas importantes assumidas nos últimos anos em Portugal, não há de facto ainda uma «cultura digital», ou tão pouco uma prioridade ao digital, a presidir às estratégias dos diferentes organismos, o que pode hipotecar uma rápida evolução para um portal on-line dos conteúdos culturais públicos - e eventualmente privados portugueses. Os fluxos criados deveriam provocar, por arrastamento, manifestações de interesse e associação de entidades privadas cada vez mais envolvidas nos novos processos de convergência, que se aglutinam em torno da economia digital emergente e do e-comm.

Da investigação concretizada neste estudo ressalta como óbvio que muito há a fazer, portanto, neste domínio. Dir-se-ia mesmo que tudo está ainda por fazer, tal o grau de digitalização global verificado na análise das diferentes empresas e instituições públicas que trabalham com conteúdos culturais.

Aspectos de menor relevância mas ainda assim de enorme importância, prendem-se com a necessidade de uma política de transparência no fornecimento de dados. Dir-se-ia, no limite, que a informação estatística deve ser aqui entendida como um novo «conteúdo cultural», prévio a todos os outros. E só esse permitirá fornecer informação estratégica aos decisores políticos, aos administradores e inclusivamente ao legislador.

Outra questão prende-se com a formação e a afectação de recursos humanos para estes sectores, que deve ser entendida como prioritária: por um lado na concretização de um saber técnico e fundamental decisivo para a opção estratégica do decisor; por outro lado, para a análise de dados e sistematização de indicadores e informação em geral; ainda, para a reflexão e operacionalidade nas áreas de computação e digitalização e bem assim da própria gestão de produtos e de projectos multimedia.

Por fim, a questão das acessibilidades aos públicos específicos relacionados com o ensino e a investigação, que devem ter um estatuto de prioridade, sobretudo no que se refere aos preços dos acessos, relativamente a entidades terceiras. O que não significa que não se deva dar prioridade a todos aqueles que pretendem utilizar os conteúdos culturais públicos em trabalhos específicos da era digital. Nesse aspecto importa ter uma visão de racionalização de conteúdos numa perspectiva de rendibilização e valorização económica do património público e também com o objectivo estratégico de potenciar e redimensionar as novas indústrias culturais emergentes de onde já não é possível omitir o cruzamento cada vez mais forte, muito em particular, com as indústrias do turismo cultural e do marketing cultural na nova sociedade do conhecimento emergente.

3. Relatório

3.1. Introdução

No que diz respeito ao ponto relativo à Acessibilidade aos Conteúdos Públicos, entendia-se na Proposta Técnica fazer um levantamento dos conteúdos detidos pelo Estado e da sua respectiva situação, grau de conservação, de digitalização sempre que aplicável, para além de pesquisar as políticas de utilização e acessibilidade definidas por esses mesmos organismos.

Alguns problemas transversais neste estudo situavam-se precisamente no acerto do modelo de questionário a desenvolver dado estarmos perante instituições muito diferentes umas das outras. A título de exemplo veja-se que este âmbito particular do estudo se desenvolve entre empresas e institutos que trabalham com diferentes «conteúdos», isto é, por um lado o áudio, o vídeo, o filme, a fotografia e o livro, por outro lado, o património arqueológico, arquitectónico e artístico.

Através de entrevistas face to face e de reuniões parcelares a equipa deste âmbito do estudo foi chegando a modelos mais operacionais, organizando posteriormente, após a recepção das diferentes propostas, as respectivas tabelas, instituição a instituição, procurando-se a homogeneização possível para uma leitura transversal, nomeadamente do quadro global das acessibilidades e do grau de digitalização dos conteúdos culturais públicos.

Assim, os relatórios parcelares das diferentes instituições procuram responder exactamente à preocupação central do estudo, a saber: descrição dos objectivos da entidade, estado de conservação, política de utilização e digitalização desses mesmos conteúdos.

Passamos então a expor a nossa avaliação qualitativa e quantitativa dos sectores inventariados. Dada a dificuldade óbvia em inventariar globalmente de forma quantitativa todo um conjunto vago e disperso de informações, optámos por caracterizar de forma mais específica cada instituição e empresa, sendo o nosso diagnóstico e análise qualitativa/quantitativa feita caso a caso, com as respectivas tabelas, homogeneizadas na medida do possível, e ainda uma informação específica sobre os diferentes obstáculos surgidos no decurso dos trabalhos, também especificados instituição a instituição. O relatório termina com dois anexos, onde introduzimos uma análise dos sites, sempre que disponíveis, das instituições ou empresas em análise e também o questionário-tipo enviado às diferentes entidades.

3.2. Relatórios Específicos

BN- Biblioteca Nacional

1. Características Gerais

A Biblioteca Nacional tem como principais competências o depósito legal de toda a produção intelectual editada em língua portuguesa, sendo detentora de um acervo calculado em cerca de 3 milhões de exemplares, constituído por fundos antigos aos quais se juntaram as incorporações, as aquisições e as obras entradas por imposição do depósito legal, distribuído por quatro tipos de arquivos: Bibliográfico/Documental, Visual, Sonoro e Audiovisual. Como consequência entram pelo Serviço do Depósito Legal uma média de 10.000 títulos por ano.

2. Obstáculos Metodológicos e Processuais

Na resposta ao segmento de estudo em questão, a entidade manifestou receptividade aos questionários enviados, não se registando neste caso, os obstáculos comuns a todas as outros organismos, tendo sido disponibilizados recursos humanos e informação sistematizada.

3. Apreciação Global da Resposta ao Questionário

No que respeita ao teor das respostas, a informação disponibilizada apresenta-se em algumas dimensões inadequada, nomeadamente, no que se refere às designações / áreas temáticas, datação dos respectivos espólios globais e digitalizados. A inadequação é

justificada, de acordo com a instituição, pela dimensão dos próprios arquivos, o que tornaria a desagregação pelas respectivas categorias inoportável. Ainda no âmbito das respostas, constata-se mais um factor transversal a todas as instituições inquiridas, a do preenchimento incompleto dos indicadores económicos. Neste caso, verifica-se um desajustamento da segmentação requerida face à disponível por parte da instituição, justificada pela recente criação do Gabinete das Edições Electrónicas. Verificam-se igualmente lacunas relativamente às receitas e sua respectiva desagregação.

4. Apreciação Específica das Dimensões Contidas no Questionário

4.1. Património/Fundos/Colecções /Arquivos (Tabela 1)

A informação obtida tem um carácter essencialmente quantitativo e estatístico, já que se referem apenas os volumes e designações demasiado genéricas. A desagregação por categorias e subcategorias dos espólios globais revelou-se inoportável dado o volume total e a natureza dos referidos arquivos.

Relativamente à conservação apenas foram obtidas informações genéricas. A respectiva instituição possui uma Divisão de Preservação e Conservação que tem como competências gerir o Programa de Preservação e que consta de três vertentes principais: restauro das colecções, transferência de suportes e recuperação e limpeza de depósitos. Não foram referidos dados mais precisos nem nenhuma avaliação relativamente às instalações e condições dos espólios em depósito, nem a eventuais projectos de preservação e restauro, sendo no entanto de realçar como factor positivo a existência de um departamento específico para o fim em questão

4.2. Digitalização/ Formatação Multimédia (Tabelas 2)

A digitalização é uma das dimensões em que a entidade tem efectuado um esforço no sentido da divulgação dos espólios em sistemas de acesso on-line (Internet/ intranet) e

ainda em off-line (CD-ROM). No domínio dos projectos em curso e previstos, dentro do universo em estudo, a Biblioteca Nacional constitui a instituição com maior número de projectos de digitalização (17), embora parte deles sujeitos a confirmação no plano de actividades deste ano.

Podemos ainda assinalar que dos 17 projectos de digitalização em curso e previstos 14 estarão em acesso on-line, 12 em Internet e 2 em intranet.

Os critérios que presidem à digitalização centram-se essencialmente no acesso ao património bibliográfico português, na difusão de conteúdos culturais à escala nacional e internacional e na facilidade de consulta.

Os obstáculos à digitalização, por seu lado, assentam sobretudo em razões de ordem jurídica, (confidencialidade, segurança do Estado, defesa dos direitos pessoais, direitos de autor e conexos). A entidade refere ainda condicionalismos de ordem financeira (do orçamento do PIDDAC foram disponibilizados em 1998 cerca de 20.000 contos e no ano de 1999, cerca de 10 mil contos). Relativamente a condicionantes de ordem logística e funcional, só desde finais de 1998 a BN possui um gabinete de edições electrónicas (GEDE), dotado de pessoal adequado, não permitindo, no entanto, ainda trabalhos de grande envergadura dada a dimensão do respectivo departamento.

4.3. Políticas de Utilização /Acessibilidade (Tabelas 3)

Os utilizadores da Biblioteca Nacional são maioritariamente pertencentes ao sector do ensino (alunos universitários, mestrandos, doutorandos, professores do ensino superior e secundário) e investigadores. Deste modo, a ausência de informação neste âmbito é justificada pelo facto de os utilizadores serem sobretudo indivíduos e não pessoas colectivas.

A impossibilidade de uma caracterização dos tipos de público invalida a detecção das tendências na procura dos conteúdos culturais de que a entidade é depositária, nomeadamente, ao nível das empresas produtoras de conteúdos culturais.

As condições de acesso estão regulamentadas de uma forma genérica. A respectiva acessibilidade aos conteúdos não é diferenciada em função dos públicos, já que o acesso é sempre efectuado mediante uma anuidade, à excepção das academias nacionais para as quais são praticados descontos especiais (nomeadamente Academia Nacional de Belas Artes e de Geografia).

Nas condições de acesso em função dos tipos de conteúdos, as respostas são pouco conclusivas, mencionando-se apenas a existência de autorização prévia para fundos reservados, sem qualquer especificação.

Relativamente aos tipos de procura, a entidade possibilita a reprodução em vários tipos de suporte (fotocópia, microfilme, imagens digitalizadas).

4.4. Direitos de Autor/Patrimoniais e Propriedade Intelectual (Tabelas 4)

No domínio dos direitos de autor, constata-se uma diferenciação em função dos fins de utilização, que se cinge apenas aos fins comerciais, mencionando a existência de pagamento de direitos de autor, excepto para o caso das imagens, uma vez que a entidade não é depositária das mesmas, razão pela qual, não existe ainda regulamentação.

4.5. Indicadores Económicos (Tabelas 5)

A entidade justifica as lacunas existentes na segmentação do orçamento específico com o facto de os mecanismos de gestão financeira não serem compatíveis com os requeridos e por não se encontrar o orçamento organizado da mesma forma.

5. Interpretação das Respostas ao Questionário

De acordo com os objectivos do estudo, a Biblioteca Nacional constitui a instituição com o maior número de projectos em curso e previstos, existindo neste domínio uma preocupação de carácter público, já que uma grande parte dos mesmos vai estar disponível em Internet.

Por outro lado e de acordo com informações retiradas de uma entrevista dada pelo director da respectiva instituição¹, a concepção de modernização e dinamização da instituição assenta na adesão gradual às novas tecnologias de informação.

Nessa medida a BN participa numa série de projectos internacionais como o NEDLIB (Networked European Deposit Library) cujo objectivo é estudar um modelo de gestão de informação electrónica de forma a possibilitar a sua acessibilidade de futuro, o MALVINE (Manuscripts and Letters via Integrated Networked European) - que visa a articulação de redes de espólios literários de modo a facilitar o seu acesso - ou a Biblioteca Universalis. Neste projecto cada país membro contribui para a constituição de um grande acervo digital que seja característico da cultura de cada estado membro. A mesma fonte refere a existência de um orçamento na ordem dos 100 mil contos para actualização do sistema informático, o que implica investimentos no domínio da formação profissional dos funcionários, sendo este um dos vectores da modernização.

No que respeita à digitalização vai ser instituído um programa que pretende guardar em formato digital livros e revistas pertencentes a espólios reservados e que permitirá a sua edição digital para um público potencial de investigadores, (por ex. a «Bíblia» de Gutenberg, o «Cancioneiro» da Biblioteca Nacional, o espólio de Fernando Pessoa ou a primeira edição de «Os Lusíadas»). Em suma, conteúdos que pela sua raridade e preciosidade têm acesso restrito, estando ainda por determinar o tipo de acesso (On-line /Off-line).

Os projectos para a respectiva modernização estão orçados em cerca de dois milhões de contos de acordo com o referido.

¹ Cf. Suplemento "Fórum Estudante", 11/1/2000

1. Fundos / Coleções / Arquivos / Património

	Tipo	Designação / Áreas temáticas	Volume
Arquivo Bibliográfico/ Documental	Livros	Títulos	2.325.174
		Volumes	835.085
	Periódicos	Volumes	333.074
		Títulos	52.463
		Títulos c/ continuidade no próximo ano	16.198
	Manuscritos	Volumes	71.760
		Documentos avulso	26.480
	Diversos	-	116.604
	Cartografia	-	10.919
	Microfilmes	-	14615 <i>takes</i>
Arquivo Visual	Gravura, fotografia, etc.	-	31 imagens
Arquivo Sonoro	-	-	1.439
Arquivo Audiovisual	-	-	31

2. Digitalização / Formatação Multimédia

	Designação/Áreas Temáticas	Volume	On-line	Off-line	Datação	Realização			
						Pela instituição		Por terceiros	
						N.º funcionários envolvidos	Formação específica/acções formação	Empresas contratadas	Critérios de selecção
Arquivo Bibliográfico/ Documental	Bicentenário de Almeida Garrett	70 documentos; 8.107 imagens	Internet (site comemorativo)	-	-	-	-	-	-
	BVAP - Biblioteca Virtual de Autores Portugueses	19 títulos (17 autores), incluindo 5.460 imagens (3.119 facsimile)	Internet	-	-	-	-	-	-

2.1 Projectos de Digitalização em Curso:

Designação / Áreas temáticas	Suporte	Volume	On-line	Off-line	Calendarização	Realização: Pela instituição*	
						N.º funcionários envolvidos	Formação específica /acções formação
Espólio de Oliveira Martins	papel	214 documentos; 1040 imagens	Intranet	-	-	1 a 5	Engenharia informática; Licenciatura em Ciências da Comunicação
Espólio de Florbela Espanca	papel	39 documentos; 309 imagens	Intranet	-	-		
As Viagens dos Portugueses: Projecto Brasil	papel, diapositivos, fotografia, cartas, mapas, iconografia, manuscritos	-	Internet (site comemorativo)	-	-		
500 anos da Descoberta do Brasil	-	-	Internet (site comemorativo)	-	-		
Cartografia setecentista do Brasil	mapas, cartas, atlas, obra textual em papel, iconografia	-	-	Quiosque	-		
Biblioteca Nacional	mapas, cartas, atlas, obra textual em papel, iconografia, outros	-	Internet	-	-		
Da Efeméride à História - 25 de Abril	papel, cartaz, postais, iconografia vária, fotografia, posters	73 documentos; 430 imagens	Internet (site comemorativo)	-	-		
Porbase	papel, fotografia	-	Internet	-	-		
Bicentenário do nascimento de Almeida Garrett	papel, iconografia, diapositivos, mapas, fotografia, vários	-	Internet (site comemorativo)	-	-		

2.2 Projectos de Digitalização Previstos *:

Designação / Áreas temáticas	Suporte	Volume	On-line	Off-line	Calendarização
Bicentenário do nascimento de José Feliciano de Castilho	papel, manuscritos, iconografia	-	Internet (site comemorativo)	-	26 Janeiro 2000
Exposições patentes ao público - Exposição sobre Imprensa Clandestina em Portugal , 1926-1974	papel, fotografias, equipamento tipográfico	-	Internet	-	-
Centenário da morte de Eça de Queiroz	papel, manuscritos	306 documentos; 3.595 imagens	Internet (site comemorativo)	-	20 Abril 2000
Biblioteca Virtual dos Autores Portugueses	CD-ROM	5.460 imagens	Internet	-	-
Publicações Periódicas de índole Cultural, 1900-1930	papel	-	Internet	CD-Rom	-
Tesouros da BN	papel, fotografia, slide	-	Internet	CD-Rom	-
Arte da Iluminura	Papel, iconografia	-	-	CD-Rom	-
Exposições patentes ao público na BN - Exposição Garrett Político	Manuscritos, papel, fotografia, iconografia vária	-	Internet	-	-

* Projectos sujeitos a confirmação

3. Políticas de Utilização / Acessibilidade

3.1 Públicos: frequência e condições de acesso

Tipos de Público *	Frequência (ordenar de 1 a 6)				
Indiferenciado / Geral	-	-			
Instituições de Ensino	-	-			
Instituições de Investigação	-	-			
Empresas	-	<u>Propriedade</u>	<u>Origem</u>	<u>Sector activ.</u>	<u>Frequência</u>
		-	-	Comunicação Social	-
				Mkt e Publicidade	-
				Cinema/Audiovisual	-
				Indústria	-
				Moda	-
				Edição/Publicação	-
				Turismo	-
				Serviços	-
				Multimédia	-
				Outros	-
Instituições Públicas	-	-			
Fundações	-	-			
Associações	-	-			
Outros	-	-			

3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos

Tipos de conteúdos	Restrições
Fundos reservados	Autorização prévia

3.3 Condições de acesso em função dos públicos *

Tipos de Público							
Instituições de Ensino	Instituições Públicas	Empresas Privadas	Indiferenciado / Geral	Instituições de Investigação	Fundações	Associações	Outros: Academias Nacionais
Gratuito	Pago	Pago	Pago	Pago	Pago	Pago	Descontos especiais

* Todos os tipos de públicos estão sujeitos a uma anuidade de 1.000esc.

3.4 Condições de acesso em função da procura

Tipos de procura	Condições
Consulta	V. Tabelas 3.2 e 3.3
Reproduções	A entidade possibilita a reprodução em fotocópia, microfilme, fotografia, imagens digitalizadas, sendo aplicáveis as limitações impostas pelos Direitos de Autor e Conexos, e as que derivam das próprias condições de consulta das obras.

4. Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual

4.1 Direitos patrimoniais em função dos fins de utilização

Fins	Direitos de Autor
Didáticos	não
Investigação	não
Comerciais	Sim; Para o caso das imagens, não se cobram direitos de autor, uma vez que a entidade é apenas depositária das mesmas.
Outros	não

4.2 Propriedade Intelectual

Tipos de conteúdos que requerem divisão de direitos
A única situação relevante consiste na digitalização de conteúdos que ainda não estejam em domínio público e/ou em que a BN não seja a entidade depositária.

5. Indicadores Económicos (milhares de escudos)

Orçamento total	Orçamento específico p/ conteúdos culturais *
1.627	-

* 5.1 Orçamento específico para conteúdos culturais - Segmentação (milhares de escudos):

	1997		1998		1999 (estimativa)		2000 (estimativa)	
	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos
Total	-	-	20.000	-	10.000	-	-	-
Digitalização/multimédia c/ recursos próprios	-	-	20.000	-	10.000	-	-	-
Digitalização/Multimédia c/ recursos externos	-	-	0	-	0	-	-	-
Produção	-	-	-	-	-	-	-	-
Marketing/Publicidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-
Edição	-	-	-	-	-	-	-	-
Formação	-	-	-	-	-	-	-	-
Conservação/Restauro	-	-	-	-	-	-	-	-
Obs.	A segmentação do orçamento específico não é facilmente desdobrável, dado o recente estabelecimento do GEDE, e não estarem ainda contabilizadas de forma específica as despesas correntes e de investigação que lhe estão afectas							

5.2 Receitas (milhares de escudos)

Desagregação por áreas de receitas:		
Áreas	Receitas	%
Total	125.000	100
Mecenato	-	-
Bilheteira	-	-
Direitos	-	-
Prestação de serviços	-	-
Loja/publicações/vendas	125.000	100
Fundos comunitários	-	-
Patrocínios/apoio de privados	-	-
Arrendamento de espaços	-	-
Subsídios estatais	-	-
Obs.	O volume total de receitas é relativo à venda da BVAP. A BN não dispõe de um mapa de desagregação das receitas que permita responder aos itens solicitados	

CPF- Centro Português de Fotografia

1. Características Gerais

O Centro Português de Fotografia tem como competências apoiar a criação e a difusão dos produtores fotográficos contemporâneos, a circulação das colecções a intervenção ou cooperação em mostras nacionais ou internacionais.

Tem ainda como atribuições a supervisão de todos os arquivos de interesse nacional, públicos ou privados, nas suas vertentes de inventariação e classificação de espécies fotográficas, de manutenção, actualização e rentabilização através da Rede Nacional de Arquivos e dos apoios a outros arquivos que o solicitem ou necessitem de intervenção.

Compete ainda à entidade dar continuidade à Colecção Nacional de Fotografia que inclui espécimes valiosos nacionais e internacionais e ainda apoiar as áreas da formação e da investigação.

2. Obstáculos Processuais e Metodológicos

As dificuldades foram inúmeras apesar da grande receptividade manifestada pela respectiva instituição, nomeadamente, no que respeita às designações /áreas temáticas, datação e na obtenção dos indicadores económicos. De um modo geral, as lacunas não permitem traçar um quadro da situação actual e as tendências de forma rigorosa.

3. Apreciação Global da Resposta ao Questionário

De uma forma geral a resposta não foi totalmente satisfatória já que não foram obtidas informações numa grande parte das dimensões do respectivo questionário, como foi referido no ponto anterior.

4. Apreciação Específica das Dimensões do Questionário

4.1 Fundos/Colecções /Arquivos/Património (Tabela 1)

O Arquivo Fotográfico é constituído por cerca de dois milhões imagens, englobando arquivos dependentes da respectiva entidade, nomeadamente, o Arquivo de Fotografia do Porto e de Lisboa e a Colecção Nacional de Fotografia.

Os arquivos globais existentes (fotográfico, audiovisual e bibliográfico/documental) encontram-se em depósitos de arquivo ou em utilização com condições adequadas, nomeadamente, no que respeita ao controlo de humidade e temperatura, mantendo níveis estáveis.

4.2. Digitalização/Formatação Multimédia (Tabelas 2)

Os valores digitalizados relativamente aos espólios globais são ínfimos, na ordem dos 0,75% para o arquivo fotográfico e 0,4 % para o arquivo bibliográfico documental, o que significa um dos graus mais baixos neste âmbito, dentro do universo estudado. Encontram-se ainda em curso e previstos sete projectos de digitalização (Tabela 2a e 2b), todos com acesso off-line (CD-ROM) que abrangem vários arquivos e colecções existentes distribuídos por casas e

autores (Aurélio da Paz dos Reis, Casa Alvão & C.^a etc.). A digitalização obedece a critérios de facilidade de consulta e de difusão.

Os condicionalismos destacados são essencialmente de ordem financeira e logística, envolvendo as dificuldades de espaço próprio e falta de recursos humanos.

4.3. Políticas de Utilização/Acessibilidade (Tabelas 3)

O acesso aos arquivos é público, gratuito e integral a todos os espólios, excepto para a conservação das espécies. Assim as condições variam em função dos conteúdos e dos tipos de procura, nestes últimos são discriminadas as reproduções de imagens sujeitas a uma tabela de preços constante do Despacho n.º 637/98 de Março, publicados na 2ª Série do Diário da República. Neste despacho constata-se nomeadamente que há um apoio claro à reprodução de espécies para utilização em trabalhos de estudo ou de investigação, relativamente à reprodução de espécies para utilização publicitária, editorial ou para exposição.

4.4. Direitos de Autor/Patrimoniais e Propriedade Intelectual (Tabelas 4)

Não são referidas quaisquer informações sobre esta dimensão do questionário, muito embora o despacho n.º 637/98 sistematize os valores colocados na utilização das espécies em arquivo, exigindo referência à sua origem (nome do fotógrafo/coleção) e a menção CPF/MC, com entrega obrigatória de dois exemplares das obras/trabalhos à Biblioteca do CPF.

4.5. Indicadores Económicos (Tabelas 5)

Não se obtiverem respostas para qualquer um dos indicadores económicos solicitados (orçamento global, específico e receitas).

5. Interpretação das Respostas ao Questionário

As lacunas evidentes inviabilizam uma análise detalhada da instituição relativamente aos três grandes objectivos estratégicos. Apesar disso, é notório o grau ínfimo de digitalização, embora estejam em curso e previstos 7 projectos, todos em CD-ROM, privilegiando a vertente conservação, o que remete a divulgação para um plano secundário. Por outro lado, a ausência de estimativas para o corrente ano relativas às áreas do orçamento específico (nas quais se inclui a digitalização), inviabiliza a avaliação de tendências sobre a respectiva dimensão. Do mesmo modo não é possível efectuar uma análise comparativa face aos anos anteriores.

No domínio da conservação apenas é possível referir os dados obtidos que se limitam à enunciação de condições adequadas para os conteúdos culturais em depósito, sem menção do estado de conservação dos mesmos.

A informação obtida sobre as condições de acesso aos espólios permite referir que existe uma regulamentação de carácter genérico, embora com uma clara distinção entre acessibilidade com fins comerciais e fins científicos.

1. Fundos / Colecções / Arquivos / Património

	Volume Total	Designação / Áreas temáticas	Suporte	Formato	Datação
Arquivo Fotográfico	2.000.000 imagens (engloba Arquivos dependentes do CPF)	Arquivo de Fotografia do Porto	-	-	predominantemente 1890-1950
		Arquivo de Fotografia de Lisboa	-	-	predominantemente 1930-70
		Colecção Nacional de Fotografia	-	-	predominantemente 2. ^a 1/2 séc. XX
Arquivo Audiovisual	5 unidades	-	cassetes	VHS	-
Arquivo Bibliográfico / Documental	-	Livros	2.500	-	-
		Outra documentação	250 metros lineares	-	-
Arquivo de Maquinaria e Equipamento	30 m ³	-	-	-	-

2. Digitalização / Formatação Multimédia

	Designação / Áreas temáticas	Volume	Online	Offline	Datação	Realização			
						Pela instituição		Por terceiros	
						N.º funcionários envolvidos	Formação específica/ acções formação	Empresas contratadas	Critérios de selecção
Arquivo Fotográfico	-	c.d. 15.000 imagens	-	-	-	-	-	-	-
Arquivo Bibliográfico/ Documental	-	c.d. 1 metro linear	-	-	-	-	-	-	-

2.1 Projectos de Digitalização em Curso:

Designação / Áreas temáticas	Suporte	Volume	Online	Offline	Calendarização	Realização			
						Pela instituição		Por terceiros	
						N.º funcionários envolvidos	Formação específica/ acções formação	Empresas contratadas	Critérios de selecção
Arquivo Aurélio da Paz dos Reis	-	-	-	CD-Rom	-	-	-	-	-
Arquivo da Casa Alvão & C. ^a	-	-	-		-	-	-	-	-
Arquivo Marques Abreu	-	-	-		-	-	-	-	-
Arquivo Emílio Biel	-	-	-		-	-	-	-	-
Arquivo do Secretariado Nacional de Informação	-	-	-		-	-	-	-	-
Arquivo Joshua Benoliel	-	-	-		-	-	-	-	-
Colecção Nacional de Fotografia	-	-	-		-	-	-	-	-

2.2 Projectos de Digitalização Previstos:

Designação / Áreas temáticas	Suporte	Volume	On-line	Off-line	Calendarização
Arquivo Aurélio da Paz dos Reis	-	-	-	-	-
Arquivo da Casa Alvão & C. ^a	-	-	-	-	-
Arquivo do Secretariado Nacional de Informação	-	-	-	-	-
Colecção Nacional de Fotografia	-	-	-	-	-

3. Políticas de Utilização / Acessibilidade

3.1 Públicos: frequência e condições de acesso

Tipos de Público	Frequência (ordenar de 1 a 6)				
Indiferenciado / Geral	-	-			
Instituições de Ensino	-	-			
Instituições de Investigação	-	-			
Empresas	-	<u>Propriedade</u>	<u>Origem</u>	<u>Sector activ.</u>	<u>Frequência</u>
		-	-	Comunicação Social	-
				Mkt e Publicidade	-
				Cinema/Audiovisual	-
				Indústria	-
				Moda	-
				Edição/Publicação	-
				Turismo	-
				Serviços	-
				Multimédia	-
Outros	-				
Instituições Públicas	-	-			
Fundações	-	-			
Associações	-	-			
Outros	-	-			

3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos

Tipos de conteúdos	Restrições
Espólios em mau estado de conservação	-

3.3 Condições de acesso em função dos públicos

Tipos de Público							
Instituições de Ensino	Instituições Públicas	Empresas Privadas	Indiferenciado / Geral	Instituições de Investigação	Fundações	Associações	Outros
Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito

3.4 Condições de acesso em função da procura

Tipos de procura	Condições
Reprodução	De acordo com a tabela de preços.

4. Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual

4.1 Direitos patrimoniais em função dos fins de utilização

Fins	Direitos de Autor
Didáticos	-
Investigação	-
Comerciais	-
Outros	-

4.2 Propriedade Intelectual

Tipos de conteúdos que requerem divisão de direitos
-

5. Indicadores Económicos (milhares de escudos)

Orçamento total	Orçamento específico p/ conteúdos culturais *
-	-

* 5.1 Orçamento específico para conteúdos culturais - Segmentação (milhares de escudos):

	1997		1998		1999		2000	
	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos
Total	-	-	-	-	-	-	-	-
Digitalização/multimédia c/ recursos próprios	-	-	-	-	-	-	-	-
Digitalização/Multimédia c/ recursos externos	-	-	-	-	-	-	-	-
Produção	-	-	-	-	-	-	-	-
Marketing/Publicidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-
Edição	-	-	-	-	-	-	-	-
Formação	-	-	-	-	-	-	-	-
Conservação/Restauro	-	-	-	-	-	-	-	-

5.2 Receitas (milhares de escudos)

Desagregação por áreas de receitas:		
Áreas	Receitas	%
Total	-	-
Mecenato	-	-
Bilheteira	-	-
Direitos	-	-
Prestação de serviços	-	-
Loja/publicações/vendas	-	-
Fundos comunitários	-	-
Patrocínios/apoio de privados	-	-
Arrendamento de espaços	-	-
Subsídios estatais	-	-

Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema

1. Características Gerais

A Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema no âmbito das obrigações do Estado no campo da defesa do património e do direito dos cidadãos ao conhecimento e à cultura tem como atribuições a protecção e preservação do património relacionado com as imagens em movimento, a promoção do conhecimento da história do cinema, contribuindo para o desenvolvimento da cultura cinematográfica e assegurando a manutenção dos valores culturais específicos que ao cinema estão associados.

2. Obstáculos Processuais e Metodológicos

Após a apresentação das diversas dimensões e objectivos, foram inventariados os obstáculos que se manifestaram na obtenção de informação de carácter qualitativo, nomeadamente, na desagregação dos respectivos espólios por categorias (designações / áreas temáticas, datação, suportes, formatos) e ainda nas referentes aos indicadores económicos e à caracterização dos públicos.

Assim foram efectuadas tentativas de adequação através do estabelecimento de critérios compatíveis com a informação disponível por parte da instituição. Neste âmbito optou-se por solicitar a desagregação por categorias mais abrangentes na dimensão dos espólios globais, no sentido de evitar a ausência total de informação.

Os resultados dos esforços foram positivos, tendo a instituição manifestado receptividade às tentativas de adaptação.

3. Apreciação Global da Resposta ao Questionário

A entidade forneceu informação de carácter maioritariamente quantitativo nas dimensões dos arquivos globais e indicadores económicos e de carácter qualitativo nas restantes dimensões. Comparativamente a algumas das instituições que constituem o universo do estudo, as respostas dadas pela instituição foram consideradas satisfatórias.

4. Apreciação Específica das Dimensões Contidas no Questionário

4.1. Fundos/Colecções/Arquivos/ Património (Tabela 1)

A entidade é depositária de dois tipos de arquivos (Colecção Fílmica e não Fílmica), cujas diferenças terminológicas se destacam face a algumas instituições com arquivos do mesmo tipo (arquivos bibliográficos/documentais).

As condições de conservação são consideradas adequadas relativamente aos dois tipos de arquivos. Todos os depósitos do ANIM são climatizados, existindo acondicionamento ambiental no que respeita aos níveis de temperatura e humidade. De acordo com as características intrínsecas dos materiais (essencialmente de natureza físico-química), os valores adoptados são os ideais caso a caso. Assim, as condições mais rigorosas são aplicáveis ao depósito onde se encontram arquivadas as matrizes de filmes coloridos (com 4° C de temperatura e com 30% de humidade relativa), sendo os níveis ambientais, preconizados para o caso dos filmes a preto e branco, ligeiramente menos extremos (12 ° C e 30% HR). No caso particular do depósito para novos suportes videográficos, além de acondicionamento ambiental (com 18° C e 50% HR), existe ainda protecção contra as interferências electromagnéticas externas.

A actividade de preservação e restauro do património arquivado, com particular relevância para o caso da produção nacional de imagens em movimento, é um dos objectivos estatutários fundamentais de entidade e do seu Departamento ANIM. Nesse

sentido e anualmente existem programas PIDDAC específicos para a salvaguarda desse património (e cujo âmbito vai desde a preservação dos suportes mais antigos, em nitrato de celulose, às produções nacionais mais recentes dos anos 80 e 90).

4.2. Digitalização/Formatação Multimédia (Tabelas 2)

Dos arquivos existentes, apenas o bibliográfico dispõe de documentos digitalizados, no âmbito dos recortes de imprensa, constituindo 4,8% da totalidade dos respectivos recortes, resultado pouco significativo relativamente à globalidade das colecções. Estão igualmente em curso e previstos cerca de 4 projectos todos com acesso apenas em rede interna (intranet).

A digitalização dos respectivos documentos baseia-se em critérios que decorrem das necessidades de optimização do espaço e da conservação e facilidade de consulta, sendo os condicionalismos essencialmente de ordem jurídica, o que coloca a impossibilidade de disponibilização em qualquer tipo de suporte.

A digitalização não é em si mesma um fim da actividade desenvolvida normalmente pelo ANIM, no cumprimento dos seus objectivos estatutários. Não existe assim nenhum projecto de duplicação integral ou parcial da colecção de imagens em movimento. Como critério de conservação, a digitalização não é adoptada pela entidade que estabelece como predominante o procedimento da transferência para suportes de natureza idêntica à do original (por exemplo, o da transferência de imagens em suporte de película cinematográfica em nitrato para película cinematográfica em tricetato ou polyester) através das tecnologias fotográficas e químicas que são as específicas do cinema.

A transferência para suporte digital só se aplica em casos pontuais com a emergência de um novo mercado audiovisual para as imagens de arquivo. Esta, prende-se sobretudo com o fornecimento de imagens a operadores externos, culturais e comerciais, procedendo-se à transferência de imagens (em telecinema) do suporte original em película para suporte magnético/videográfico, com a reprodução em formatos profissionais digitais e analógicos.

Por outro lado, está previsto, mas ainda em estado embrionário, o projecto de fornecimento público de dados, por exemplo, os referentes à filmografia da produção nacional em formato digital (*data*) recorrendo às novas tecnologias da comunicação (on-line: Internet).

4.3. Políticas de Utilização/ Acessibilidade (Tabelas 3)

As condições de acesso variam em função dos públicos, dos conteúdos e tipos de procura, mas as respostas recolhidas não são suficientemente claras nem desagregam a respectiva informação.

Os condicionalismos passam pela análise da situação patrimonial de determinada obra e da legislação em vigor sobre os direitos de autor e sobre os direitos de exploração e ainda dos acordos realizados com os diversos depositantes.

4.4.Direitos de Autor /Patrimoniais e Propriedade Intelectual (Tabelas 4)

A Cinemateca não cobra direitos de autor, mas apenas a reprodução efectuada.

4.5.Indicadores Económicos (Tabelas 5)

Nos indicadores económicos, em particular na rubrica do orçamento específico são referidos apenas os valores para a digitalização no ano de 1997, o que não deixa boas perspectivas para a futura evolução neste âmbito.

5. Interpretação das Respostas do Questionário

Traçar o quadro actual e futuro da instituição relativamente aos três objectivos estratégicos, significa sublinhar a existência de uma concepção de conservação que ao contrário do que acontece em instituições como a RDP, não se relaciona directamente

com o processo de digitalização. A concepção de preservação subjacente à entidade tem um carácter rigoroso e assenta na manutenção do mesmos tipos de suporte, justificável provavelmente por se tratar de um museu que visa preservar não apenas conteúdos mas materiais, suportes e formatos.

A digitalização ao nível do arquivo bibliográfico/documental não é igualmente uma das prioridades da instituição, sendo-o apenas nos casos em que o estado dos documentos invalidam a sua consulta (recortes de imprensa e livros antigos). De qualquer modo, não subjazem neste domínio critérios de divulgação pública, já que os projectos de digitalização visam apenas o acesso por rede interna (intranet). Não se perspectiva assim uma concepção de modernização assente nas novas tecnologias da comunicação e muito menos ainda como novos modos de rentabilização dos conteúdos culturais depositados, embora como já foi referido, esteja em processo de gestação (ainda embrionário) uma base de dados sobre filmografia portuguesa.

Relativamente às Políticas de Utilização/Acessibilidade as respostas são demasiado vagas para permitir analisar esta dimensão, nomeadamente saber se a regulamentação prevê a existência de novos tipos de públicos com novas necessidades.

1. Fundos / Coleções / Arquivos / Património

	Volume Total	Designação / Áreas temáticas	Volume por Designação	Suporte	Formato	Datação
Colecção Fílmica	11.460 títulos	Produção nacional	5.730	Filme	Vários	-
		Produção estrangeira	5.730			
		Curta-metragem	7.640			
		Longa-metragem	3.820			
	-	Produções televisivas e independentes, documentais e ficção	200 títulos	Vídeo	Analógico ou digital	-
Colecção Não Fílmica	-	Monografias	18.000	-	-	-
		Publicações periódicas	1.700 títulos	-	-	-
		Cartazes de filmes portugueses e estrangeiros	12.000	-	-	-
		Guiões de filmes (não impressos)	1.730	-	-	-
		Postais	4.600	-	-	-
		Programas de filmes estreados em Portugal	6.500	-	-	-
		Recortes de imprensa	250.000	-	-	-
		Press-sheets (material publicitário)	5.700	-	-	-
		Provas	800.000	-	-	-
		Diapositivos	10.000	-	-	-
		Negativos	21.000	-	-	-

2. Digitalização / Formatação Multimédia

	Designação / Áreas temáticas	Volume	On-line	Off-line	Datação	Realização			
						Pela instituição		Por terceiros	
						N.º funcionários envolvidos	Formação específica/ acções formação	Empresas contratadas	Critérios de selecção
Colecção Não Fílmica	Recortes de Imprensa (correspondentes a títulos de filmes portugueses, estrangeiros e assuntos relativos a cinema)	12.000 (30 títulos de filmes)	Intranet	-	-	-	-	-	-

2.1 Projectos de Digitalização em Curso:

Designação / Áreas temáticas	Suporte	Volume	On-line	Off-line	Calendarização	Realização			
						Pela instituição		Por terceiros	
						N.º funcionários envolvidos	Formação específica/acções formação	Empresas contratadas	Critérios de selecção
Restantes recortes de imprensa nacional sobre cinema português e estrangeiro	-	-	Intranet	-	-	-	-	-	-

2.2 Projectos de Digitalização Previstos:

Designação / Áreas temáticas	Suporte	Volume	On-line	Off-line	Calendarização
Digitalização de alguns documentos únicos: Livro do Padre Kitchner (capítulos da Lanterna Mágica: séc. XVII)	-	-	Intranet	-	-
Cartazes	-	-	Intranet	-	-
Fotografias	-	-	Intranet	-	-

3. Políticas de Utilização / Acessibilidade

3.1 Públicos: frequência e condições de acesso

Tipos de Público	Frequência (ordenar de 1 a 6)				
Indiferenciado / Geral	1	-			
Instituições de Ensino	2	-			
Instituições de Investigação	3	-			
Empresas *	6	Propriedade	Origem	Sector activ.	Frequência
		-	-	Comunicação Social	1
				Mkt e Publicidade	6
				Cinema/Audiovisual	3
				Indústria	6
				Moda	6
				Edição/Publicação	2
				Turismo	6
				Serviços	6
				Multimédia	6
Outros	6				
Instituições Públicas	6	-			
Fundações	6	-			
Associações	6	-			
Outros	6	-			

* Ver "Cinematheca Portuguesa - Museu do Cinema" no Relatório Final para anotações metodológicas a esta resposta.

3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos

Tipos de conteúdos *	Restrições
-	-

* Para alguns dos conteúdos (não designados pela entidade) o acesso é restrito, excepto no âmbito de projectos de investigação, casos em que a consulta é permitida (reprodução interdita).

3.3 Condições de acesso em função dos públicos e da procura

Tipos de Procura	Tipos de Público							
	Instituições de Ensino	Instituições Públicas	Empresas Privadas	Indiferenciado / Geral	Instituições de Investigação	Fundações	Associações	Outros
Consulta	-	gratuito	gratuito	gratuito	gratuito	gratuito	gratuito	gratuito
Reprodução documental *	-	pago	pago	pago	pago	pago	pago	pago

* O pagamento é diferenciado em função dos tipos de públicos, sem que tenham sido especificadas, na resposta da entidade, as variações respectivas.

4. Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual

4.1 Direitos patrimoniais em função dos fins de utilização

Fins	Direitos de Autor
Didáticos	não
Investigação	não
Comerciais	A averiguação dos direitos de autor cabe ao utilizador que pretenda reproduzir uma imagem. A cinemateca não cobra directamente direitos de autor, mas apenas a reprodução efectuada.
Outros	não

4.2 Propriedade Intelectual

Tipos de conteúdos que requerem divisão de direitos
-

5. Indicadores Económicos (milhares de escudos)

Orçamento total	Orçamento específico p/ conteúdos culturais *
1.023.566	626.569

* 5.1 Orçamento específico para conteúdos culturais - Segmentação (milhares de escudos):

	1997		1998		1999 (valores provisórios)		2000 (estimativa)	
	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos
Total	194.499	177.482	249.813	324.022	365.866	324.815	335.766	156.000
Digitalização/multimédia c/ recursos próprios	-	-	-	-	-	-	-	-
Digitalização/Multimédia c/ recursos externos	2.633	-	-	-	-	-	-	-
Produção	-	-	-	-	-	-	-	-
Marketing/Publicidade (Divulgação)	33.685	-	37.398	-	50.000	-	50.000	-
Aquisições	-	177.482	-	324.022	-	324.815	-	156.000
Edição	10.874	-	24.716	-	60.000	-	28.000	-
Formação	-	-	-	-	-	-	-	-
Conservação/Restauro	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras: Despesas com Pessoal	147.307	-	187.699	-	255.866	-	257.766	-

5.2 Receitas (milhares de escudos)

Desagregação por áreas de receitas:		
Áreas	Receitas	%
Total	1.012.974	100
Mecenato	-	-
Bilheteira	9.104	0,90
Direitos	-	-
Prestação de serviços	12.347	1,22
Loja/publicações/vendas	4.146	0,41
Fundos comunitários	-	-
Patrocínios/apoio de privados	36.761	3,63
Arrendamento de espaços	-	-
Subsídios estatais	-	-
Outras: Taxas de Exibição	450.388	44,46
Outras: Amigos da Cinemateca	571	0,06
Outras: Juros bancários	1.805	0,18
Outras: Reposições	60	0,01
Outras: Orçamento de Estado + PIDDAC	497.792	49,14

DGEMN- Direcção - Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

1. Características Gerais

A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) é das entidades que integram o universo do segmento do estudo, a única sob a tutela do Ministério do Equipamento Social.

A instituição tem como competências e atribuições a concepção, o planeamento e a coordenação das actividades relacionadas com a construção, remodelação e conservação dos edifícios do sector público do Estado, com a salvaguarda e valorização do património arquitectónico (no que se refere ao projecto, obras, inventário e divulgação das actividades), instalação dos serviços públicos à sua guarda e a avaliação e promoção da qualidade da construção.

A DGEMN, enquanto organismo da administração central responsável, durante os últimos setenta anos, pela intervenção em património classificado e pela instituição de serviços públicos, é herdeira do acervo documental de organismos anteriormente responsáveis por estas áreas. Assim, reúne um dos repositórios arquivísticos sobre património arquitectónico.

2. Obstáculos Processuais e Metodológicos

Os contactos efectuados visaram a apresentação dos objectivos e esclarecimento das diversas dimensões do inquérito. Os obstáculos mais frequentes incidiram sobre as respostas às rubricas dos indicadores económicos (orçamento global e orçamento específico para bens culturais e despesas efectuadas com a formação), sobre as lacunas

referentes à digitalização/formatação multimédia, designadamente informações sobre os projectos realizados e responsáveis pelo respectivo processo, indicação do tipo de acesso (on-line/off-line), desagregação por designações/áreas temáticas e datação dos espólios globais.

Para ultrapassar as referidas dificuldades foram realizados contactos directos de modo a adequar da melhor forma a informação disponibilizada pela instituição.

3. Apreciação Global da Resposta ao Questionário

Ultrapassados os obstáculos através dos contactos já referidos foi possível obter informação num grau que podemos considerar satisfatório, já que de algum modo foram recolhidas respostas sobre as principais dimensões, à excepção das receitas e de algumas rubricas do orçamento específico.

4. Apreciação Específica das Dimensões Contidas no Questionário

4.1. Património/ Arquivos/ Colecções (Tabela 1)

4.2. Digitalização/ Formatação Multimédia (Tabelas 2)

Das entidades que têm como atribuições gerir o património arquitectónico, (apesar da diversidade de competências inerentes a cada uma), a DGEMN constitui o organismo com um maior espólio digitalizado neste âmbito específico. De destacar, o Inventário do Património Arquitectónico (IPA), com cerca de 7 mil fichas referentes a registos de imóveis, com acesso em Internet e intranet.

Ainda no âmbito do património arquitectónico, a DGEMN é a entidade com o maior volume de desenhos de arquitectura e engenharia (cerca de 200 mil peças) com acesso em Internet e intranet.

Relativamente ao grau percentual de digitalização apenas é possível fornecer dados relativos ao arquivo fotográfico, sendo o valor digitalizado da ordem dos 4,8 %. De qualquer modo está em curso a digitalização do restante espólio, sendo o tipo de acesso igualmente on-line e off-line.

A digitalização levada a cabo pela DGEMN obedece a critérios de facilidade de consulta, racionalização do espaço, preservação e conservação dos suportes de origem.

Os condicionalismos à digitalização colocam-se principalmente no plano jurídico (confidencialidade, segurança do Estado, defesa dos direitos pessoais, direitos de autor e conexos).

4.3. Políticas de Utilização/Acessibilidade (Tabelas 3)

As condições de acesso variam, de um modo geral, em função dos tipos de conteúdos e dos tipos de procura. Nos tipos de conteúdos, a entidade menciona a existência de restrições (acesso restrito/autorização prévia) na consulta de determinados tipos de arquivos, nomeadamente, os referentes à instalação de serviços públicos, ao património arquitectónico privado e aos dados pessoais. Nos tipos de procura, é mencionada a reprodução documental como uma forma de utilização paga, de acordo com a tabela de preços praticada, a qual não nos é fornecida.

4.4. Direitos de Autor /Patrimoniais e Propriedade Intelectual (Tabelas 4)

A entidade não refere direitos patrimoniais nem de autor relativamente a qualquer fim de utilização, nem a alienação da propriedade intelectual.

4.5. Indicadores Económicos (Tabelas 5)

Os valores apresentados para o orçamento global não incluem as verbas das instituições privadas e públicas com as quais a entidade trabalha, como é o caso da Igreja e outras. Por outro lado, é de realçar que nas rubricas apresentadas na segmentação do orçamento específico, esta entidade é a única a fornecer os valores para digitalização efectuada, quer com recursos internos como externos e respectivas despesas na área da formação. De assinalar ainda que se trata da única instituição que refere estimativas de investimentos significativos na área de publicação (9.430 contos para 2000).

5. Interpretação das Respostas ao Questionário

A DGEMN é (dentro das instituições ligadas ao património arquitectónico) a que reúne um mais elevado volume de conteúdos digitalizados, com acesso on-line (Internet/intranet), nomeadamente, um inventário com cerca de 7 mil fichas, desenhos de arquitectura e de engenharia, a edição electrónica da revista *Monumentos* e 4,8% do arquivo fotográfico digitalizado. A análise comparativa tem em linha de conta as respostas recolhidas no questionário do Instituto Português do Património Arquitectónico², onde se verifica que o volume digitalizado é ainda pouco significativo.

² Cf. Relatório e tabelas do IPPAR

1. Fundos / Coleções / Arquivos / Património

	Designação / Áreas temáticas	Volume	Suporte	Datação
Arquivo Fotográfico	Arquitectura civil, militar, religiosa	250.000 peças	vidro; zinco; daguerreótipos	séc. XIX - anos 90
Arquivo Audiovisual	-	25 CDs; 1 vídeo	-	séc. XX
Arquivo Bibliográfico/ Documental	Arquitectura; sociologia; história da arte; ambiente; arqueologia; engenharia; história; etnologia; monografias regionais; obras públicas; urbanismo; legislação dos PDMs; informática	6.000 monograf.	-	sécs. XIX-XX
	Processos administrativos: proc. pessoais, proc. de obras	7.000 metros lineares	-	sécs. XVIII e XIX (alguns documentos); desde 1929
	Publicações periódicas (incluindo revista Monumentos)	451 títulos	-	séc. XX
	-	131 boletins	-	1935 - 1990

2. Digitalização / Formatação Multimédia

	Designação / Áreas temáticas	Volume	On-line	Off-line	Datação	Realização			
						Pela instituição		Por terceiros	
						N.º funcionários envolvidos	Formação específica/acções formação	Empresas contratadas	Critérios de selecção
Arquivo Fotográfico	Jardins históricos; centros históricos; sítios; fotografias aéreas	40.000	Intranet Internet	-	-	1	Licenciatura	Luis Pavão, Lda.	-
Arquivo Bibliográfico/ Documental	Inventário do Património Arquitectónico (IPA): registos de imóveis, conjuntos e sítios, a partir de documentos textuais, imagens e desenhos	7.000 fichas	Intranet Internet	-	-	-	-	-	-
	Desenhos de arquitectura e engenharia	200.000 peças	Intranet Internet	-	-	4 funcionários; 4 avançados; 16 estagiários	Licenciatura e pós-graduação em ciências documentais	Microfil, Lda.	-
	Revista Monumentos (sumários)	-	Internet	-	-	-	-	-	-
	Boletins	-	-	CD-Rom	-	Todos os funcionários	Licenciatura, pós-graduação, doutoramento	Solução Integral, Lda.; Grupo Fórum - Caderno Verde	-

2.1 Projectos de Digitalização em Curso:

Designação / Áreas temáticas	Suporte	Volume	On-line	Off-line	Calendarização	Realização			
						Pela instituição		Por terceiros	
						N.º funcionários envolvidos	Formação específica/acções formação	Empresas contratadas	Critérios de selecção
Arquivo fotográfico	-	210.000	-	-	desde 1996	-	-	-	-
Desenhos e cartografia sobre arquitectura e engenharia	-	30.000	-	-	-	-	-	-	-
Edição digital da revista Monumentos; projectos multimédia sobre património arquitectónico (n.ºs esgotados)	-	-	Internet	-	-	-	-	-	-

2.2 Projectos de Digitalização Previstos:

Designação / Áreas temáticas	Suporte	Volume	On-line	Off-line	Calendarização
Processos administrativos	-	A definir, c/ base na selecção dos 7.000 metros disponíveis	-	-	-

3. Políticas de Utilização / Acessibilidade

3.1 Públicos: frequência e condições de acesso

Tipos de Público		Frequência (ordenar de 1 a 6)			
Indiferenciado / Geral	2	-			
Instituições de Ensino	1	-			
Instituições de Investigação	3	-			
Empresas	5	<u>Propriedade</u>	<u>Origem</u>	<u>Sector activ.</u>	<u>Frequência</u>
		Pública/ Privada	Nacional/ Estrangeira	Comunicação Social	2
				Mkt e Publicidade	4
				Cinema/Audiovisual	5
				Indústria	3
				Moda	5
				Edição/Publicação	1
				Turismo	3
				Serviços	2
				Multimédia	3
Outros	-				
Instituições Públicas	4	-			
Fundações	5	-			
Associações	4	-			
Outros: Autarquias	4	-			

3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos

Tipos de conteúdos	Restrições
Arquivos sobre instalação de serviços públicos	Acesso restrito; autorização prévia
Arquivos sobre património arquitectónico privado	Acesso restrito; autorização prévia
Arquivos contendo dados pessoais	Acesso restrito; autorização prévia

3.3 Condições de acesso em função dos públicos e da procura

Tipos de Procura	Tipos de Público							
	Instituições de Ensino	Instituições Públicas	Empresas Privadas	Indiferenciado / Geral	Instituições de Investigação	Fundações	Associações	Outros
Consulta	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito
Reprodução documental	Estudantes: 50% desconto	Pago (de acordo c/ Preçário)	Pago (de acordo c/ Preçário)	Pago (de acordo c/ Preçário)	Pago (de acordo c/ Preçário)	Pago (de acordo c/ Preçário)	Pago (de acordo c/ Preçário)	Pago (de acordo c/ Preçário)

4. Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual

4.1 Direitos patrimoniais em função dos fins de utilização

Fins	Direitos de Autor
Didácticos	não
Investigação	não
Comerciais	não
Outros	não

4.2 Propriedade Intelectual

Tipos de conteúdos que requerem divisão de direitos
A DGEMN não aliena propriedade intelectual

5. Indicadores Económicos (milhares de escudos)

Orçamento total *	Orçamento específico p/ conteúdos culturais **
1.511.478 + 3.914.980 (PIDDAC global)	243.671 (arquivos)

* 5.1 Orçamento específico para conteúdos culturais - Segmentação (milhares de escudos):

	1997		1998		1999 (valores provisórios)		2000 (estimativa)	
	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos
Total	-	89.750	-	76.701	-	83.289	-	111.430
Digitalização/multimédia c/ recursos próprios	-	58.000	-	55.000	-	55.000	-	100.000
Digitalização/Multimédia c/ recursos externos	-	15.000	-	-	-	-	-	-
Produção	-	-	-	-	-	-	-	-
Marketing/Publicidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições (Biblioteca)	-	2.000	-	2.000	-	2.000	-	2.000
Edição	-	14.750	-	19.701	-	26.000	-	-
Formação	3898	-	7.230	-	6.684	-	6.000	-
Conservação/Restauro	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras: Edição on-line	-	-	-	-	-	289	-	9.430

5.2 Receitas (milhares de escudos)

Desagregação por áreas de receitas:		
Áreas	Receitas	%
Total	8.557	100
Mecenato	-	-
Bilheteira	-	-
Direitos	-	-
Prestação de serviços	-	-
Loja/publicações/vendas	8.557	100
Fundos comunitários	-	-
Patrocínios/apoio de privados	-	-
Arrendamento de espaços	-	-
Subsídios estatais	-	-

IAN/TT- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

1. Características Gerais

O Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) é o organismo de execução da política arquivística nacional, tutelado pelo Ministério da Cultura que tem como objectivos fundamentais a salvaguarda e valorização do património arquivístico nacional, enquanto fundamento da memória colectiva e individual e factor de entidade nacional e ainda como fonte de investigação científica, a promoção da qualidade dos arquivos enquanto recurso fundamental da actividade administrativa, a salvaguarda e garantia dos direitos dos cidadãos, consubstanciados aos arquivos à sua guarda.

Ao IAN/TT compete coordenar o sistema nacional de arquivos, superintender técnica e normativamente nos arquivos distritais dependentes ³ da respectiva instituição, bem como em todos os arquivos do Estado, autarquias locais e empresas públicas e ainda em todos os conjuntos documentais que, no termos da lei, venham a ser classificados como integrando o património arquivístico nacional.

2. Obstáculos Metodológicos e Processuais

Nos contactos efectuados com a instituição foram apresentados os objectivos do segmento do estudo e debatidas e esclarecidas as diversas dimensões do inquérito, permitindo perceber o grau de receptividade da respectiva entidade. Foram estabelecidos critérios de modo a adequar o respectivo questionário à instituição em questão e inventariados os principais obstáculos, nomeadamente, nas designações/ áreas temáticas e respectiva datação dos fundos. Os contactos estabelecidos com a direcção

permitiram prever e diagnosticar, embora de forma ainda rudimentar as prioridades da instituição face a dois dos três objectivos estratégicos do estudo: conservação e digitalização/formatação multimédia.

O IAN /TT demonstrou receptividade e a disponibilização de recursos humanos e de informação sistematizada para proceder ao preenchimento do respectivo questionário.

3. Apreciação Global da Resposta ao Questionário

As respostas foram de algum modo ao encontro dos objectivos delineados no questionário nas várias dimensões, nomeadamente, no domínio da conservação, com a menção dos diversos projectos; no domínio da digitalização e apenas no âmbito das políticas de utilização / acessibilidade, as respostas foram menos claras, sendo, no entanto, uma das instituições que forneceu dados mais completos relativamente aos indicadores económicos, embora sem proceder à respectiva desagregação do orçamento específico, tendo sido justificada pela instituição pelos mecanismos de gestão financeira serem incompatíveis com a segmentação solicitada.

4. Apreciação Específica das Dimensões Contidas no Questionário

4.1. Património/Fundos/Arquivos/Colecções (Tabela 1)

Como se depreende das atribuições e competências confiadas à instituição, o IAN/TT é depositário e superintende essencialmente fundos de arquivo, sendo a sua dimensão total, de, aproximadamente, 70 mil metros de documentação, 50 mil dos quais depositados na Torre do Tombo e 20 mil metros nos Arquivos Distritais, dependentes

³ Arquivos Distritais de Aveiro, Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa,

do IAN/TT, correspondendo a um período que abrange os sécs. XIX-XX e distribuída por diversas categorias que incluem os arquivos de instituições do Antigo Regime, de instituições contemporâneas da administração central delegada, cartórios paroquiais, arquivos judiciais, notariais, pessoais, eclesiásticos, de famílias e de empresas, estando disponíveis em suporte de papel.

4.2. Conservação/ Projectos de Restauro (Tabela 1.1)

O IAN/TT constitui a instituição com uma resposta mais detalhada ao indicador em questão. Dada a especificidade da entidade seria, de acordo com a mesma, preferível falar em projectos de preservação/conservação, devendo o restauro ser entendido como a fase final e de recurso num programa de preservação, o qual deve incluir a higienização, o acondicionamento, o controlo ambiental e a transferência de suporte. Neste domínio, a instituição dispõe de um programa de controlo de infestações nos depósitos gerais e na casa forte e um programa de estabilização das condições de meio ambiente, incluindo temperatura, humidade relativa e ventilação adequada, com monitorização permanente, nas áreas de transferência de suportes e intervenção directa na documentação. Existem ainda laboratórios montados de conservação e restauro e de transferência de suportes.

Ao nível dos projectos, é associado, por vezes, o conceito de conservação /restauro ao processo de transferência de suporte, nomeadamente, a digitalização a partir do filme. De entre os cinco mencionados na tabela 1.1., destacam-se os quatro que referem a transferência de suporte, embora sem mencionar a designação / áreas temáticas e respectiva datação. Dos quatro, é de salientar a existência de um com a passagem de microfilme para suporte digital, sendo, no entanto, dos descritos, o único projecto ainda sem contornos definidos e daí não ser possível saber qual o sistema de acesso em que irá ser disponibilizado (off-line/on-line).

4.3. Digitalização/Formatação Multimédia (Tabelas 2)

Dos 70 mil metros lineares de fundos de arquivo depositados no IAN/TT e em arquivos dependentes, apenas o Arquivo de Salazar está a ser digitalizado. A respectiva digitalização da documentação em questão está a ser realizada de forma não sistemática, obedecendo a critérios de frequência de consulta e, ao contrário do que foi inicialmente mencionado, o volume digitalizado corresponde apenas a 244 caixas (171.234 mil imagens), estando em curso as restantes 927. Não foi possível obter o volume de digitalização correspondente a este arquivo, inviabilizando, deste modo, indicadores quantitativos sobre o grau de formatação multimédia em termos percentuais, comparativamente aos fundos globais existentes.

De salientar que no domínio dos projectos realizados, em curso e previstos, o sistema de acesso digital é o mesmo (off-line: CD-ROM), prevendo-se, no entanto, no futuro, o acesso on-line para os arquivos de Salazar e fundos paroquiais do Arquivo Distrital de Lisboa.

A selecção dos arquivos de Salazar e da PIDE baseia-se, como já foi referido, em critérios de frequência de consulta, cuja ordem corresponde ainda a este factor. Acresce a este critério de digitalização, em termos genéricos, a potencialização dos benefícios da imagem digital, nomeadamente, no que respeita à qualidade de leitura que o microfilme nem sempre permite.

As estratégias da instituição para promover o acesso à informação de que é depositária não radicam, no entanto, na digitalização de conteúdos. As prioridades centram-se, acima de tudo, na descrição arquivística dos conteúdos e só num segundo momento, na digitalização. Nesse sentido, está em fase de conclusão, o Projecto *Arquiv*, que inclui o desenvolvimento de uma aplicação informática destinada à descrição normalizada de arquivos históricos e subsequente criação de base de dados descritivas, acessíveis on-line⁴, representando um investimento na ordem dos 20 mil contos. De referir ainda que a

⁴ A opção de não incluir o Projecto Arquiv na rubrica Digitalização, deve-se ao facto deste se reportar justamente à descrição de conteúdos e não a documentos no sentido estrito do termo.

aplicação comporta a capacidade para associar à descrição do documento a respectiva imagem.

O *Arquiv*, desenvolvido de acordo com as normas e as especificações técnicas do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), vai facilitar os processos de descrição de documentação e o acesso local ou remoto através de uma gestão integrada de arquivos. De acordo com a direcção, o novo sistema visa promover a qualidade dos arquivos e melhorar a eficiência dos serviços prestados aos utilizadores, simplificando o acesso à informação.

O desenvolvimento da aplicação foi feito em parceria com uma empresa privada de software, a Softnet, associada à Compaq, tendo sido os critérios de selecção da entidade contratada estabelecidos em função da relação qualidade /preço, do prazo apresentado, dos recursos técnicos e do curriculum da empresa. Estiveram envolvidos no projecto 8 arquivistas por parte do IAN/TT e na implementação e na criação das bases de dados descritivas 50 funcionários pertencentes à instituição e 30 dos Arquivos Distritais dependentes.

4.4. Políticas de Utilização/Acessibilidade (Tabelas 3)

As condições de acesso à informação não são determinadas em função dos públicos, sendo o mesmo, de uma forma geral, público, integral, e gratuito. As restrições ao acesso são condicionadas mas em função dos tipos de conteúdos e dos tipos de procura, isto é, são essencialmente determinadas pelas características dos documentos.

Três razões podem fundamentar as limitações de acesso: a conservação das espécies, a protecção de dados pessoais ou dados sensíveis relativos a pessoas colectivas e os condicionalismos impostos pelos proprietários de arquivos particulares à guarda da instituição.

As restrições estão igualmente relacionadas com as características de conservação do próprio documento, a excepção a esta regra respeita ao acesso a originais quando os

mesmos já tenham sido objecto de microfilmagem ou digitalização. Nestes casos, são preferencialmente facultadas as reproduções, estando o acesso aos originais sujeito a uma autorização prévia que decorre da avaliação das motivações expressas para a consulta.

As limitações existentes estendem-se igualmente aos tipos de procura, no caso, à reprodução de determinados tipos de documentos, sendo determinado em função das razões essenciais descritas atrás.

4.5. Direitos de Autor/Patrimoniais e Propriedade Intelectual (Tabelas 4)

São cobrados direitos patrimoniais sobre todo o acervo (ao abrigo da alínea l) do ponto 1 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 60/97 de 20 de Março), mas não existe regulamentação interna, pelo que cada situação é avaliada individualmente, não tendo sido explicitada qualquer questão relativamente à propriedade intelectual.

4.6. Indicadores Económicos (Tabelas 5)

A resposta é omissa relativamente às rubricas solicitadas na segmentação do orçamento específico (5.1), tendo sido apresentados apenas os valores globais para os anos de referência. A entidade justifica a respectiva lacuna com o facto do orçamento da instituição não se encontrar organizado com as rubricas descritas no questionário.

Relativamente às receitas, o orçamento de Estado representa cerca de 95% das mesmas, só o restante é de proveniência da própria instituição, representando a prestação de serviços a área com maior valor de mercado, seguida do arrendamento de espaços. De salientar, no entanto, a ausência de informação relativamente aos valores para conservação/preservação/restauro.

5. Interpretação das Respostas ao Questionário

No domínio dos três objectivos estratégicos conservação, digitalização e políticas de utilização/Acessibilidade, podemos traçar as principais tendências e o quadro actual da situação.

A conservação (preservação e restauro) é uma das dimensões com maior número de projectos referidos e esta constitui mesmo a instituição com o valor mais elevado neste âmbito. De qualquer modo, não podemos inferir pela informação fornecida que se trata da entidade com investimentos mais avultados nesta área. Uma conclusão neste domínio implicaria a disponibilização de informação por parte de todos os organismos sobre as condições, projectos e os valores do orçamento específico relativamente à rubrica em questão. Tal não nos é fornecido nem pela instituição em causa, nem por outras, o que não deixa de constituir motivo de preocupação, dado que a dimensão em análise constitui um parâmetro de importância fundamental. Daí podermos sublinhar a necessidade de uma maior política de transparência por parte das entidades, aliás traço comum e transversal a todas as instituições versadas pelo estudo.

No domínio da digitalização já foi claramente mencionado que a respectiva dimensão não constitui um factor prioritário na concepção de política arquivística, sendo a microfilmagem o recurso prioritário. Os projectos de digitalização realizados ou em curso constituem uma parte ínfima dos fundos em depósito.

Relativamente às Políticas de Utilização/ Acessibilidade, a regulamentação é primária, sendo ainda essencialmente definida em função de cada caso. Deste modo, há ainda um longo caminho a percorrer não apenas no que respeita à digitalização e políticas de acessibilidade, como também à combinação de estratégias que sejam capazes de conciliar a dimensão pública e o carácter social e cultural com as de ordem comercial.

1. Fundos / Coleções / Arquivos / Património

	Volume Total	Designação / Áreas temáticas	Suporte	Datação
Arquivo Bibliográfico/ Documental	70.000 metros (50.000 depositados na TT e 20.000 metros nos Arquivos Distritais, dependentes do IAN/TT)	Arquivos de instituições de Antigo Regime (Casa da Coroa, organismos da Administração Central Periférica, Domínios, Casa Real e anexas)	Papel	Sécs. IX - XX
		Arquivos de instituições contemporâneas da administração central e da administração central delegada		
		Cartórios paroquiais		
		Arquivos judiciais e notariais		
		Arquivos pessoais e de família		
		Arquivos de empresas		

1.1 Projectos de Conservação/Restauro

	Projectos
Arquivo Bibliográfico/ Documental	Criação de um serviço de higienização dos documentos prévia à incorporação nos depósitos, que inclui montagem de câmara de expurgo com gases inertes
	Microfilmagem sistemática da documentação dos fundos paroquiais do Arquivo distrital de Lisboa (projecto realizado ao abrigo de um protocolo com a Sociedade Genealógica do Utah)
	Avaliação do estado físico da colecção "Corpo Cronológico" (cerca de 90.000 documentos) que inclui reacondicionamento, tratamento pontual e transferência de suporte sistemática (projecto subsidiado pela Fundação Calouste Gulbenkian)
	Criação de uma área de transferência de suporte de documentação contemporânea, que inclui digitalização a partir de microfilme
	Recuperação de 103 livros de chancelaria e a sua transferência de suporte (projecto subsidiado pela Fundação Calouste Gulbenkian)

2. Digitalização / Formatação Multimédia

	Designação/Áreas temáticas	Volume	On-line	Off-line	Datação	Realização: Pela instituição	
						N.º funcionários envolvidos	Formação específica/ acções formação
Arquivo Bibliográfico/ Documental	Arquivo de Salazar	19 CD-Rom (cerca de 50% do Arquivo)	(futuramente)	CD-Rom	-	1	-

2.1 Projectos de Digitalização em Curso:

Designação / Áreas temáticas	Suporte	Volume	On-line	Off-line	Calendarização	Realização: Pela instituição	
						N.º funcionários envolvidos	Formação específica/acções formação
Arquivo de Salazar	-	-	(futuramente)	CD-ROM	-	1	-

2.2 Projectos de Digitalização Previstos:

Designação / Áreas temáticas	Suporte	Volume	On-line	Off-line	Calendarização	Datação
Fundos de arquivo paroquiais do Arquivo Distrital de Lisboa	microfilme	-	(futuramente)	CD-Rom	-	sécs. XVI - XX
Fundos de arquivo contemporâneos: Arquivo da PIDE/DGS (a partir de microfilme)	-	-	-	CD-Rom	-	1918-75*

3. Políticas de Utilização / Acessibilidade

3.1 Públicos: frequência e condições de acesso

Tipos de Público	Frequência (ordenar de 1 a 6)				
Indiferenciado / Geral	1	-			
Instituições de Ensino	1	-			
Instituições de Investigação	1	-			
Empresas	5	<u>Propriedade</u>	<u>Origem</u>	<u>Sector activ.</u>	<u>Frequência</u>
		Pública/ Privada	Nacional/ Estrangeira	Comunicação Social	3
				Mkt e Publicidade	-
				Cinema/Audiovisual	-
				Indústria	-
				Moda	-
				Edição/Publicação	1
				Turismo	-
				Serviços	1
				Multimédia	-
Outros	-				
Instituições Públicas	2	-			
Fundações	3	-			
Associações	3	-			
Outros:	-	-			

3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos

Tipos de conteúdos	Restrições
Dados pessoais	Acesso restrito: autorização prévia
Conteúdos em mau estado de conservação	Acesso restrito: autorização prévia

3.3 Condições de acesso em função dos públicos *

Tipos de Público							
Instituições de Ensino	Instituições Públicas	Empresas Privadas	Indiferenciado / Geral	Instituições de Investigação	Fundações	Associações	Outros
Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito

* As limitações de acesso não são determinadas pelo tipo de público.

3.4 Condições de acesso em função da procura

Tipos de procura	Condições
-	-

4. Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual

4.1 Direitos patrimoniais em função dos fins de utilização

Fins	Direitos de Autor/Patrimoniais
Didáticos	-
Investigação	-
Comerciais	-
Outros:	-

4.2 Propriedade Intelectual

Tipos de conteúdos que requerem divisão de direitos
-

5. Indicadores Económicos (milhares de escudos)

Orçamento total	Orçamento específico p/ conteúdos culturais *
1.373.517	-

* 5.1 Orçamento específico para conteúdos culturais - Segmentação (milhares de escudos):

	1997		1998		1999 (valores provisórios)		2000 (estimativa)	
	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos
Total	823.416	754.133	776.748	596.769	801.832	891.005	921.891	936.000
Digitalização/multimédia c/ recursos próprios	-	-	-	-	-	-	-	-
Digitalização/Multimédia c/ recursos externos	-	-	-	-	-	-	-	-
Produção	-	-	-	-	-	-	-	-
Marketing/Publicidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-
Edição	-	-	-	-	-	-	-	-
Formação	-	-	-	-	-	-	-	-
Conservação/Restauro	-	-	-	-	-	-	-	-
Obs.	A resposta é omissa relativamente às rubricas solicitadas nesta tabela, pelo que se apresentam apenas valores globais para os anos de referência							

5.2 Receitas (milhares de escudos)

Desagregação por áreas de receitas:		
Áreas	Receitas	%
Total	1.373.517	100
Mecenato	-	-
Bilheteira	-	-
Direitos	-	-
Prestação de serviços	44.316.000	3,23
Loja/publicações/vendas	3.643.000	0,27
Fundos comunitários	2. 974.000	0,22
Patrocínios/apoio de privados	-	-
Arrendamento de espaços	12.155.00	0,89
Subsídios estatais	-	-
Outras: Orçamento do Estado	1.310.429.000	95,41

IPA- Instituto Português de Arqueologia

1. Características Gerais

O Instituto Português de Arqueologia é uma direcção-geral do Ministério da Cultura. Criado em Maio de 1997, tem como competências assegurar o desenvolvimento das políticas específicas do sector e o cumprimento das obrigações do Estado no domínio da arqueologia, em todo o território nacional e nos espaços marítimos contíguos. Tem ainda como atribuições promover a institucionalização da arqueologia através de uma política de contratualização com outras pessoas colectivas públicas e privadas, visando assegurar uma adequada articulação interinstitucional, na prossecução das políticas definidas para o sector e ainda colaborar na realização de projectos e acções vocacionados para a sensibilização pública e para o património arqueológico, estimulando na sociedade civil a promoção de iniciativas destinadas ao seu conhecimento e divulgação.

2. Obstáculos Processuais e Metodológicos

Os obstáculos encontrados na obtenção de informação foram os detectados para a maior parte das instituições e centraram-se essencialmente na desagregação por categorias (designações /áreas temáticas, datação) dos espólios e arquivos, na menção dos tipos de acesso (on-line/off-line) na dimensão da digitalização e na dificuldade de adaptação às rubricas contidas na segmentação do orçamento específico.

3. Apreciação Global da Resposta ao Questionário

De um modo geral, a informação recolhida é satisfatória, embora em algumas dimensões, como a digitalização (projectos realizados e em curso), os dados sejam imprecisos, nomeadamente, no volume e tipos de acesso (on-line/off-line).

4. Apreciação Específica das Dimensões Contidas no Questionário

4.1. Património/Arquivos/Colecções (Tabela1)

Dada a natureza do espólio arqueológico, não foi possível fornecer designações/áreas temáticas, tendo sido apenas desagregadas as subcategorias para o arquivo bibliográfico/documental.

No domínio da conservação, estão em processo de reestruturação, tanto do ponto de vista da inventariação como do ponto de vista físico (espaço, mobiliário, etc.) Em relação ao Endovélico (sistema de informação arqueológico), está pela sua natureza em permanente actualização. Está actualmente a decorrer uma campanha de correcção e actualização da informação antiga, com base nas informações constantes do arquivo e em trabalho de campo realizado pelas Extensões Territoriais da entidade.

4.2. Digitalização/Formatação Multimédia (Tabelas 2)

Os dados fornecidos sobre a dimensão em questão são vagos, estando em processo de digitalização o arquivo fotográfico, com um volume "mínimo" (não especificado pela instituição) já concluído.

A entidade possui ainda uma rede informática com terminais para todos os funcionários, sendo possível em teoria a consulta dos dados do Endovélico. Está simultaneamente a

ser estudada a possibilidade de integração do arquivo bibliográfico/documental no respectivo sistema de informação arqueológico, encontrando-se este em fase de implementação de divulgação on-line através da página do IPA na Internet.

Os procedimentos do IPA face à digitalização têm a ver com políticas de racionalização do espaço, de facilidade de consulta e de difusão alargada da informação internamente e para o exterior. Foram diagnosticados pela instituição condicionalismos de ordem financeira (a digitalização e informatização de conteúdos implicam um grande investimento na aquisição de equipamentos e um esforço considerável de recursos humanos para a inserção da informação nos sistemas) e logística.

4.3. Políticas de Utilização/Acessibilidade (Tabelas 3)

Os tipos de público mais frequentes são constituídos quase exclusivamente por investigadores científicos, utilizadores relacionados com a arqueologia preventiva e instituições públicas.

As condições de acesso não variam em função dos tipos de público nem do tipo de procura. As limitações impostas relacionam-se essencialmente com a ausência de condições físicas e orgânicas para a consulta pública (espaço, funcionários de apoio, etc.). Está prevista a criação de um serviço de consulta pública para a Biblioteca, a curto prazo e para o Arquivo, a médio prazo.

4.4. Direitos de Autor/Patrimoniais e Propriedade Intelectual (Tabelas 4)

Consultar tabela 4.1. para identificação dos custos em função dos fins de utilização.

4.5. Indicadores Económicos (Tabelas 5)

De realçar que a maior fatia do investimento na segmentação do orçamento específico recai na construção do Museu no Parque Arqueológico do Côa. (37 500 contos em 1999 e 112 500 contos neste ano).

5. Interpretação das Respostas ao Questionário

O que ressalta de mais significativo relativamente a esta instituição é o longo caminho que há a percorrer no domínio dos três objectivos estratégicos: conservação, digitalização e políticas de acessibilidade. De qualquer modo é de realçar a implementação de um sistema de informação arqueológico - Endovélico- com acesso on-line através da página da instituição na Internet e os esforços no sentido da reestruturação da biblioteca e do arquivo, com abertura da consulta pública no caso .

1. Fundos / Coleções / Arquivos / Património

	Volume total	Designação / Áreas temáticas	Volume por Designação	Distrito	Volume por Distrito
Espólio Arqueológico	10.800	-	-	Aveiro	180
				Beja	1.240
				Bragança	560
				Braga	520
				Castelo Branco	680
				Coimbra	220
				Évora	1.420
				Faro	920
				Guarda	480
				Leiria	320
				Lisboa	700
				Portalegre	780
				Porto	280
				Santarém	680
				Setúbal	380
				Viana do Castelo	420
				Vila Real	320
				Viseu	700
Arquivo Bibliográfico/ Documental	47.600	Monografias	12.800	-	-
		Separatas	11.000	-	-
		Publicações periódicas	11.800	-	-
		Processos respeitantes a sítios arqueológicos, projectos de investigação e arqueologia preventiva	12.000	-	-

2. Digitalização / Formatação Multimédia

	Designação / Áreas temáticas	Volume	On-line	Off-line	Datação	Realização			
						Pela instituição		Por terceiros	
						N.º funcionários envolvidos	Formação específica /acções formação	Empresas contratadas	Critérios de selecção
Arquivo Fotográfico	-	mínimo	-	-	-	12	Cursos ministrados pelo INA, relacionados com os projectos em curso (ex. reorganização da biblioteca)	Chiron-prestação de serviços na área de Informática-criação de sistemas.	Curriculum da empresa
Arquivo Bibliográfico/ Documental	-	100%; em estudo a sua integração no Endovélico	Intranet	-	-				

2.1 Projectos de Digitalização em Curso:

Designação / Áreas temáticas	Suporte	Volume	On-line	Off-line	Calendarização	Realização			
						Pela instituição		Por terceiros	
						N.º funcionários envolvidos	Formação específica /acções formação	Empresas contratadas	Critérios de selecção
Arquivo Fotográfico	-	-	-	-	-	12	Cursos ministrados pelo INA, relacionados com os projectos em curso (ex. reorganização da biblioteca)	Chiron-prestação de serviços na área de Informática-criação de sistemas.	Curriculum da empresa
Correcção e actualização do Endovélico; implementação da divulgação do Endovélico	-	-	Internet (futuramente)	-	-				

2.2 Projectos de Digitalização Previstos:

Designação / Áreas temáticas	Suporte	Volume	On-line	Off-line	Calendarização
-	-	-	-	-	-

3. Políticas de Utilização / Acessibilidade

3.1 Públicos: frequência e condições de acesso

Tipos de Público		Frequência (ordenar de 1 a 6)			
Indiferenciado / Geral	5	-			
Instituições de Ensino	5	-			
Instituições de Investigação	3	-			
Empresas	2	<u>Propriedade</u>	<u>Origem</u>	<u>Sector activ.</u>	<u>Frequência</u>
		Privada	Nacional	Comunicação Social	5
				Mkt e Publicidade	-
				Cinema/Audiovisual	-
				Indústria	-
				Moda	-
				Edição/Publicação	-
				Turismo	5
				Serviços	5
				Multimédia	5
Outros: Investigação científica/ Arqueologia preventiva	1				
Instituições Públicas	4	-			
Fundações	5	-			
Associações	5	-			
Outros: Arqueólogos/ Investigadores	1	-			

3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos

Tipos de conteúdos	Restrições
Inventário de sítios arqueológicos	Autorização prévia
Arquivo	Autorização prévia
Biblioteca	Acesso restrito

3.3 Condições de acesso em função dos públicos

Tipos de Público							
Instituições de Ensino	Instituições Públicas	Empresas Privadas	Indiferenciado / Geral	Instituições de Investigação	Fundações	Associações	Outros
Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	-

3.4 Condições de acesso em função da procura

Tipos de procura	Condições
-	-

4. Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual

4.1 Direitos patrimoniais em função dos fins de utilização

Fins	Direitos de Autor
Didáticos	não
Investigação	não
Comerciais	Fotografia Cor: 50.000 PTE; Fotografia P/B: 30.000 PTE; Réplicas: produção externa - 5%
Outros	não

4.2 Propriedade Intelectual

Tipos de conteúdos que requerem divisão de direitos
-

5. Indicadores Económicos (milhares de escudos)

Orçamento total	Orçamento específico p/ conteúdos culturais *
736.348	25.000

* 5.1 Orçamento específico para conteúdos culturais - Segmentação (milhares de escudos):

	1997		1998		1999 (valores provisórios)		2000 (estimativa)	
	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos
Total	19.658	3.000	23.075	2.500	71.047	15.000	77.300	34.000
Digitalização/Multimédia c/ recursos próprios	-	3.000	6.700	2.500	20.000	6.000	20.000	6.000
Digitalização/Multimédia c/ recursos externos	-	-	1.755	-	-	3.000	2.000	3.000
Produção	4.500	-	5.000	-	13.300	(a)	15.000	(b)
Marketing/Publicidade	-	-	2.000	-	7.000	-	-	-
Aquisições	-	-	7.300	-	3.500	6.000	10.000	25.000
Edição	15.000	-	120	-	27.000	-	30.000	-
Formação	158	-	200	-	247	-	300	-
Conservação/Restauro	-	-	-	-	-	-	-	-
Obs.	(a) mais 37.500 contos relativos à construção do Museu no Parque Arqueológico do Côa							
	(b) Mais 11.2500 contos relativos à construção do Museu no Parque Arqueológico do Côa							

5.2 Receitas (milhares de escudos)

Desagregação por áreas de receitas		
Áreas	Receitas	%
Total	74.821	100
Mecenato	-	-
Bilheteira	8.970	12
Direitos	-	-
Prestação de serviços	-	-
Loja/publicações/vendas	13.640	18
Fundos comunitários	-	-
Patrocínios/apoio de privados	-	-
Arrendamento de espaços	-	-
Subsídios estatais	-	-
Outras: Fundos Autónomos	709	1
Outras: Serviços Autónomos	51.502	69

IPM-Instituto Português de Museus

1. Características Gerais

O Instituto Português dos Museus (IPM) tutela cerca de 28 museus, sendo depositário de um património móvel de cerca de 1 milhão de peças e 40 mil fotografias referentes a categorias diversas (escultura, pintura, peças etnográficas, cerâmica, joalharia, objectos de uso quotidiano, vestuário, arqueologia, etc.), distribuído por fundos (fotográficos) e colecções (peças móveis).

2. Obstáculos Metodológicos e Processuais

Os conceitos inerentes aos acervos depositados são díspares, sendo de realçar que tal é comum a muitas instituições, cuja terminologia utilizada para conteúdos culturais com a mesma natureza difere, não existindo critérios uniformes e universais, resultando para o mesmo tipo de documentos, concepções de ciências documentais divergentes (um exemplo das diferenças é o caso de no IPM a designação para o acervo fotográfico ser “fundo”, enquanto outras instituições utilizam o termo mais frequente “arquivo”). Nesta medida, optou-se por conservar a terminologia referida pela entidade já que traduz, de algum modo, a sua especificidade.

3. Apreciação Global da Resposta ao Questionário

No que se refere à apreciação global da resposta ao respectivo segmento em estudo, o IPM apresenta-se como uma das instituições cuja resposta foi mais incompleta, tendo as lacunas sido justificadas por dificuldades na gestão de informação de um universo tão lato (o número de museus dependentes) e pelo período de realização do inquérito ser coincidente com projectos em curso e o balanço anual. Em suma, a ausência de recursos humanos disponíveis, de informação sistematizada, as grandes lacunas e o incumprimento do prazo da resposta constituíram alguns dos obstáculos mais evidentes.

4. Apreciação Específica das Dimensões do Questionário

4.1. Fundos/Colecções/Arquivos/Património (Tabela 1)

No primeiro item referente aos fundos e colecções existentes, a entidade limita-se a referir informações quantitativas globais, sem mencionar designações ou áreas temáticas e respectiva datação, não tendo feito referência às condições de conservação e projectos de restauro do património móvel tutelado, um dos objectivos do segmento em questão.

4.2. Digitalização/Formação Multimédia (Tabelas 2)

Está em curso a concepção e desenvolvimento do Programa Matriz, uma base de dados específica destinada à gestão informática do património cultural móvel, partindo de um conceito de inventário desenvolvido que implica não apenas a mera identificação física da peça, mas também a recolha de dados caracterizadores da mesma, tal como a proveniência remota e também a sua divulgação através de exposições e bibliografia específica. Neste processo, é dada prioridade à informatização do inventário do Património Cultural dos Museus.

O número de registos referidos (26.000) informatizados e as imagens digitalizadas (cerca de 5.500) abrangem apenas um universo de 20 museus abrangidos por duas fases de informatização, correspondendo em termos de digitalização a uma percentagem na ordem dos 13,8 para o fundo fotográfico e 2,6 para as colecções de peças. A conclusão do processo de informatização nos restantes museus é muito recente, estando em curso uma nova etapa - a da inserção de dados. As respectivas bases de dados não se encontram acessíveis via Internet, estando disponíveis apenas em rede interna dentro de cada museu, prevendo-se numa fase avançada, de acordo com as informações provenientes do Departamento de Divulgação da respectiva instituição, um projecto de acesso em suporte digital (intranet) entre os diversos museus abrangidos .

As tarefas que envolvem no presente o respectivo inventário, na componente de investigação, desenvolvimento e carregamento de base de dados, envolvem recursos humanos consideráveis (cerca de 40 técnicos superiores do IPM e museus dependentes) e com um aumento previsto no próximo ano, sendo necessário proceder ao estabelecimento de prioridades em função da relevância dos acervos de cada um dos museus tutelados.

Ainda no âmbito da modernização em curso, decorre em paralelo à informatização do inventário, um trabalho assente na publicação sistemática de normas de Inventário para o universo das colecções museológicas, imprescindível quer para os museus tutelados, quer para instituições terceiras, de acordo com a instituição.

4.3. Políticas de Actualização/Acessibilidade (Tabelas 3)

No item políticas de utilização, foram igualmente detectados obstáculos que resultam da própria falta de informação nos moldes em que foi solicitada. O organismo dispõe apenas de um sistema de *ticketing* implementado nos museus dependentes, permitindo apenas coligir dados sobre o número de visitantes nacionais e estrangeiros, as condições de acesso e informação sobre algumas categorias de público, nomeadamente e como foi referido no tratamento da informação, as categorias beneficiárias de descontos especiais (reformados, ensino, investigação, associações e academias directa ou indirectamente relacionadas com os conteúdos culturais inerentes ao organismo). Neste domínio e com

vista ao seu aperfeiçoamento em termos estatísticos, está prevista uma reformulação do respectivo sistema, de modo, a permitir reunir um maior número de dados sobre a caracterização em questão.

Ainda no domínio das políticas de utilização, verifica-se a existência de regulamentação em função dos tipos de procura nos casos de reprodução e de utilização de fotografias.

4.4. Direitos de Autor/Patrimoniais e Propriedade Intelectual (Tabelas 4)

A entidade é titular dos direitos de autor e conexos de todas as fotografias de obras de que é depositária, estando todas as imagens destinadas a fins comerciais ou a divulgação pública, sujeitas à referência dos nomes da instituição proprietária da imagem, bem como do autor das respectivas fotografias e ainda a taxas de publicação e custos tabelados. A aquisição de imagens fotográficas requer ainda autorização prévia (à Direcção de Documentação Fotográfica do respectivo organismo), com obrigatoriedade de referência dos fins e dos meios de divulgação a que se reportam, qualquer utilização diversa da prevista incorre em sanções nos termos da lei (Decreto- Lei nº161/97 de 26 de Junho). São ainda definidos limites à dimensão, aos detalhes técnicos (ampliações, zooms, etc.) e ao uso temporal deste respectivo tipo de procura. Às imagens destinadas à produção multimédia é ainda aplicado o mesmo regulamento, sendo os condicionalismos para as imagens em movimento determinados em função de cada caso.

4.5. Indicadores Económicos (Tabelas 5)

Relativamente ao último item das tabelas, a ausência total de informação é notória, não tendo a entidade justificado a decisão do não preenchimento dos dados quantitativos referentes ao orçamento global, orçamento específico e valores totais e parciais das receitas.

A ausência de informação na resposta ao questionário só permite traçar o quadro actual da situação e as grandes tendências relativamente a um dos objectivos estratégicos, sendo de excluir neste caso o domínio da conservação e das políticas de utilização.

Pelo seu valor patrimonial em conteúdos culturais de natureza móvel, o Instituto Português de Museus é uma das instituições fundamentais no domínio da cultura, mas cujo esforço no sentido da evolução no âmbito da digitalização está ainda em estado embrionário, embora encarada pela instituição como uma das prioridades no presente e no futuro da instituição.

5. Interpretação das Respostas ao Questionário

O processo de digitalização está em curso com o Programa Matriz, uma base de dados destinada à gestão informática do património cultural móvel que revolucionará a informação nos museus à tutela da respectiva entidade.

No que se refere às políticas de utilização, embora com muitas lacunas, refira-se que, enquanto instituição pública, a entidade tem preocupações de carácter social, regulamentadas através de condições de acesso especiais para determinados estratos sociais, faixas etárias e instituições com interesses directos ou indirectos nos conteúdos de que é depositária, não se detectando, no entanto, nenhuma estratégia de criação de valor de mercado para os restantes tipos de público, nomeadamente, produtores de bens culturais em suporte multimédia ou noutros tipos. As estratégias empresariais de valorização económica, de rentabilização, permanecem arredadas de instituições como a que acabámos de caracterizar, não sendo possível, no entanto, afirmá-lo em rigor, já que não é possível comprová-lo através do valor das receitas, mas apenas da regulamentação para os tipos de procura, o que é claramente insuficiente para traçar os comportamentos da entidade no domínio em questão.

1. Fundos / Colecções / Arquivos / Património

	Volume Total	Designação / Áreas temáticas	Suporte	Datação
Fundo Fotográfico	40.000 imagens	-	-	-
Colecções	c.d. 1 milhão de peças	-	-	-

2. Digitalização / Formatação Multimédia

	Designação / Áreas temáticas	Volume	On-line	Off-line	Datação	Realização: Pela instituição	
						N.º funcionários envolvidos	Formação específica/ acções formação
Fundo Fotográfico	-	5.500 peças	Intranet (dentro de cada museu)	-	-	40 (IPM e museus)	Formação específica sobre o carregamento do programa Matriz e digitalização da imagem
Outros	Colecções / Fichas de inventário	26.000 peças		-	-		

2.1 Projectos de Digitalização em Curso:

Designação / Áreas temáticas	Suporte	Volume	Online	Offline	Calendarização	Realização			
						Pela instituição		Por terceiros	
						N.º funcionários envolvidos	Formação específica/acções formação	Empresas contratadas	Critérios de selecção
Actualização dos projectos realizados	-	-	-	-	-	-	-	-	-

2.2 Projectos de Digitalização Previstos:

Designação / Áreas temáticas	Suporte	Volume	Online	Offline	Calendarização
Fotografia	-	5.500 peças	-	-	-

3. Políticas de Utilização / Acessibilidade

3.1 Públicos: frequência e condições de acesso

Tipos de Público	Frequência (ordenar de 1 a 6)				
Indiferenciado / Geral	1	-			
Instituições de Ensino	2	-			
Instituições de Investigação	-	-			
Empresas	-	<u>Propriedade</u>	<u>Origem</u>	<u>Sector activ.</u>	<u>Frequência</u>
		Pública/ Privada	Nacional/ Estrangeira	Comunicação Social	-
				Mkt e Publicidade	-
				Cinema/Audiovisual	-
				Indústria	-
				Moda	-
				Edição/Publicação	-
				Turismo	-
				Serviços	-
				Multimédia	-
				Outros	-
Instituições Públicas	-	-			
Fundações	-	-			
Associações	-	-			
Outros	-	-			

3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos

Tipos de conteúdos	Restrições
-	-

3.3 Condições de acesso em função dos públicos

Tipos de Público							
Instituições de Ensino	Instituições Públicas	Empresas Privadas	Indiferenciado / Geral	Instituições de Investigação	Fundações	Associações	Outros: Ass. Portuguesa de Museologia; Academia Nac. de Belas Artes; International Council of Museums (representação portuguesa); Mecenaz do IPM
Gratuito	-	-	Pago. Descontos especiais p/: jovens (14-25 anos) portadores de cartão Jovem, professores, reformados. Gratuito p/: jovens até 14 anos; portadores do cartão Lx Card Adulto/Jovem	-	-	-	Gratuito

3.4 Condições de acesso em função da procura

Tipos de procura	Condições
Consulta	Gratuita
Reproduções	Paga em função da tabela de preços (v. tabela de preços anexa)

4. Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual

4.1 Direitos patrimoniais em função dos fins de utilização

Fins	Direitos de Autor
Didácticos	sim
Investigação	sim
Comerciais	sim
Outros	-

4.2 Propriedade Intelectual

Tipos de conteúdos que requerem divisão de direitos
-

5. Indicadores Económicos (milhares de escudos)

Orçamento total	Orçamento específico p/ conteúdos culturais *
-	-

* 5.1 Orçamento específico para conteúdos culturais - Segmentação (milhares de escudos):

	1997		1998		1999		2000	
	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos
Total	-	-	-	-	-	-	-	-
Digitalização/Multimédia c/ recursos próprios	-	-	-	-	-	-	-	-
Digitalização/Multimédia c/ recursos externos	-	-	-	-	-	-	-	-
Produção	-	-	-	-	-	-	-	-
Marketing/Publicidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-
Edição	-	-	-	-	-	-	-	-
Formação	-	-	-	-	-	-	-	-
Conservação/Restauro	-	-	-	-	-	-	-	-

5.2 Receitas (milhares de escudos)

Desagregação por áreas de receitas:		
Áreas	Receitas	%
Total	-	-
Mecenato	-	-
Bilheteira	-	-
Direitos	-	-
Prestação de serviços	-	-
Loja/publicações/vendas	-	-
Fundos comunitários	-	-
Patrocínios/apoio de privados	-	-
Arrendamento de espaços	-	-
Subsídios estatais	-	-

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico

1. Características Gerais

O Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) tutela 15 serviços dependentes e 161 monumentos nacionais, tendo como competências a missão de conservar, preservar e salvaguardar o património arquitectónico português. Inclui um conjunto de bens imóveis de especial valor histórico, arquitectónico, artístico, científico, social e técnico existentes no território nacional. Coordena também a realização de obras de conservação, reabilitação e restauro em imóveis e sítios arqueológicos e a gestão dos principais monumentos nacionais, constituídos em serviços dependentes.⁵

Da grande amplitude de competências, a emissão de pareceres relativa à classificação de monumentos é uma das que exige mais meios humanos e técnicos, já que se trata de conciliar interesses de natureza diversa, nomeadamente, os dos particulares, dos municípios ou do próprio Estado.

Outra das vocações da instituição centra-se nas obras de conservação e restauro nos edifícios afectos ao IPPAR, ou seja, nos edifícios de propriedade estatal. A instituição dispõe de um corpo técnico especializado que procede à avaliação, diagnóstico e determinação das prioridades no âmbito de uma política integrada de intervenção arquitectónica e arqueológica, de modo a definir práticas e planos científicos e normativos de actuação.

A classificação é outro dos domínios de competência da entidade, sendo o respectivo processo um acto administrativo cujos critérios embora de algum modo subjectivos, de

⁵ Mosteiro de S. Martinho de Tibães, Paço dos Duques de Bragança, Mosteiro da Batalha, Convento de Cristo, Mosteiro de Alcobaça, Palácio Nacional de Mafra, Palácio Nacional de Sintra, Palácio Nacional da Pena, Palácio Nacional de Queluz, Palácio Nacional da Ajuda, Biblioteca da Ajuda, Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Panteão Nacional e Fortaleza de Sagres.

acordo com a instituição, se centram no carácter *histórico-cultural, estético-social e técnico-científico*.

2. Obstáculos Metodológicos e Processuais

Das reuniões realizadas com a instituição, uma primeira possibilitou a apresentação detalhada do questionário e adequação do mesmo à entidade em questão. Foi solicitada informação actualizada sobre os projectos de restauro, intervenção e valorização arquitectónica e arqueológica (visto que os dados disponibilizados no *site* da instituição se reportavam, na maior parte, a obras já realizadas ou em vias de concretização). Devido ao número elevado de operações em curso e previstas, foram posteriormente requeridas apenas as abrangidas por protocolos.

Relativamente à dimensão Digitalização/ Formatação Multimédia, foram solicitadas informações, quer sobre os conteúdos disponibilizados no site, quer sobre os disponíveis em rede interna (intranet). Na dimensão Políticas de Utilização/ Acessibilidade, os indicadores de caracterização dos públicos constituíram desde logo um obstáculo difícil de contornar, dado que a instituição não dispõe de meios e sistemas que permitam produzir informação nos moldes solicitados.

Os resultados dos contactos foram pouco frutíferos, já que a ausência de informação sistematizada e a inexistência de recursos humanos disponíveis para proceder ao respectivo preenchimento se reflectiram na resposta da instituição.

3. Apreciação Global da Resposta ao Questionário

As respostas foram vagas ou nulas nas seguintes secções: conservação e projectos de restauro, critérios e condicionalismos relativos à digitalização; indicadores económicos.

4. Apreciação Específica das Dimensões Contidas no Questionário

4.1. Património/Fundos/Colecções/Arquivos (Tabela 1)

A entidade refere a tutela de 161 monumentos e 15 convertidos em serviços dependentes, a existência de um arquivo fotográfico disperso por vários serviços (direcções regionais e serviços dependentes) sem acesso público, por não se encontrar devidamente organizado e estruturado do ponto de vista documental, quer ao nível quantitativo (volume) quer qualitativo (designações /áreas temáticas e datação). O arquivo bibliográfico/documental referido abrange apenas o existente na Divisão de Documentação e Arquivo da Biblioteca da sede do IPPAR, sem que seja feita qualquer desagregação por categorias, nomeadamente, designações/áreas temáticas e datação.

Quanto à rubrica de conservação e projectos de restauro, é apenas referida, para o património arquitectónico, a existência de diversas intervenções de conservação, recuperação e valorização de imóveis, sem qualquer especificação. No que se refere ao arquivo bibliográfico/ documental, são apenas mencionadas condições de conservação em termos genéricos, não se justificando a inserção de uma tabela autónoma, descritiva dos projectos de recuperação em curso.

4.2. Digitalização/Formatação Multimédia (Tabelas 2)

A digitalização está a ser efectuada essencialmente no âmbito do site do IPPAR, não sendo possível quantificar em termos absolutos e percentuais o volume referente ao património digitalizado. Constituíram critérios principais para este processo a necessidade de acesso directo do público e de divulgação. A digitalização abrange o património arquitectónico e arqueológico (industrial, cisterciense e itinerários arqueológicos do Alentejo e Algarve - Tabela 2) as estruturas, os serviços regionais e dependentes, estes últimos correspondem a monumentos nacionais convertidos em serviços (Palácio Nacional da Ajuda, Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, Paço dos Duques de Bragança e Fortaleza de Sagres, num total de 15) e ainda um site

específico do Mosteiro da St.^a Clara-a-Velha de Coimbra, bem como um CD-Rom que integra realidade virtual.

No domínio dos projectos em curso e previstos (Tabelas 2.a e 2.b, respectivamente), prevê-se a continuação da construção do site do IPPAR, onde se pretende incluir uma listagem do património classificado e em vias de classificação, a continuação da implantação do Sistema de Informação da entidade (uma base de dados disponível apenas em rede interna) e a continuação da digitalização do arquivo fotográfico dos serviços dependentes. Os projectos são realizados por terceiros, sendo a relação preço/qualidade e curriculum da empresa os principais critérios de selecção.

4.3. Políticas de Utilização/Acessibilidade (Tabelas 3)

A entidade estabelece uma diferenciação ao nível das acessibilidades em função do tipo de espólios à sua guarda (Monumentos e Sítios Afectos /Divisão de Documentação e Arquivo - Biblioteca).

Em relação aos Monumentos e Sítios Afectos, o tipo de público indicado como mais frequente é o indiferenciado/geral, seguido por instituições de ensino e de investigação, associações e empresas, estas últimas pertencentes mais frequentemente a sectores de turismo, instituições financeiras e de cinema/produção audiovisual. O principal factor de diferenciação das condições de acesso é a diversidade dos monumentos e sítios.

Em função do tipo de conteúdos (Tabela 3.2.), foram referidas restrições de acesso com exigência de autorização prévia e acesso pago para cerca de 73% dos monumentos, sendo esta política justificada por alguns dos locais estarem a ser alvo de projectos de valorização, não reunindo as condições necessárias para o acesso do público em geral. No entanto, as respostas são inconclusivas quando cruzadas as condições em função dos tipos de públicos (Tabela 3.3.) com os tipos de conteúdos (Tabelas 3.2.). Detecta-se igualmente a existência de restrições no acesso para consulta e reprodução aos documentos confidenciais e antigos do arquivo bibliográfico/ documental, sendo de salientar a diferença estabelecida pela entidade entre biblioteca cujo acesso é público e o

arquivo (referente a documentos de serviços, processos de classificação e de obras) cuja consulta é de acesso restrito e exige autorização prévia.

Referente à Divisão de Documentação e Arquivo - Biblioteca os tipos mais frequentes são o indiferenciado geral, as instituições de Ensino, instituições públicas e os funcionários do organismo, sendo o acesso gratuito. As condições de acesso diferem apenas em função do tipo de conteúdos, sendo exigido autorização prévia para o arquivo e acesso restrito para o mesmo e para documentos confidenciais. A acessibilidade em função dos tipos de procura restringe-se aos livros antigos.

4.4. Direitos de Autor/Patrimoniais e Propriedade Intelectual (Tabelas 4)

É exigido pagamento em casos de utilização de conteúdos para fins didácticos e comerciais, diferindo os custos em função do tipo de monumento ou sítio em causa, não se aplicando a questão da propriedade intelectual.

4.5. Indicadores Económicos (Tabelas 5)

Nesta última dimensão, apenas são apresentados os valores do orçamento global (Orçamento do Estado + Fundos Comunitários) e orçamento específico para bens culturais, com desagregação do valor das verbas para a divulgação e valorização do património e para informatização e apoio técnico. Os mecanismos de controlo financeiro e de gestão praticados pela instituição tornam inviável a segmentação do orçamento específico para bens culturais - facto agravado pela dimensão das acções no domínio dos “conteúdos culturais” e por estas estarem “disseminadas” por diversos programas do plano do orçamento (PIDDAC) e “capitadas” a rubricas diversas. Assim, as rubricas pretendidas no questionário não são desagregáveis, fornecendo a instituição exemplos, tais como o da edição que se encontra contabilizado na rubrica "Divulgação", o mesmo acontecendo com as despesas relativas à informática e formatação multimédia. De realçar, no entanto, que detectado este obstáculo nos contactos directos, foi solicitada a segmentação do orçamento existente na instituição com referência informativa aos itens incluídos em cada rubrica, solução não cumprida pela instituição.

A entidade justifica ainda a ausência da segmentação do orçamento referente às acções de formação por se encontrarem umas asseguradas pelo orçamento do funcionamento, outras inseridas no PIDDAC, outras ainda contando com financiamento externo (MSE, IEF, etc.). Relativamente às receitas, a instituição limita-se a referir que por "norma" os respectivos indicadores não são apresentados.

5. Interpretação das Respostas ao Questionário

Devido às lacunas referidas, resulta impraticável uma avaliação das grandes tendências e o traçar de um quadro referente aos três objectivos estratégicos - conservação, digitalização e políticas de utilização - já que, no âmbito da conservação, as informações disponibilizadas são provenientes do site e se encontram desactualizadas, não se sabendo o número e natureza dos principais projectos de intervenção em curso e previstos.

No que se refere à formatação multimédia dos conteúdos, apesar dos projectos em curso e previstos, não é possível detectar com clareza o quadro futuro da situação. Contudo, de modo a ir ao encontro das necessidades de divulgação do património arquitectónico e arqueológico nacional apresentadas pelos representantes da entidade como critérios de digitalização, é de prever que a produção de conteúdos em formato digital seja uma necessidade cada vez mais premente neste Instituto.

1. Fundos / Coleções / Arquivos / Património

	Designação / Áreas Temáticas	Volume	Suporte	Datação
Património Arquitectónico/ Arqueológico	Monumentos e sítios afectos dispersos por 15 serviços dependentes	161	-	-
Arquivo Fotográfico	Disperso por vários serviços (Serviços Centrais, Direcções Regionais e Serviços dependentes).	-	-	-
Arquivo Bibliográfico/ Documental	-	10.000 volumes (cerca de 1.500 metros lineares)	-	-

2. Digitalização / Formatação Multimédia

	Designação / Áreas temáticas	Volume	On-line	Off-line	Datação	Realização			
						Pela instituição		Por terceiros	
						N.º funcionários envolvidos	Formação específica/acções formação	Empresas contratadas	Critérios de selecção
Património Arquitectónico e Arqueológico	Património Industrial	22 imóveis	Internet	-	-	-	-	-	-
	Programa de Valorização Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve	13 sítios	Internet	-	-	-	-	-	-
	Monumentos (Palácio Nacional da Ajuda, Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Paço dos Duques de Bragança e Fortaleza de Sagres)	5 monumentos	-	-	-	-	-	-	-
	Mosteiro de St.ª Clara-a-Velha de Coimbra	-	Internet	-	-	-	-	-	-
	Cisterciense	9 imóveis	Internet	CD-Rom: Realidade Virtual (lançamento p/ breve)	-	-	-	-	-

2.1 Projectos de Digitalização em Curso:

Designação / Áreas temáticas	Volume	Online	Offline	Calendarização	Realização: Por terceiros	
					Empresas contratadas	Critérios de selecção
Arquivo Fotográfico	-	Internet	-	-	Chiron - Sistemas de Informação; Atelier Luis Pavão - Fotografia; C.C.G. - Centro de Computação Gráfica	Relação Preço/Qualidade; Curriculum da empresa
Sistema de Informação do IPPAR (Base de Dados)	-	Intranet	-	-		
Listagem do património classificado e em vias de classificação, com recurso a texto, imagens e georeferenciação de imóveis	-	Internet	-	-		

2.2 Projectos de Digitalização Previstos:

Designação / Áreas temáticas	Volume	Online	Offline	Calendarização
-	-	-	-	-

3. Políticas de Utilização / Acessibilidade

A. Monumentos e Sítios Afectos

3.1 Públicos: frequência e condições de acesso

Tipos de Público		Frequência (ordenar de 1 a 6)			
Indiferenciado / Geral	1	-			
Instituições de Ensino	2	-			
Instituições de Investigação	3	-			
Empresas	3	<u>Propriedade</u>	<u>Origem</u>	<u>Sector activ.</u>	<u>Frequência</u>
		Privada	Nacional	Comunicação Social	4
				Mkt e Publicidade	5
				Cinema/Audiovisual	3
				Indústria	6
				Moda	6
				Edição/Publicação	4
				Turismo	1
				Serviços	0
				Multimédia	4
Outros: Instituições Bancárias	2				
Instituições Públicas	4	-			
Fundações	4	-			
Associações	3	-			
Outros	-	-			

3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos

Tipos de conteúdos	Restrições
118 Monumentos e Sítios afectos	Acesso restrito / Pago/ Autorização prévia

3.3 Condições de acesso em função dos públicos

Tipos de Público							
Instituições de Ensino	Instituições Públicas	Empresas Privadas	Indiferenciado / Geral	Instituições de Investigação	Fundações	Associações	Outros
-	Pago; Gratuito; Descontos especiais	Pago; Gratuito; Descontos especiais	Pago; Gratuito; Descontos especiais	Gratuito	-	-	-

3.4 Condições de acesso em função da procura

Tipos de procura	Condições
-	-

3. Políticas de Utilização / Acessibilidade

B. Divisão de Documentação e Arquivo - Biblioteca do IPPAR

3.1 Públicos: frequência e condições de acesso

Tipos de Público	Frequência (ordenar de 1 a 6)				
Indiferenciado / Geral	1	-			
Instituições de Ensino	1	-			
Instituições de Investigação	6	-			
Empresas	6	<u>Propriedade</u>	<u>Origem</u>	<u>Sector activ.</u>	<u>Frequência</u>
		-	-	Comunicação Social	-
				Mkt e Publicidade	-
				Cinema/Audiovisual	-
				Indústria	-
				Moda	-
				Edição/Publicação	-
				Turismo	-
				Serviços	-
				Multimédia	-
Outros	-				
Instituições Públicas	1	-			
Fundações	6	-			
Associações	6	-			
Outros: Funcionários do IPPAR	1	-			

3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos

Tipos de conteúdos	Restrições
Arquivo	Acesso restrito / Autorização prévia
Documentos confidenciais	Acesso restrito
Livros antigos	Impossibilidade de reprodução

3.3 Condições de acesso em função dos públicos

Tipos de Público							
Instituições de Ensino	Instituições Públicas	Empresas Privadas	Indiferenciado / Geral	Instituições de Investigação	Fundações	Associações	Outros
-	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito	-

3.4 Condições de acesso em função da procura

Tipos de procura	Condições
-	-

4. Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual

4.1 Direitos patrimoniais em função dos fins de utilização

Fins	Direitos de Autor
Didáticos	sim
Investigação	não
Comerciais	sim
Outros	-

4.2 Propriedade Intelectual

Tipos de conteúdos que requerem divisão de direitos
Não se aplica

5. Indicadores Económicos (milhares de escudos)

Orçamento total	Orçamento específico p/ conteúdos culturais *
5.882.879 (a)	297.762 (b)

(a) Compreende: Orçamento de Estado: 3.200.570 (cap) + 701. 350 (corr.)

Fundos Comunitários: 1.604.450 (cap.) + 449.337 (corr.)

(b) Sendo 235.213 contos para Divulgação e Valorização do Património (edições) e 61. 939 contos para Informatização e Apoio Técnico

* 5.1 Orçamento específico para conteúdos culturais - Segmentação (milhares de escudos):

	1997		1998		1999		2000	
	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos
Total	-	-	-	-	-	-	-	-
Digitalização/Multimédia c/ recursos próprios	-	-	-	-	-	-	-	-
Digitalização/Multimédia c/ recursos externos	-	-	-	-	-	-	-	-
Produção	-	-	-	-	-	-	-	-
Marketing/Publicidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-
Edição	-	-	-	-	-	-	-	-
Formação	-	-	-	-	-	-	-	-
Conservação/Restauro	-	-	-	-	-	-	-	-

5.2 Receitas (milhares de escudos)

Desagregação por áreas de receitas		
Áreas	Receitas	%
Total	-	-
Mecenato	-	-
Bilheteira	-	-
Direitos	-	-
Prestação de serviços	-	-
Loja/publicações	-	-
Fundos comunitários	-	-
Patrocínios/apoio de privados	-	-
Arrendamento de espaços	-	-
Subsídios estatais	-	-
Obs.	Segundo a entidade por norma não se apresentam receitas	

RDP- Radiodifusão Portuguesa

1. Características Gerais

Os Arquivos Sonoros de Rádio da RDP, nascidos para satisfazer as exigências dos canais de emissão, foram aumentando progressivamente as suas colecções em número e valor, a ponto de se transformarem no repositório de uma memória colectiva com características singulares - documentos inéditos. Em virtude dos objectivos a que se propõem, são espólios enciclopédicos e fontes riquíssimas de testemunhos e dados culturais, políticos e sociais.

Uma das razões da sua existência é a preservação dos documentos sonoros relevantes para as gerações futuras e a outra é que se trata de uma necessidade fundamental da própria entidade, já que necessita de elementos para a produção dos programas diariamente produzidos em qualquer dos seus canais, constituindo igualmente uma fonte cultural com acesso público.

Os respectivos arquivos representam o contributo em música e palavra falada de mais de meio século de actividade radiofónica, criado por produção própria e por aquisição no mercado.

2. Obstáculos Metodológicos e Processuais

2.1. Esforços de Adaptação do Questionário à Entidade e à Informação Disponível

Foram efectuados diversos contactos com a entidade e após a apresentação dos objectivos e esclarecidos as diversas dimensões do estudo foi detectada alguma resistência e indisponibilidade para a resposta ao questionário, nomeadamente,

relativamente aos indicadores económicos, questões ultrapassadas, no entanto, após reunião com a direcção dos respectivos arquivos.

2.2. Apreciação Global da Resposta ao Questionário

Ultrapassados os obstáculos já assinalados, as respostas recolhidas adequaram-se no essencial às diversas dimensões, quer ao nível quantitativo (volumes), quer qualitativo (designações/áreas temáticas, datação, suportes e formatos): Relativamente aos indicadores económicos, algumas das rubricas não foram preenchidas por se tratar de áreas que dependem do orçamento total da entidade e não exclusivamente do orçamento para os respectivos arquivos em questão.

3. Apreciação Específica das Dimensões Contidas no Questionário

3.1. Arquivos/Fundos Património/Colecções (Tabela 1)

Os Arquivos Sonoros possuem dois tipos de arquivos - Musical e Histórico- com condições técnicas adequadas à sua conservação (climatização e humidade controlada) e utilização, tendo igualmente sido efectuadas acções de restauro, de recuperação dos registos mais antigos, faltando concluir uma parcela que não oferece problemas de envelhecimento. Considerada uma das áreas fundamentais de investimento financeiro, a conservação tem sido uma das prioridades da entidade, tendo os arquivos sonoros sido alvo, desde 1995 até ao final de 1998, de diversas operações de preservação, com o objectivo de proporcionar melhores condições ao nível das instalações e dos próprios acervos.

3.2. Digitalização/Formatação Multimédia (Tabelas 2)

Para a RDP, a concepção de conservação e de preservação dos respectivos espólios assenta no processo de digitalização, ao contrário do que acontece em algumas instituições abrangidas pelo estudo.

A digitalização efectuada correspondeu à necessidade de evolução tecnológica e acompanhou o grande investimento realizado nos últimos anos na RDP em equipamentos técnicos de produção e de emissão.

Actualmente, cerca de 85% dos registos pertencentes ao Arquivo Histórico estão totalmente digitalizados (DAT), estando o mesmo processo concluído no arquivo musical. O arquivo de retaguarda constituído por discos de vinil não vai ser objecto de digitalização.

Assim, como processo complementar da introdução da tecnologia digital da edição e composição partiu-se, nos anos acima mencionados, para a digitalização do Arquivo Sonoro com a transferência do suporte analógico dos registos magnéticos para sistema digital.

A opção pelo suporte DAT - Digital Audio Tape - baseou-se nas garantias de qualidade e durabilidade oferecidas e na sua disponibilidade de aquisição no mercado, tendo sido tomadas em linha de conta, de acordo com a instituição, as experiências positivas de outros membros da UER. Apesar dos resultados obtidos em termos de maior economia no espaço de armazenamento, facilidade de manutenção e compatibilização com os sistemas das outras rádios (nomeadamente as associadas na UER), hoje discute-se se esta é a melhor opção para a digitalização de arquivos sonoros, no domínio das novas tecnologias.

A conclusão do processo foi realizada em finais de 1998, com diferenciação de tratamento, tendo sido o arquivo musical tratado dentro das instalações da RDP, o arquivo histórico por uma empresa exterior à instituição.

Relativamente ao arquivo histórico foram digitalizadas 9.089 horas de som num investimento total de 36 mil contos, dos quais 11 mil foram gastos em cassetes DAT e 25 mil na mão de obra do trabalho de cópia.

A digitalização do arquivo musical foi processada nos respectivos estúdios, tendo sido efectuado o tratamento prévio dos registos magnéticos das bobinas, com um investimento na ordem dos 33 mil contos, dos 23 mil contos em mão-de-obra e 10 mil contos em suportes DAT.

No domínio dos projectos previstos, destaque para a introdução de som on-line com origem nos registos dos arquivos sonoros. O projecto estará disponível apenas em intranet e visa uma maior disponibilização e racionalização da consulta, de modo a melhorar a dinâmica interna da entidade.

Os condicionalismos inerentes à digitalização são essencialmente de ordem jurídica, ao nível do usufruto de alguns espólios, mas que estão regulamentados por contratos, e também no campo dos direitos de autor e direitos conexos.

3.3. Políticas de Utilização/ Acessibilidade

As condições de acesso na entidade em questão estão devidamente regulamentadas, estando todos os conteúdos sujeitos a autorização prévia e acesso pago⁶. Assim, as condições não variam em função dos tipos de público, mas dos tipos de procura (cópia e cedência) e de conteúdos, das quais dependem as variações de custos. Como instituição prestadora de um serviço público, a RDP pratica, no entanto, descontos especiais para alguns tipos de públicos, nomeadamente, as instituições públicas, instituições de investigação e associações

⁶ Cf. tabelas de preços em anexo.

3.4. Indicadores Económicos (Tabelas 5)

De referir que na segmentação do orçamento específico são incluídos valores para as áreas da digitalização incompatíveis com o orçamento global para os arquivos sonoros porque estão dependentes do orçamento global da RDP.

Relativamente às receitas e apesar da regulamentação das condições de acesso, só a partir de meados de 1999 foi iniciado o processo gerador de receitas, razão pela qual não se apresentam valores.

4. Interpretação das Respostas ao Questionário

Relativamente aos três estratégicos do segmento dos estudo, podemos destacar que a RDP é a única entidade cuja as políticas de conservação são inseparáveis do processo de digitalização, embora não se esgotem na respectiva dimensão.

De registar ainda que se trata da instituição que submeteu os seus espólios e instalações a programas de conservação com investimentos avultados.

Por outro lado, constitui a única entidade com valores de digitalização mais elevados (85% no total dos dois arquivos), embora o acesso seja ainda exclusivamente off-line. Com a previsão de um projecto para som on-line (embora ainda no domínio da intranet), a empresa prepara-se para uma nova etapa, mas ainda sem a preocupação de carácter de divulgação pública ou de novos modos de rentabilização comercial dos seus espólios, através de novos tipos de acesso como o E-comm.

No domínio das políticas de utilização/Acessibilidade é uma das poucas entidades que refere a existência de regulamentação rigorosa no acesso aos seus espólios, mas em que as condições não são regulamentadas e definidas no sentido de prever tipos emergentes de públicos, nomeadamente, no que respeita a produtores de conteúdos culturais em multimédia.

1. Fundos / Coleções / Arquivos / Património

	Designação / Áreas temáticas	Suporte	Formato	Volume por Suporte/ Formato	Datação
Arquivo Musical	Música com todos os géneros de todo o mundo	Vinil	78 rotações	10.000 discos	-
	Música erudita estrangeira	Vinil	33 rotações	14.200 discos	-
	Música ligeira	Vinil	33/45 rotações	8.500 discos	-
	Música ligeira estrangeira	Vinil	33/45 rotações	31.500 discos	-
	Música erudita	CD's	-	15.000 discos	-
	Música ligeira	CD's	-	10.000 discos	-
	Música erudita (resultantes das iniciativas promovidas pela RDP e da digitalização de bobinas)	Cassetes DAT	-	6.000 cassetes	-
	Música erudita portuguesa	Vinil	33 rotações	1.000 discos	-
Arquivo Histórico	-	Cassetes DAT	-	15.000 cassetes (30.000 horas)	-
	-	Bobinas	Analógico (em fase de transformação em som digital)	3.000 bobinas	-

2. Digitalização / Formatação Multimédia

	Designação / Áreas temáticas	Volume	On-line	Off-line	Datação	Realização			
						Pela instituição		Por terceiros	
						N.º funcionários envolvidos	Formação específica /acções formação	Empresas contratadas	Critérios de selecção
Arquivo Histórico	-	85% dos registos	-	DAT	-	6	Formação interna c/ fornecedores e construtores dos equipamentos técnicos	"Só Volume"; "Estúdio 135"	Relação qualidade/preço; prazo apresentado; recursos técnicos
Arquivo Musical	-	100% dos registos	-	CD Audio; DAT	-				

2.1 Projectos de Digitalização em Curso:

Designação / Áreas temáticas	Suporte	Volume	On-line	Off-line	Calendarização	Realização			
						Pela instituição		Por terceiros	
						N.º funcionários envolvidos	Formação específica /acções formação	Empresas contratadas	Critérios de selecção
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

2.2 Projectos de Digitalização Previstos:

Designação / Áreas temáticas	Suporte	Volume	On-line	Off-line	Calendarização
Som com origem nos registos dos Arquivos Sonoros	-	-	Intranet	-	a iniciar em Jan. 2000

3. Políticas de Utilização / Acessibilidade

3.1 Públicos: frequência e condições de acesso

Tipos de Público	Frequência (ordenar de 1 a 6)				
Indiferenciado / Geral	5	-			
Instituições de Ensino	4	-			
Instituições de Investigação	2	-			
Empresas	1	<u>Propriedade</u>	<u>Origem</u>	<u>Sector activ.</u>	<u>Frequência</u>
		Pública Privada	-	Comunicação Social	3
				Mkt e Publicidade	2
				Cinema/Audiovisual	1
				Indústria	6
				Moda	6
				Edição/Publicação	4
				Turismo	6
				Serviços	6
				Multimédia	5
Outros	6				
Instituições Públicas	-	-			
Fundações	6	-			
Associações	3	-			
Outros	-	-			

3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos

Tipos de conteúdos	Restrições
Todos os conteúdos	Acesso pago. Autorização prévia (o pedido de utilização deve especificar o fim e a frequência, c/ obrigatoriedade de citação da fonte sempre que haja comunicação pública). O material é apenas cedido ao requerente, não podendo em caso algum ser utilizado por terceiros.
Fundos reservados	Acesso restrito

3.3 Condições de acesso em função dos públicos e da procura

Tipos de Procura	Tipos de Público							
	Instituições de Ensino	Instituições Públicas	Empresas Privadas	Indiferenciado / Geral	Instituições de Investigação	Fundações	Associações	Outros
Audição	-	Descontos especiais	-	-	Descontos especiais	-	Descontos especiais	-
Cópia e cedência	As restrições não variam em função dos tipos de público (V. tabelas 3.2 e 4.)							

4. Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual

4.1 Direitos patrimoniais em função dos fins de utilização

Fins	Direitos de Autor *
Didáticos	não
Investigação	não
Comerciais	não
Outros: Multimédia	não

* A entidade remete para a SPA os potenciais utilizadores de conteúdos pertencentes aos seus Arquivos.

4.2 Propriedade Intelectual

Tipos de conteúdos que requerem divisão de direitos
A RDP não pratica alienação de propriedade intelectual

5. Indicadores Económicos (milhares de escudos)

Orçamento total	Orçamento específico p/ conteúdos culturais *
32.000 (orçamento para os arquivos sonoros)	20.000

* 5.1 Orçamento específico para conteúdos culturais - Segmentação (milhares de escudos):

	1997		1998		1999 (valores provisórios)		2000 (estimativa)	
	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos
Total	-	42.500	-	43.500	-	10.200	-	6.000
Digitalização/Multimédia c/ recursos próprios	-	16.500	-	16.500	-	4.200	-	-
Digitalização/Multimédia c/ recursos externos	-	18.000	-	18.000	-	-	-	-
Produção	-	-	-	-	-	-	-	-
Marketing/Publicidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	8.000	-	9.000	-	6.000	-	6.000
Edição	-	-	-	-	-	-	-	-
Formação	-	-	-	-	-	-	-	-
Conservação/Restauro	-	-	-	-	-	-	-	-
Obs.	Os valores do orçamento total e específico são incompatíveis com os investimentos da digitalização porque dependem do orçamento global da RDP. Só as aquisições são efectuadas com o orçamento específico dos Arquivos Sonoros.							

5.2 Receitas (milhares de escudos)

Desagregação por áreas de receitas		
Áreas	Receitas	%
Total	-	-
Mecenato	-	-
Bilheteira	-	-
Direitos	-	-
Prestação de serviços	-	-
Loja/publicações/vendas	-	-
Fundos comunitários	-	-
Patrocínios/apoio de privados	-	-
Arrendamento de espaços	-	-
Subsídios estatais	-	-
Obs.	* Só a partir de Julho de 1999 foi iniciado o processo gerador de receitas. Não é ainda possível dar dados relativos às receitas geradas.	

Radiotelevisão Portuguesa - Direcção de Arquivos e Documentação

1. Características Gerais

A Direcção de Arquivos e Documentação da Radiotelevisão Portuguesa (RTP) tem como competências assegurar a gestão arquivística dos fundos documentais existentes ou que venham a ser produzidos pela entidade e a promoção da produção audiovisual e de conteúdos com base em documentos de arquivos, bem como a definição e aplicação das políticas arquivísticas e documental da empresa e garantir ainda o acesso público àqueles fundos.

2. Obstáculos Metodológicos e Processuais

Nos contactos efectuados com a instituição foram apresentados os objectivos gerais do segmento de estudo, esclarecidas as várias dimensões do inquérito e inventariados os principais obstáculos, que consistiram essencialmente na disponibilização das categorias referentes às designações/áreas temáticas, datação e compreensão da terminologia excessivamente técnica da informação recolhida posteriormente. Os contactos estabelecidos permitiram igualmente diagnosticar o grau de receptividade e de adequação às rubricas do respectivo inquérito.

3. Apreciação Global da Resposta ao Questionário

A informação obtida tem um carácter essencialmente técnico e quantitativo, embora vago nas categorias de natureza qualitativa. Apesar do carácter quantitativo da informação, não foi possível obter dados relativos ao grau percentual de digitalização, às entidades que realizaram os respectivos projectos e aos valores orçamentais para a mesma rubrica, nem para a dimensão da conservação e projectos de restauro. As lacunas estendem-se igualmente ao orçamento para conteúdos culturais e à segmentação do orçamento específico.

4. Apreciação Específica das Dimensões Contidas no Questionário

4.1. Património/Fundos/Arquivos/ Colecções (Tabela 1)

A informação facultada é apresentada de forma técnica por suporte, formato e volume total e por categoria nos três tipos de arquivos existentes (fotográfico, audiovisual e bibliográfico/documental), com desagregação vaga nas categorias qualitativas. Os arquivos mais relevantes em termos quantitativos correspondem ao fotográfico com 240 mil peças e ao audiovisual com 330 mil peças dispersas por diversos tipos de suportes (filme 16 mm negativo/internegativo, Video/Analógico PAL, video digital e microfilmes) e por diferentes áreas temáticas genéricas (produção nacional, estrangeira, etc.).

Relativamente às condições de conservação e projectos de restauro, há a referir o programa Aurora (Automated Restoration on Original Film and Video Archives), aplicada na RTP durante a Expo'98, com a recuperação de várias horas de arquivos documentais televisivos sobre o tema dos oceanos e ainda parcerias pontuais com o ANIM-Arquivo Nacional de Imagens em Movimento para a recuperação pontual de sequências em película.

4.2 Digitalização/ Formatação Multimédia (Tabela 2)

Das espécies referentes ao arquivo fotográfico (240 mil), a RTP dispõe em suporte digital (videodisco) de cerca de 25% desse total e cerca de 1, 4 % do total do acervo dos recortes de imprensa referentes ao arquivo bibliográfico/documental.

Mas se no presente o grau de digitalização é mínimo, os projectos em curso e previstos evidenciam uma preocupação de modernização no sentido do caminho da racionalização e maior facilitação da consulta para rede interna (dois projectos em intranet) e outro para acesso público (internet). Assim, são referidos os Projectos Vidion Digital, a partir do qual serão disponibilizadas para consulta cerca de 5 mil horas de material informativo e desportivo mais recente e a Emissão RTP 1 e RTP 2 para verificação, descrição de conteúdos de Arquivo e Estatística. Ainda relativamente ao projecto de digitalização, a RTP distingue-se das restantes instituições do universo da investigação, por ser a única que menciona a previsão de um projecto com acesso pago (E-comm) referente ao Projecto Alert (Alert System for Selective Dissemination of Multimedia Information), projecto de europeu apresentado no âmbito do IST e que visa disponibilizar um sistema de Difusão Selectiva de Informação Multimedia automático no prazo de 3 anos.

A política de digitalização de conteúdos é condicionada por dois tipos de factores: a Produção de Programas da RTP em formato digital (Betacam Digital e SX) e a Política de transcodificação de conteúdos em formato analógico para digital em prática no arquivo.

Relativamente à primeira questão, a realidade é de um aumento substancial de novas produções já em formatos digitais, que se espera venha a ser incrementada a partir da própria produção informativa interna, nomeadamente, pela introdução no Centro de Emissão da cadeia completa de emissão em digital, através da introdução de video-servers de produção (prevista para o ano 2000).

No domínio da política de transcodificação do arquivo (passagem de material original em filme ou video analógico para digital), essa política tem sido prosseguida através de um planeamento progressivo de digitalização delimitado por razões de conservação ou

restauro de material de grande importância, em risco, necessidades provenientes de conteúdos de arquivo para novas produções, e de disponibilização de conteúdos na net (Telejornal Canal 1 on-line ou promoção pontual de programas). De acrescentar ainda necessidades decorrentes da operacionalização da infraestrutura do Arquivo Digital desenvolvido no âmbito do projecto PRAXIS XXI- Vidion- Vidion Digital On-line.

O processo de digitalização, com cerca de dois anos, está em fase crescente de desenvolvimento, sendo, no entanto, condicionado pela indefinição existente nos "broadcasters" nacionais e estrangeiros relativamente aos formatos digitais de arquivo e dos investimentos em infraestruturas.

No momento encontram-se em curso cerca de três projectos (dois com acesso na intranet e um em internet). Previsto está igualmente um projecto com acesso on-line (intranet e internet).

4.3. Políticas de utilização/ Acessibilidade (Tabela 3)

O arquivo da instituição enquanto arquivo empresarial com a componente patrimonial de interesse público, tem definidas condições de acesso para os diversos tipos de serviços internos, utilização do material arquivado, divulgação e acesso público, de forma a compatibilizar as suas diferentes vocações com o imperativo de auto-financiamento que lhe permita alocar meios para as suas actividades, de acordo com as informações fornecidas pela entidade.

De todos os tipos de acesso, o mais comum nos Arquivos da RTP é o pago (não são fornecidas tabelas de preços nem exemplos), variando o mesmo em função dos tipos de conteúdos e do material solicitado. De salientar que apenas para as instituições públicas o acesso pode ser gratuito, dependendo igualmente em função dos tipos de conteúdos e de procura. De referir ainda a existência de conteúdos com vários tipos de restrições: autorização prévia, acesso restrito e exigência de pagamento (futebol, programas estrangeiros e publicidade).

4.5. Indicadores Económicos (Tabela 5)

Na rubrica em questão, mais uma vez persiste a ausência de uma identificação clara da afectação de verba, comum aliás a uma grande parte das instituições. Como já foi referido, foram apenas apresentados os valores globais do orçamento e, na sua segmentação, os valores referentes à produção, aquisições, marketing e publicidade, sem qualquer referência às áreas relevantes para a investigação em curso (conservação, digitalização).

5. Interpretação das Respostas ao Questionário

Tendo em conta a especificidade da entidade e o seu carácter empresarial, destaca-se a introdução de projectos de digitalização com acesso E-comm, uma prática ainda relativamente recente em Portugal e que se insere na emergência de uma mentalidade que procura novos meios de rentabilização de conteúdos culturais. A existência de projectos ao nível europeu demonstra igualmente que a RTP pretende congrega sinergias no sentido de caminhar para a sociedade de informação, sendo, no entanto, em termos quantitativos ainda pouco relevante nesse âmbito.

1. Fundos / Coleções / Arquivos / Património

	Volume Total	Designação / Áreas temáticas	Suporte	Formato	Volume por Suporte/ Formato	Datação
Arquivo Fotográfico	240.000	Fotografia de cena	Negativos de fotografia	-	180.000	1957 ->
		Política Nacional, Internacional e Desportiva	Diapositivos	-	80.000	1980 ->
Arquivo Audiovisual	330.000	Produção Nacional	Suporte filme 16mm negativo internegativo	-	184.000	-
		Estrangeira			146.000	-
		Preto /Branco			280.000	-
		Cor			50.000	-
	-	-	Suporte Video/ Analógico PAL	2"	500 bobinas	-
				1" Formato B	15.000 bobinas	-
				3/4 U-MATIC	32.000 bobinas	-
				Betacam	25.000 cassetes	-
				Betacam SP	220.000 cassetes	-
	-		Suporte Video Digital	Betacam Digital	15.000 cassetes	-
				Betacam SX	10.000 cassetes	-
				MPEG 1 (streams)	150 horas	-
				Real Media	150 horas	-
Arquivo Bibliográfico /Documental	-	Monografias	-	-	18.266	-
		Publicações Periódicas (assinatura)	-	-	265	-
		Recortes de Imprensa	Microfilmes	A4	7.144.000	-
		Publicações Periódicas	Microfilmes	A4	2.936.000	-

2. Digitalização / Formatação Multimédia

	Designação / Áreas temáticas	Volume	On-line	Off-line	Datação	Realização			
						Pela instituição		Por terceiros	
						N.º funcionários envolvidos	Formação específica/ acções formação	Empresas contratadas	Critérios de selecção
Arquivo Fotográfico	Espólio Testa Santos (fotografia de cena)	60.000	-	Videodisco	1957-1969	-	-	-	-
Arquivo Bibliográfico/ Documental	Recortes de Imprensa	97.744	Intranet	-	-	-	-	-	-

2.1 Projectos de Digitalização em Curso:

Designação / Áreas temáticas	Suporte	Volume	On-line	Off-line	Calendarização	Realização			
						Pela instituição		Por terceiros	
						N.º funcionários envolvidos	Formação específica/ acções formação	Empresas contratadas	Critérios de selecção
Projecto Vidion Digital (disponibilização para consulta de material mais recente informativo e desporto)	-	5.000 horas	Intranet	-	Ano 2000	-	-	-	-
Arquivo Internet (centrado no Telejornal do Canal 1 em formato Real)	-	-	Internet	-	-	-	-	-	-
Emissão RTP 1 e RTP 2 (para verificação, descrição de conteúdos de Arquivo e Estatística)	-	-	Intranet	-	-	-	-	-	-

2.2 Projectos de Digitalização Previstos:

Designação / Áreas temáticas	Suporte	Volume	On-line	Off-line	Calendarização
Projecto Alert - Alert system for selective dissemination of multimedia information (projecto europeu apresentado no âmbito IST). Disponibilização no prazo de 3 anos de um sistema de Difusão Selectiva de Informação Multimedia automático	-	-	Intranet/ E-Comm	-	3 anos (prazo estabelecido)

3. Políticas de Utilização / Acessibilidade

3.1 Públicos: frequência e condições de acesso

Tipos de Público	Frequência (ordenar de 1 a 6)				
Indiferenciado / Geral	5	-			
Instituições de Ensino	2	-			
Instituições de Investigação	3	-			
Empresas	4	<u>Propriedade</u>	<u>Origem</u>	<u>Sector activ.</u>	<u>Frequência</u>
		Privada	Estrangeira	Comunicação Social	3
				Mkt e Publicidade	5
				Cinema/Audiovisual	2
				Indústria	5
				Moda	6
				Edição/Publicação	6
				Turismo	6
				Serviços	6
				Multimédia	4
Outros	-				
Instituições Públicas	4	-			
Fundações	6	-			
Associações	3	-			
Outros: a própria instituição (jornalistas, realizadores, etc)	1	-			

3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos

Tipos de conteúdos	Restrições
Programas Estrangeiros	Acesso restrito; pago; autorização prévia
Futebol	Acesso restrito; pago; autorização prévia
Publicidade	Acesso restrito; pago; autorização prévia

3.3 Condições de acesso em função dos públicos

Tipos de Público							
Instituições de Ensino	Instituições Públicas	Empresas Privadas	Indiferenciado / Geral	Instituições de Investigação	Fundações	Associações	Outros
-	-	Pago	Pago	Pago; Carece de protocolo a estabelecer com a DAD / RTP	Pago; Carece de protocolo a estabelecer com a DAD / RTP	Pago; Carece de protocolo a estabelecer com a DAD / RTP	Pago; Carece de protocolo a estabelecer com a DAD / RTP

3.4 Condições de acesso em função da procura

Tipos de procura	Condições
-	-

4. Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual

4.1 Direitos patrimoniais em função dos fins de utilização

Fins	Direitos de Autor
Didáticos	sim
Investigação	não
Comerciais	sim (custos variáveis)
Outros: Multimédia	sim

4.2 Propriedade Intelectual

Tipos de conteúdos que requerem divisão de direitos
-

5. Indicadores Económicos (milhares de escudos)

Orçamento total	Orçamento específico p/ conteúdos culturais *
291.585	-

* 5.1 Orçamento específico para conteúdos culturais - Segmentação (milhares de escudos):

	1997		1998		1999 (valores provisórios)		2000 (estimativa)	
	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos
Total	-	-	-	-	11.000	3.000	12.000	3.000
Digitalização/multimédia c/ recursos próprios	-	-	-	-	-	-	-	-
Digitalização/Multimédia c/ recursos externos	-	-	-	-	-	-	-	-
Produção	-	-	-	-	5.000	1.000	4.000	1.000
Marketing/Publicidade	-	-	-	-	500	-	1.500	-
Aquisições	-	-	-	-	5.000	2.000	5.500	2.000
Edição	-	-	-	-	-	-	-	-
Formação	-	-	-	-	-	-	-	-
Conservação/Restauro	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	500	-	1.000	-

5.2 Receitas (milhares de escudos)

Desagregação por áreas de receitas:		
Áreas	Receitas	%
Total	202.005	100
Mecenato	-	-
Bilheteira	-	-
Direitos	186.425	92,3
Prestação de serviços	-	-
Loja/publicações/vendas	-	-
Fundos comunitários	2.906	1,4
Patrocínios/apoio de privados	-	-
Arrendamento de espaços	10.544	5,2
Subsídios estatais	-	-
Outras	2.130	1,1

4. Análise das Políticas Culturais na Área da Digitalização de Conteúdos Culturais Públicos - Conclusões e Recomendações

Antes de sistematizarmos as questões essenciais do ponto de vista da análise global do relatório, produzindo as respectivas conclusões e recomendações, importa fazer uma breve análise das políticas sectoriais na área das indústrias de conteúdos.

4.1. A política do sector

De forma a termos uma percepção o mais correcta possível da acção estratégica do Ministério da Cultura, mais especificamente no que concerne aos conteúdos culturais públicos, podemos referir as seguintes iniciativas estratégicas assumidas essencialmente no período 1996-1999:

- A colaboração com o Ministério das Finanças, no sentido de promover formas inovadoras de apoio financeiro ao estabelecimento de linhas de crédito bonificado e acessível, bem como de outras modalidades de apoio à produção cultural e ao desenvolvimento de uma indústria de produtos multimédia baseados nos recursos culturais portugueses; ainda, a criação de um Fundo de Capital de Risco e a sua incidência para as empresas do sector cultural (edição, audiovisual e multimédia) .
- O lançamento da Iniciativa Mosaico, com o objectivo de dinamizar um conjunto de acções que aumentem a visibilidade da cultura portuguesa na Internet e em suporte digital óptico, contribuindo, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento de uma indústria multimédia nacional baseada em conteúdos culturais.
- A constituição de uma Comissão Interministerial para o Audiovisual que apresentou um Relatório oficial sobre o sector e as medidas a tomar.

- A criação da empresa Conteúdos, que não chegou a ter actividade visível, tendo sido suspensa por decisão da tutela.

Mais em particular, e no que diz respeito às áreas do Cinema e Audiovisual, pretendia-se criar estímulo à promoção cinematográfica regular, estável e diversificada, bem como à produção de ficção e de documentários para televisão, através da aplicação rigorosa das obrigações de produção e investimento previstas na lei portuguesa e na Directiva Comunitária Televisão sem Fronteiras, do estabelecimento de novas modalidades de financiamento e do apoio à modernização das infra-estruturas técnicas necessárias; pretendia-se também o reforço dos circuitos de distribuição nacional e internacional da produção portuguesa, lançando medidas de apoio ao alargamento e recuperação do parque nacional de salas e à distribuição independente;

Foram desenvolvidos também protocolos com operadores de televisão, um com a RTP, visando definir o apoio da RTP à produção de cinema e o apoio do ICAM à produção audiovisual, outro com a SIC, visando definir o apoio da SIC à produção de cinema e o apoio do ICAM à produção audiovisual. Foi estabelecido também um protocolo entre o ICAM e a SIC para o financiamento da produção de trinta telefilmes no triénio 1999/2001.

Deu-se início à actividade do Arquivo Nacional de Imagens em Movimento (ANIM).

Foi celebrado um protocolo com os distribuidores cinematográficos para financiamento da produção de filmes portugueses e para garantir o cumprimento de uma quota anual de exibição de filmes portugueses.

Lançamento do programa Ver, destinado a divulgar e promover cinema, audiovisual e multimédia junto do público escolar.

Na área do livro, destacava-se o lançamento de um programa de edições electrónicas de conteúdo cultural, quer através da redifinição do site da Biblioteca Nacional na Internet, quer de uma linha editorial em suporte CD-ROM que se iniciava com a Biblioteca

Virtual de Autores Portugueses, a par do programa de informatização da Biblioteca Nacional, com entrada em funcionamento do novo sistema informático Horizon.

Na área do património, importa referir a constituição de um grupo de trabalho com o Instituto de Informática para a definição de recomendações sobre os documentos electrónicos na Administração Pública

Na área dos arquivos, o desenvolvimento do sistema informático de descrição arquivística Arquiv baseado na versão portuguesa da norma ISAD(G) do Conselho Internacional dos Arquivos.

No âmbito do Teatro, foram referidos: um acordo com a RTP relativo à transmissão televisiva do espectáculo As Lições de Ionesco; acordos com a SIC relativos à gravação e transmissão dos espectáculos Noite de Reis de Shakespeare e Raízes Rurais, Paixões Urbanas; um acordo com a Rádio Nova com vista à produção de teatro radiofónico, que deu lugar à emissão de diversas peças e à sua gravação em CD.

Finalmente, no âmbito do multimédia, com o objectivo de constituir uma rede cultural onde os produtos multimédia de conteúdos nacionais e internacionais possam ser comercializados, o ministério refere a inauguração de 21 áreas multimédia onde os visitantes têm acesso a edições multimédia de conteúdo cultural, sendo possível visioná-las através de equipamento informático colocado à sua disposição. Esta rede foi criada em lojas

- de museus sob tutela do Instituto Português de Museus;
- de monumentos afectos ao Instituto Português do Património Architectónico;
- do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo;
- da Casa das Artes, no Porto;

Neste âmbito, referência ainda à apresentação pública do projecto Terràvista em Lisboa, uma iniciativa do Ministério da Cultura na Internet, posteriormente autonomizado.

4.2. Análise global transversal às diferentes entidades que detêm conteúdos culturais públicos

Torna-se necessário iniciar este balanço final fazendo uma referência concreta ao fenómeno da digitalização em Portugal. É um dados de todos conhecido que só após os meados da década de 90 se começou, neste país, a produzir um discurso sobre a chamada Sociedade de Informação e sobre os seus grandes objectivos. Entre eles, justamente, a questão da digitalização de documentos e conteúdos.

A evolução que se tem verificado desde então deve ser vista, na nossa perspectiva, à luz deste quadro evolutivo e tendo presente o contexto das políticas públicas e privadas no decurso destes últimos cinco anos.

Desde logo, se há que ver aqui um atraso, esse deve imputar-se naturalmente ao início tardio de todo um processo que esteve, até então, como que no limbo da política científica e tecnológica.

Os problemas actualmente existentes, que pretendemos retratar nesta análise, devem por isso ser interpretados em função de todo um contexto político e normativo que abarca necessariamente toda a década de 90. Ainda assim teremos que reconhecer que o atraso clássico dos portugueses em relação às tecnologias e dispositivos comunicacionais que sempre foram característicos de estádios anteriores da genealogia da comunicação (recorde-se a emergência da imprensa, da rádio e da televisão em Portugal, sempre com grandes desfasamentos epocais relativamente às nações mais avançadas), neste caso não é tão nítido, sobretudo no que concerne à disponibilização no mercado das novas tecnologias e dos novos gadgets comunicacionais. O mesmo não se poderá dizer na definição de uma política pública relativamente ao desenvolvimento de uma estratégia destinada a potenciar os conteúdos culturais públicos. Aí há de facto um atraso que começa a ser preocupante.

Tanto mais preocupante quanto se sabe estarmos perante instituições que são os legítimos depositários, genericamente, do grande acervo do património cultural português. Nessa medida, há que não esquecer também que se trata, em geral, de

instituições que necessitam definir ainda como objectivo estratégico não propriamente a digitalização, mas, quase sempre, a recuperação e/ou conservação de um acervo.

É precisamente na expectativa de uma rápida superação dessa actual limitação que passaremos a desenvolver as grandes linhas conclusivas desta nossa pesquisa, como dissemos, transversal a diferentes organismos públicos em boa parte relacionados com o sector da cultura, mas também com organismos específicos do sector da comunicação social.

Assim, e desde logo, já que estamos perante uma aparente dicotomia media/cultura, importará dizer que ao contrário do que seria de esperar foi na área dos media que encontrámos uma maior receptividade às estratégias de digitalização de conteúdos e, nessa medida, também um estágio relativamente mais avançado e um maior investimento naquilo que serão as acessibilidades futuras pela via do digital e do on-line.

É o caso, nomeadamente, da Radiotevisão Portuguesa - RTP e da sua Direcção de Arquivos e Documentação, que gere, designadamente, um património avaliado em cerca de 400 mil documentos correspondentes a mais de 300 mil horas de vídeo, cujo valor global já foi estimado em cerca de 26 milhões de contos. Este sector estava no início dos anos 90 praticamente ao abandono, com apenas meia dúzia de trabalhadores a processarem informação e classificação sobre o então chamado arquivo do Prior Velho. Ao longo da década a situação mudou radicalmente e no final dos anos 90 os colaboradores afectos a esta área perfaziam a centena. No domínio do restauro do arquivo fica uma referência ao programa Aurora (Automated Restoration on Original Film and Video Archives), que foi aplicado na RTP durante a Expo 98, com o restauro de várias horas de arquivos documentais televisivos sobre o tema dos oceanos, tendo sido constituído hardware de aplicação na recuperação de imagem, embora se trate de um processo muito lento devido ao tempo exigido no diagnóstico e processamento desta técnica. Ainda na área do restauro, e no espólio em filme, refira-se a colaboração com o ANIM (Arquivo Nacional das Imagens em Movimento), da Cinemateca Portuguesa, em projectos concretos, mas sem grande expressão face ao grande acervo. Aspecto relevante nesta entidade é o grau de digitalização do importante arquivo fotográfico - 25% sobre 240 mil espécies. Quanto à digitalização na área do vídeo destaca-se o

projecto Vidion (Video Digital On-Line), que resulta de uma parceria com o INESC (Instituto Nacional de Engenharia de Sistemas e de Computadores). Pretende-se aqui definir uma arquitectura e desenvolver software para um sistema alternativo aos actuais métodos de arquivo de informação na área do broadcasting, quer em vídeo, quer também em áudio, que terá uma extensão para a Internet, com acesso a arquivo específico. O facto de estar a ser ponderado um projecto de acesso on-line através de uma lógica de e-comm é de assinalar também no caso da RTP.

Analizando sinteticamente a Radiodifusão Portuguesa - RDP e a sua área de arquivos sonoros - que detém a maior base de fonogramas de interesse historico-cultural do país -, designadamente nas perspectivas do recenseamento informático, do restauro, digitalização e acessibilidades, há a destacar o facto de a empresa estar altamente motivada para o sector da conservação, tendo apostado nos últimos anos seriamente neste domínio. Em particular há que relevar o facto de o processo de conservação estar já associado na origem ao próprio processo de digitalização em DAT - Digital Audio Tape, o que confere um estatuto muito particular a esta empresa no contexto das indústrias de conteúdos culturais em Portugal. Podemos dizer que 85% dos arquivos históricos estão já digitalizados na RDP. O investimento realizado na digitalização dos arquivos sonoros e musicais da RDP ascende a 69 mil contos, verba que não retrata o inestimável valor do novo arquivo digitalizado com registos e peças dos anos 30 e 40. Internamente, a informatização permite consultas de todos os suportes na rede informática da RDP, controlo dos suportes requisitados pelos utilizadores, localização instantânea e acesso a todos os ficheiros, estando os arquivos sonoros aptos a assegurar a cópia automática numa base de armazenamento de massa computadorizada, com todas as vantagens inerentes.

Um caso modelar neste âmbito, concretamente no que se refere a toda uma política de preservação de imagem em movimento, é aquela que foi detectada na Cinemateca Nacional - Museu do Cinema. Nesta instituição desde cedo que foram tomadas opções certas para a salvaguarda da colecção fílmica, bem como para a preservação mais genérica de todo o património cinematográfico de origem nacional. Todo o investimento realizado na construção das instalações do ANIM, dotadas das mais actualizadas tecnologias neste domínio, e a política que tem presidido à consecução deste importante projecto nacional, é de facto exemplar. Projectos de disponibilização de informação on-

line nesta instituição foram-nos também referidos, sendo previsível que a prazo venha a estar disponível uma base de dados on-line da filmografia portuguesa. Neste âmbito, naturalmente, algum atraso há a registar relativamente ao que seria ideal.

Genericamente, considerando a leitura transversal das diferentes respostas, há um óbice com o qual se parecem confrontar as instituições de um modo geral, que tem a ver com a dificuldade em sistematizar a informação económica, isto é, em imputar valores específicos a determinadas acções específicas ou mesmo sectoriais. Daí nos parecer vantajoso que a cada identificação/designação de tarefa ou de acção seja sempre imputado um valor específico, a duração da tarefa, o número de intervenientes, eventualmente o custo pessoa/mês e os resultados esperados. Parece-nos que o estágio de desenvolvimento dos diferentes processos de digitalização de conteúdos está de facto no seu início e o modelo ainda não está suficientemente testado e muito menos enraizado, o que explica a dificuldade das instituições em organizar e sistematizar a informação económica como seria desejável.

O caso da Biblioteca Nacional em particular deve merecer uma menção especial na medida em que é de facto a instituição da área cultural com maior número de projectos de digitalização de conteúdos, on e off-line, mostrando estar consciente das responsabilidades que lhe cumprem nesta matéria, muito embora não seja possível avaliar um eventual grau de digitalização de espólios/acervos na medida em que, tal como, aliás, em todas as outras instituições, se está apenas no início de um processo. Apesar de tudo a instituição prepara-se para investir a curto prazo cerca de dois milhões de contos nas áreas das novas tecnologias e dos projectos de digitalização o que permite prever que uma estratégia de maior consistência ganhará corpo entretanto. Também na BN, destaque de igual modo muito particular para todo o investimento que está a ser feito na página Web, desde o fornecimento de informação detalhada sobre serviços e funcionamento, passando pela diversificação de ligações para outras bibliotecas nacionais e internacionais, até ao acesso on-line aos seus registos de fundos bibliográficos, sendo possível aceder por autor e título da obra pesquisada.

Outro tipo de obstáculos no desenvolvimento das estratégias de digitalização e nas próprias acessibilidades prende-se com a questão da propriedade intelectual e com o âmbito do direito de autor e do direito conexo, que terá uma avaliação específica em

termos doutrinários numa outra parte do estudo. Mas é de facto um impeditivo de algumas das eventuais possibilidades de acesso aos conteúdos culturais públicos e à sua rentabilização. Trata-se, no entanto de uma questão de uma outra amplitude, uma vez que está associada a toda uma discussão e regulamentação internacional que levará o seu tempo a estabilizar. Instituições, por exemplo, como o Centro Português de Fotografia, regulamentaram de forma muito clara o acesso ao seu espólio, fazendo uma distinção, com definição de diferentes preçários, entre a reprodução para objectivos comerciais e a reprodução para objectivos de investigação.

Obstáculos de ordem logística, funcional e de recursos humanos. Nesta matéria verificou-se também uma grave insuficiência por parte das instituições e empresas no que se refere à constituição de equipas, ao acesso aos equipamentos e ferramentas específicas para o desenvolvimento de tarefas e bem assim no que respeita aos recursos humanos, em regra cooptados entre trabalhadores e técnicos de áreas «afins», mas que não têm de facto uma formação específica em matéria de conhecimento multimedia, quer na escrita de guião interactivo ou mesmo na adequação dos objectivos e necessidades à escrita dos novos processos, quer na programação, quer mesmo nas áreas de computação e digitalização a um nível inclusivamente introdutório.

Quanto às políticas e aos níveis de acessibilidade aos conteúdos culturais, constata-se ainda uma deficiente caracterização dos públicos-alvo a atingir, quer de um ponto de vista comercial, na expectativa da rentabilização dos conteúdos próprios de cada instituição ou empresa, quer de um ponto de vista do interesse público e nacional, com a delimitação de políticas específicas designadamente para o sector do ensino e da investigação.

Há, naturalmente, projectos que ganham já alguma consistência e que poderiam inclusivamente ser interpretados como projectos de referência. Podemos citar, entre poucos mais, a digitalização do Arquivo de Salazar no Instituto dos Arquivos Nacionais /Torre do Tombo - IAN/TT, de que se espera venha a estar a médio prazo disponível através de acesso on-line. Este é sem dúvida alguma um exemplo a ser seguido. Ainda no IAN/TT, referência também para o projecto Arquiv, que embora pertencendo a um estágio intermédio de sistematização da informação, antecipa um modelo de acesso on-

line à sua Base de Dados. No caso deste instituto, a política de acessibilidades é fortemente condicionada em função das características de conservação dos documentos.

No caso do Instituto Português dos Museus, o programa Matriz é outro caso a assinalar pelo seu mérito. Trata-se de um processo de digitalização de fundos fotográficos e de colecções, transversal a diferentes museus tutelados pelo Instituto, que se prevê venham a estar interligados através de uma intranet extensiva a todos os museus abrangidos. É um princípio que deve ser altamente incentivado, embora insuficiente quando desinserido de um contexto global de disponibilização on-line dos conteúdos culturais públicos.

Tanto no projecto IAN/TT como no projecto IPM constata-se que estão envolvidas largas dezenas de colaboradores destas instituições, o que não deixa de ser um parâmetro assinalável no que se refere ao âmbito dos recursos humanos envolvidos nestes projectos ainda embrionários.

Resta-nos referir que uma análise estratégica das grandes percepções e tendências, bem como um conjunto de recomendações mais específicas neste domínio da indústria de conteúdos, que se destacam em particular na análise das acessibilidades aos conteúdos culturais públicos, está feita no nosso ponto 2, no «Sumário Executivo».

5. Bibliografia

Livros

Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo 1ª Parte, Instituições do Antigo Regime, Vol. I /II, Administração Central (1/2), Torre do Tombo, Ministério da Cultura, Lisboa 1998/99.

Intervenções no Património 1995-2000: Nova Política, Lisboa, 1997, IPPAR, Ministério da Cultura.

Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado - Inventário, 3 Volumes, Lisboa, IPPAR, 1993.

Relatórios

Iniciativa Mosaico - policopiado, Lisboa, 1996.

Relatório da CIMA- Comissão Inter-Ministerial Para o Audiovisual, Lisboa, Ministério da Cultura, 1997 <<http://min-cultura.pt/Notícias /CIMA/index.html>>

PACHECO, Maria do Carmo, «Arquivos Sonoros» *Relatório e Contas e Balanço Social 1998*, Radiodifusão Portuguesa.

Relatório e Contas da RTP 1998 - Radiotelevisão Portuguesa.

Artigos

«Arquivos e Documentação», *Produção Profissional*, Lisboa, Março de 1999, pp. 29-40, F&B Publicações.

«Contra o Esquecimento, arquivar, arquivar!», *Produção Profissional*, pp. 28-34, F&B Publicações.

MACHADO, Ana, «A Internet é Um Metamedia», *Público*, 30 de Janeiro de 2000.

Legislação

Decreto-Lei nº 160/97 de 25 de Junho (Lei Orgânica do CPF).

Decreto-Lei nº 284 /93 de 18 de Agosto (Lei Orgânica da DGEMN).

Decreto -Lei nº 60 /97 de 20 de Março (Lei Orgânica do IAN/TT).

Decreto-Lei nº 120/97 de 16 de Maio (Lei Orgânica do IPPAR).

Decreto-Lei nº398/99 de 13 de Outubro(Lei Orgânica do IPM).

Documentos Electrónicos

SEQUEIRA, João «Política Nacional de Arquivos para o Audiovisual», 1999,<<http://www.rtp.pt/arquivojornadas/sequeira2.htm>>

Sites

Biblioteca Nacional - <<http://www.bn.pt>>

Instituto Nacional dos Arquivos/Torre do Tombo - <<http://www.iantt.pt>>

Instituto Português de Arqueologia - <<http://www.ipa.min-cultura.pt>>

Instituto Português dos Museus- <<http://www.ipmuseus.pt>>

Instituto do Património Arquitectónico Português - <<http://www.ippar.pt>>

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - <<http://www.monumentos.pt>>

Rádiodifusão Portuguesa - <<http://www.rdp.pt>>

Rádiatelevisão Portuguesa - <<http://www.rtp.pt>>

6. Índice de Tabelas

Biblioteca Nacional

1. Fundos / Coleções / Arquivos / Património	16
2. Digitalização / Formatação Multimédia	17
2.1 Projectos de Digitalização em Curso	18
2.2 Projectos de Digitalização Previstos	19
3. Políticas de Utilização / Acessibilidade	20
3.1 Públicos: frequência e condições de acesso	20
3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos	21
3.3 Condições de acesso em função dos públicos	21
3.4 Condições de acesso em função da procura	21
4. Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual	22
4.1 Direitos patrimoniais em função dos fins de utilização	22
4.2 Propriedade Intelectual	22
5. Indicadores Económicos	23
5.1 Orçamento específico para conteúdos culturais	23
5.2 Receitas	24

Centro Português de Fotografia

1. Fundos / Coleções / Arquivos / Património	29
2. Digitalização / Formatação Multimédia	30
2.1 Projectos de Digitalização em Curso	31
2.2 Projectos de Digitalização Previstos	31
3. Políticas de Utilização / Acessibilidade	32
3.1 Públicos: frequência e condições de acesso	32
3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos	33
3.3 Condições de acesso em função dos públicos	33
3.4 Condições de acesso em função da procura	33
4. Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual	34
4.1 Direitos patrimoniais em função dos fins de utilização	34
4.2 Propriedade Intelectual	34
5. Indicadores Económicos	35
5.1 Orçamento específico para conteúdos culturais	35
5.2 Receitas	36

Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema

1. Fundos / Coleções / Arquivos / Património	42
2. Digitalização / Formatação Multimédia	43
2.1 Projectos de Digitalização em Curso	44
2.2 Projectos de Digitalização Previstos	44
3. Políticas de Utilização / Acessibilidade	45
3.1 Públicos: frequência e condições de acesso	45
3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos	46
3.3 Condições de acesso em função dos públicos	46
3.4 Condições de acesso em função da procura	46
4. Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual	47
4.1 Direitos patrimoniais em função dos fins de utilização	47
4.2 Propriedade Intelectual	47
5. Indicadores Económicos	48
5.1 Orçamento específico para conteúdos culturais	48
5.2 Receitas	49

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

1. Fundos / Coleções / Arquivos / Património	54
2. Digitalização / Formatação Multimédia	55
2.1 Projectos de Digitalização em Curso	56
2.2 Projectos de Digitalização Previstos	56

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (cont.)

3. Políticas de Utilização / Acessibilidade	57
3.1 Públicos: frequência e condições de acesso	57
3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos	58
3.3 Condições de acesso em função dos públicos	58
3.4 Condições de acesso em função da procura	58
4. Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual	59
4.1 Direitos patrimoniais em função dos fins de utilização	59
4.2 Propriedade Intelectual	59
5. Indicadores Económicos	60
5.1 Orçamento específico para conteúdos culturais	60
5.2 Receitas	61

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

1. Fundos / Colecções / Arquivos / Património	70
2. Digitalização / Formatação Multimédia	71
2.1 Projectos de Digitalização em Curso	72
2.2 Projectos de Digitalização Previstos	73
3. Políticas de Utilização / Acessibilidade	74
3.1 Públicos: frequência e condições de acesso	74
3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos	75
3.3 Condições de acesso em função dos públicos	75
3.4 Condições de acesso em função da procura	75
4. Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual	76
4.1 Direitos patrimoniais em função dos fins de utilização	76
4.2 Propriedade Intelectual	76
5. Indicadores Económicos	77
5.1 Orçamento específico para conteúdos culturais	77
5.2 Receitas	78

Instituto Português de Arqueologia

1. Fundos / Colecções / Arquivos / Património	83
2. Digitalização / Formatação Multimédia	84
2.1 Projectos de Digitalização em Curso	85
2.2 Projectos de Digitalização Previstos	85
3. Políticas de Utilização / Acessibilidade	86
3.1 Públicos: frequência e condições de acesso	86
3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos	87
3.3 Condições de acesso em função dos públicos	87
3.4 Condições de acesso em função da procura	87
4. Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual	88
4.1 Direitos patrimoniais em função dos fins de utilização	88
4.2 Propriedade Intelectual	88
5. Indicadores Económicos	89
5.1 Orçamento específico para conteúdos culturais	89
5.2 Receitas	90

Instituto Português dos Museus

1. Fundos / Colecções / Arquivos / Património	96
2. Digitalização / Formatação Multimédia	97
2.1 Projectos de Digitalização em Curso	98
2.2 Projectos de Digitalização Previstos	98
3. Políticas de Utilização / Acessibilidade	99
3.1 Públicos: frequência e condições de acesso	99
3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos	100
3.3 Condições de acesso em função dos públicos	100
3.4 Condições de acesso em função da procura	100
4. Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual	101
4.1 Direitos patrimoniais em função dos fins de utilização	101
4.2 Propriedade Intelectual	101

Instituto Português dos Museus (cont.)

5. Indicadores Económicos	102
5.1 Orçamento específico para conteúdos culturais	102
5.2 Receitas	103

Instituto Português do Património Arquitectónico

1. Fundos / Colecções / Arquivos / Património	110
2. Digitalização / Formatação Multimédia	111
2.1 Projectos de Digitalização em Curso	112
2.2 Projectos de Digitalização Previstos	112
3. A. Políticas de Utilização / Acessibilidade	113
3.1 Públicos: frequência e condições de acesso	113
3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos	114
3.3 Condições de acesso em função dos públicos	114
3.4 Condições de acesso em função da procura	114
3 B. Políticas de Utilização/Acessibilidade	115
3.1 Públicos: frequência e condições de acesso	115
3.2. Condições de acesso em função dos conteúdos	116
3.3. Condições de acesso em função dos públicos	116
3.4. Condições de acesso em função da procura	116
4. Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual	117
4.1 Direitos patrimoniais em função dos fins de utilização	117
4.2 Propriedade Intelectual	117
5. Indicadores Económicos	118
5.1 Orçamento específico para conteúdos culturais	118
5.2 Receitas	119

Radiodifusão Portuguesa

1. Fundos / Colecções / Arquivos / Património	125
2. Digitalização / Formatação Multimédia	126
2.1 Projectos de Digitalização em Curso	127
2.2 Projectos de Digitalização Previstos	127
3. Políticas de Utilização / Acessibilidade	128
3.1 Públicos: frequência e condições de acesso	128
3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos	129
3.3 Condições de acesso em função dos públicos	129
3.4 Condições de acesso em função da procura	129
4. Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual	130
4.1 Direitos patrimoniais em função dos fins de utilização	131
4.2 Propriedade Intelectual	131
5. Indicadores Económicos	132
5.1 Orçamento específico para conteúdos culturais	132
5.2 Receitas	133

Radiotelevisão Portuguesa

1. Fundos / Colecções / Arquivos / Património	138
2. Digitalização / Formatação Multimédia	139
2.1 Projectos de Digitalização em Curso	140
2.2 Projectos de Digitalização Previstos	140
3. Políticas de Utilização / Acessibilidade	141
3.1 Públicos: frequência e condições de acesso	141
3.2 Condições de acesso em função dos conteúdos	142
3.3 Condições de acesso em função dos públicos	142
3.4 Condições de acesso em função da procura	142
4. Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual	143
4.1 Direitos patrimoniais em função dos fins de utilização	143
4.2 Propriedade Intelectual	143
5. Indicadores Económicos	144
5.1 Orçamento específico para conteúdos culturais	144
5.2 Receitas	145

7. Agradecimentos

Para a consecução do segmento de estudo «Acessibilidades aos Conteúdos Culturais Públicos» foi determinante a receptividade e a colaboração das instituições inquiridas e dos responsáveis dos departamentos contactados, sem as quais a realização da presente investigação não teria sido possível. Assim agradecemos toda a disponibilidade demonstrada no decurso da investigação pela Biblioteca Nacional, Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, Centro Português de Fotografia, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Instituto Português de Arqueologia, Instituto Português dos Museus, Instituto do Património Arquitectónico Português, Radiodifusão Portuguesa, Radiotelevisão Portuguesa e em particular, o apoio recebido pelo Gabinete do Ministro da Cultura.

8. Nota Metodológica

8.1. Construção e aplicação das ferramentas metodológicas

Realização de entrevistas exploratórias (telefónicas e face a face) com representantes de entidades públicas com conteúdos culturais, com vista à constituição do universo e à selecção da metodologia adequada;

Ferramentas utilizadas:

- Inquérito por questionário: questionário semi-estruturado; adenda ao questionário, com maior grau de estruturação e novas variáveis de caracterização das dimensões em estudo.
- Realização de entrevistas para obtenção e validação de respostas (em resultado dos obstáculos detectados no decurso da recolha de informação).

8.2. Análise de dados e redacção do Relatório Final

Tratamento da informação contida nos questionários em função da sua natureza:

Informação Qualitativa

Perfil da instituição: análise de conteúdo da informação recolhida na fase de inquérito, utilizando para o efeito grelhas (formato Excel) de análise que permitissem sistematizar as regularidades das entidades analisadas, mas igualmente as singularidades de cada uma. Esta análise visou a definição do perfil de cada instituição, fazendo ressaltar os

dados obtidos no âmbito dos objectivos estratégicos deste segmento, nomeadamente, a conservação, a digitalização/ formatação multimédia e as acessibilidades.

Informação Quantitativa (indicadores económicos; volume de digitalização)

Tabelas-síntese: análise e tratamento estatístico das variáveis quantitativas do questionário, mediante a constituição de tabelas de frequências e a obtenção de valores totais para o *corpus* de instituições analisado. Interpretação de resultados, com vista à avaliação do universo numa perspectiva autónoma (casos singulares) e comparativa (transversal).

As conclusões apresentadas no Relatório Final foram subsequentes das etapas de análise descritas em 2.1. e 2.2.

8.3 Especificação sobre a Estrutura e Elementos contidos nas Tabelas

8.3.1 Perfil das instituições organizado em Tabelas

Com base nas respostas das entidades inquiridas, e tendo sempre em vista as dimensões fundamentais do estudo, foram criadas tabelas (formato Excel) e sistematizados os dados quantitativos e a informação que, pelo seu carácter sistemático e transversalidade, permite este tipo de tratamento. Assim, foi enquadrada em tabelas a informação relativa a:

- caracterização dos **Fundos/ Colecções/ Arquivos/ Património** (Tabela 1);
- **Projectos de Conservação/ Restauro** (Tabela 1.1) - apenas justificada no caso do AN/TT;

- **Digitalização/ Formatação Multimédia** dos conteúdos (Tabelas 2, 2.1 e 2.2)

A Tabela 2 reporta-se à digitalização já efectuada; as tabelas 2.a e 2.b são relativas aos projectos de digitalização em curso e previstos, respectivamente.

- **Políticas de Utilização/ Acessibilidade** (Tabelas 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4)

A tabela 3.1 consiste na caracterização dos públicos com base na frequência com que acedem aos conteúdos disponibilizados pela instituição. As tabelas 3.2, 3.3 e 3.4 reportam-se às condições de acesso em função dos conteúdos, dos tipos de público e dos tipos de procura, respectivamente. Existem casos em que a tabela 3.4 é integrada na tabela 3.3, por ser incontornável a associação entre as variáveis "tipos de público" e "tipos de procura".

- **Direitos de Autor/ Patrimoniais e Propriedade Intelectual** (Tabelas 4.1 e 4.2)

A tabela 4.1 prevê, a exemplo do questionário, a existência de situações diversificadas no plano dos Direitos de Autor e Patrimoniais, consoante os fins de utilização destes conteúdos. A tabela 4.2 tem um único campo de texto, destinado a assinalar os tipos de conteúdos que requerem divisão de direito entre a entidade e o utilizador.

- **Indicadores Económicos** (Tabelas 5, 5.1 e 5.2)

A tabela 5 inclui os indicadores "orçamento total" e "orçamento específico para conteúdos culturais". A tabela 5.1 consiste na segmentação deste último por rubricas de despesas correntes e investimentos. A tabela 5.2 refere-se a receitas.

Note-se a complementaridade entre o relatório individual de cada instituição e as respectivas tabelas.

8.3.2 Organização Interna das Tabelas

As tabelas estão segmentadas, horizontalmente, pela natureza dos conteúdos caracterizados. Podemos, assim, encontrar, consoante a entidade, os seguintes conteúdos (1.º agrupamento):

Arquivos	Audiovisual Bibliográfico/Documental Fotográfico Histórico Musical Sonoro Visual de Maquinaria e Equipamento
----------	---

Colecções	Fílmica Não Fílmica Outras
-----------	----------------------------------

Espólio Arqueológico

Fundo Fotográfico

Património	Arqueológico Arquitectónico
------------	--------------------------------

Exceptuam-se as tabelas 2.1 e 2.2, por serem especificações da Tabela 2 - Digitalização/ Formatação Multimédia e tomarem como referência directa os projectos existentes (em curso e previstos) neste âmbito, e as tabelas 5.: Indicadores Económicos.

Tabela 1: Fundos / Colecções / Arquivos / Património

Os conteúdos culturais da entidade são caracterizados com base nos seguintes parâmetros (colunas), sempre que aplicáveis:

Tipo

Designação / Áreas temáticas

Volume	Volume total de conteúdos e/ou volume segmentado por outras variáveis (tipo, designação, suporte/ formato, etc.)
--------	--

Datação	
Suporte	
Formato	
Datação	Datação dos conteúdos

Tabela 2: Digitalização/ Formatação Multimédia

Designação / Áreas temáticas	
Volume	Volume de conteúdos digitalizados
On-line	Colocação dos conteúdos digitalizados on-line (intranet ou Internet)
Off-line	Colocação dos conteúdos digitalizados off-line (CD-Rom, quiosque, etc.)
Datação	
Realização	Pela instituição (n.º funcionários envolvidos e formação específica/ acções de formação) e/ou por terceiros (empresas contratadas/ critérios de selecção das mesmas)

Tabelas 2.1 e 2.2: Projectos de Digitalização em Curso / Previstos

Designação / Áreas temáticas	
Suporte	
Volume	
On-line	
Off-line	
Calendarização	Datas previstas de início / fim dos projectos
Realização	(apenas na tabela 2.1)

Tabela 3.1: Públicos - frequência e condições de acesso

Tipos de Público	Indiferenciado/Geral
------------------	----------------------

	Instituições de Ensino
	Instituições de Investigação
	Empresas (caracterizadas por Propriedade/ Origem/ Sector de actividade/ Frequência)
	Instituições Públicas
	Fundações
	Associações
	Outros
Frequência	(ordenação de 1 a 6)

Tabela 3.2: Condições de acesso em função dos conteúdos

Tipos de conteúdos
Restrições

Tabela 3.4: Condições de acesso em função da procura

Tipos de procura
Condições

Tabela 4.1: Direitos Patrimoniais em função dos fins de utilização

Fins de utilização	Didácticos
	Investigação
	Comerciais
	Outros
Direitos de Autor/ Patrimoniais	

Tabela 5: Indicadores Económicos

Orçamento Total

Orçamento Específico para conteúdos culturais

Tabela 5.1: Orçamento Específico para conteúdos culturais - Segmentação por:

Em linha:

- Digitalização/ Formatação Multimédia com recursos próprios
- Digitalização/ Formatação Multimédia com recursos externos
- Produção
- Marketing/ Publicidade
- Aquisições
- Edição
- Formação
- Conservação/ Restauro
- Outras

Em coluna, de 1997 a 2000:

- Despesas Correntes
- Investimentos

Tabela 5.2: Receitas

Áreas de Receitas

Receitas (milhares de escudos)

Receitas (%)

ANEXO 1

Análise dos Sites das Instituições com Página na Internet

Biblioteca Nacional

(<http://www.bn.pt>)

Podendo ser consultado em versão portuguesa ou inglesa, o site da Biblioteca Nacional (BN) é composto pelas seguintes secções: Conheça a BN, Colecções, Agenda, Pesquisa Bibliográfica, Biblioteca Digital, Livraria, Investigação e Cooperação e Destaques.

De seguida descrevem-se as secções na origem de outras ramificações com conteúdos mais vastos. São elas:

Pesquisa Bibliográfica (http://www.bn.pt/org/pesq_bibl/index.html): Remete para 4 secções informativas sobre pesquisa bibliográfica e bibliotecas digitais: Pesquisar a Porbase (onde se encontra a Base de Dados do Catálogo Colectivo Nacional); Website Porbase (site associado à BN que contempla não só as suas colecções, mas as de outras bibliotecas portuguesas - tanto públicas como privadas - e de variadas dimensões,); Directório das Bibliotecas Cooperantes da Porbase (listagem completa de Bibliotecas que cooperam neste projecto, permitindo a pesquisa através do nome da biblioteca ou por ordem alfabética); Outras Bibliotecas (distribui-se por quatro descritivos: Bibliotecas Estrangeiras; Catálogos Bibliográficos; Bibliotecas Especializadas e Gabriel, que reencaminham o leitor para os respectivos links nacionais e estrangeiros).

Biblioteca Digital (http://www.bn.pt/org/bib_dig/index.html): Esta secção permite a consulta on-line de dossiers temáticos (aos quais se pode também aceder através da secção Destaque), neste caso versando sobre o Bicentenário de Almeida Garrett e sobre o 25 de Abril. Informa ainda sobre as Edições em CD-Rom (Bibliografia Nacional Portuguesa em CD-Rom e Biblioteca Virtual dos Autores Portugueses) e possibilita a encomenda destas obras através do preenchimento de um formulário existente on-line.

Livraria (<http://www.bn.pt/org/livraria/index.html>): Permite visualizar as edições disponíveis na livraria da BN. Para além das novidades editoriais (com o descritivo das obras e respectivo preço) disponibiliza informação sobre as edições esgotadas. É possível fazer encomendas através do endereço electrónico da livraria.

Investigação e Cooperação (http://www.bn.pt/org/inv_coop/index.html): Versa sobre a investigação e cooperação na área das bibliotecas. Reúne um conjunto de links para as entidades que oferecem informação sobre programas internacionais e protocolos de cooperação, tanto nacionais como com o Brasil. Destaca-se ainda as ligações para um conjunto de Associações e Consórcios Internacionais com os quais a Biblioteca Nacional colabora directamente.

As restantes secções (Conheça a BN, Colecções, Agenda, Livraria e Destaque) são compostas pela descrição do tópico respectivo. Destacamos a secção Agenda, que apresenta as exposições patentes na BN, bem como a consulta em arquivo de todas as exposições efectuadas na BN ao longo de 1999 e futuramente 2000. Em alguns casos oferece informação adicional sobre as exposições.

Com um grafismo simples e organizado, a página da BN reflecte os seus propósitos principais, por um lado, oferecer um conjunto de informações sobre o funcionamento e serviços disponibilizados pela BN, por outro permitir o acesso on-line aos seus registos. Destaque-se a quantidade de links para outras bibliotecas nacionais e internacionais e a informação viabilizada sobre a investigação nesta área. Interessante a possibilidade de, em todas as páginas do site, ser possível contactar a biblioteca através de *mailto* e ainda a hipótese continua de pesquisa.

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

(<http://www.monumentos.pt/>)

O site da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) é composto pelas seguintes secções, História, Atribuições, Inventário, Instalação de Serviços, Património Arquitectónico, Arquivos, Divulgação e Publicações.

A página da DGEMN é uma página institucional que tem como preocupação central a divulgação das competências e atribuições deste organismo para as quais nos remetem todas as secções do site.

Podendo ser consultada em português e em inglês, coloca ainda ao dispor dos seus visitantes uma base de dados on-line – “Inventário do Património Arquitectónico” (IPA) (<http://www.monumentos.pt/dgemn4.htm>) - composta por cerca de oito mil registos que reúnem informação de carácter textual e iconográfico sobre o património arquitectónico nacional.

Na secção Divulgação (<http://www.monumentos.pt/dgemn5.htm>), é possível encontrar informação sobre congressos e exposições desenvolvidos pela DGEMN. Através desta página pode-se estabelecer ligação com a secção Publicações, na qual é destacada a revista semestral *Monumentos* que, apesar de não ter edição on-line, permite a consulta do seu índice. Aqui, pode ainda ser encontrada informação sobre o restante das edições deste organismo e respectivo preçário. No entanto, não existe qualquer indicação no site que indique a possibilidade de aquisição das obras on-line. O endereço de correio electrónico, através de um sistema de *mailto*, está disponível na página de entrada no site.

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

(<http://www.iantt.pt>)

O site do Instituto dos Arquivos Nacionais /Torre do Tombo (IAN/TT) é composto pelas seguintes secções: Historial, Condições de Acesso, Atribuições e Funções, Arquivos Distritais, Principais Fundos, Boletim, Horários e Links.

Em seguida são descritas as secções que dão origem a outras ramificações, albergando conteúdos mais vastos. São elas:

Arquivos Distritais (a secção Atribuições e Funções também permite ligar a estas páginas):

Consiste num conjunto de descritivos dos 16 Arquivos Distritais tutelados pelos IAN/TT, de que se destacam os mais completos (ao nível da informação disponível, não só sobre o teor dos respectivos arquivos/ acervos/ fundos/ colecções, como também do próprio serviço, condições de acesso e informação diversa): Castelo Branco / Viana do Castelo; Lisboa; Portalegre, Setúbal; Vila Real (difere ligeiramente no grafismo); Viseu. Além destes, as páginas referentes a Évora, Faro, Guarda e Santarém apresentam também informação detalhada sobre os conteúdos destes Arquivos Distritais. A página do Arquivo Distrital do Porto contém uma Base de Dados mas, por erro interno do servidor, não foi possível consultá-la.

Boletim: Textos integrais disponíveis para consulta on-line, desde o nº 0 até ao nº 11 (o mais recente).

Links: Conjunto de links nacionais e internacionais. Nos primeiros, destaca-se a ligação aos seguintes sites: Ministério da Cultura; Arquivo Distrital de Braga (Universidade do Minho); Biblioteca Nacional; BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários e Arquivistas Documentais; Instituto Português de Museus. Destacam-se entre os links internacionais: Arquivos Nacionais (Canadá, Quebec; Brasil); Bibliotecas Nacionais (Canadá; Quebec; França); Conselho Internacional de Arquivos; *The Public Record Office* (Reino Unido); Museus do Louvre e d'Orsay.

Quanto às restantes secções (Historial, Condições de Acesso, Atribuições e Funções, Principais Fundos Horários), cada uma é composta apenas por uma página, que lista e informa sobre o tópico correspondente.

A página do IAN/TT permite o envio de correio electrónico através de um sistema de *mailto*. É uma página institucional que reflecte intenções vincadas de disponibilização de informação, que constitui para os visitantes um guia completo da informação de que são depositários o IAN/TT e os Arquivos que lhe estão afectos. Não é possível avaliar a regularidade das actualizações, já que não é feita qualquer referência a isso. É inexistente qualquer intenção de comercialização de produtos, pelo que a página não inclui uma vertente de comércio electrónico. Não é possível fazer pesquisas no *site*, o que facilitaria a consulta, dada a extensão da informação disponível on-line. Contudo, é uma página com grafismo uniforme, arrumação lógica e de fácil consulta.

Instituto Português de Arqueologia

(<http://www.ipa.min-cultura.pt>)

O site do IPA dá ênfase, por um lado, à orgânica do Instituto (apresentação do mesmo e dos organismos sob tutela) e, por outro, à necessidade de disponibilizar alguma informação específica, destinada ao público em geral e a públicos relacionados com a área. O grau de interactividade do site é razoável, decorrendo essencialmente da existência de um *newsgroup*, do link interno para o Parque Arqueológico do Vale do Côa que, à luz de uma avaliação sintética, é particularmente bem concebido.

Na página de entrada do site do IPA, estão disponíveis as secções:

"O Que Há de Novo?" (ou "What's New?" - presume-se que esta seria a versão inglesa, mas o texto surge, também aqui, em português): Esta secção divide-se em: Eventos; Notícias (informação sobre investigação, sítios e achados, com alguns textos em inglês); Anúncios, Circulares e Formulários (bolsas de estudo, etc.).

Links internos para:

- Centro Nacional de Arte Rupestre (<http://www.ipa.min-cultura.pt/cnart>)
- Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (<http://www.ipa.min-cultura.pt/cnans>)
- Centro de Investigação e Paleoecologia Humana (<http://www.ipa.min-cultura.pt/cipa>)
- Parque Arqueológico do Vale do Côa (<http://www.ipa.min-cultura.pt/pavc> e <http://www.ipa.min-cultura.pt/coa>)

Estas páginas incluem, regra geral, Apresentação, Ficha (contactos, etc.) e Quem é Quem? (directão, equipa). A página dedicada ao CNANS permite ainda consultar História, Legislação, Actividades, Achados, Colecções, Simpósio e Biblioteca, assim como o envio de e-mails. A página do PVAC tem ligação para uma página autónoma, também integrada no domínio IPA ("Entre no Site" - o segundo endereço referenciado no parágrafo anterior) que apresenta, em língua portuguesa ou inglesa, temas relacionados com a actividade do Parque.

O IPA (<http://www.ipa.min-cultura.pt/oipa>): É ao nível desta secção que se encontra grande parte das ramificações do site. É aqui, também, que se encontra a maioria da informação sobre a orgânica do IP:

- Extensões do IPA (mapa com localização das Extensões no território nacional e informação sobre distritos/ concelhos abrangidos, morada, arqueólogos responsáveis. Nalguns casos, é possível o contacto por e-mail)
- Organigrama
- Quem é Quem no IPA?
- Legislação (Lei Orgânica do IPA, IPPAR e IPM - nestes dois casos, a consulta dos textos é feita nos sites respectivos. Esta secção inclui outra legislação aplicável, disponibilizando os textos na versão integral).

Nesta secção, são também apresentados botões de ligação a outros conteúdos, com cariz informativo centrado na actividade de arqueologia:

- Bases de Dados (Não foi possível consultá-la devido a erro interno do servidor)
- Fórum Arqueologia (<http://www.ipa.min-cultura.pt/forum>): Inclui as subsecções: Projectos, espaço disponível para que arqueólogos ou instituições possam fixar páginas pessoais ou respeitantes à investigação, devendo para isso enviar a página, por e-mail, para ipa@ipa.min-cultura.pt; Links para 6 sites internacionais sobre arqueologia e antropologia; Debate Arqueologia - um *newsgroup* que disponibiliza um formulário para o envio de mensagens e permite pesquisar mensagens enviadas anteriormente.
- Eventos e Notícias: o mesmo que "O que Há de Novo?", na página inicial do site.
- Publicações (<http://www.ipa.min-cultura.pt/publicacoes>): Inclui Normas de Redacção das Publicações do IPA; Revista Portuguesa de Arqueologia, Vol. 1, n. ^{os} 1 e 2, 1998, com disponibilização de resumos em português e inglês e download em formato .pdf; Catálogo, que consiste na loja on-line do IP, disponível brevemente para a realização de compras electrónicas.

Em todas as páginas do site do IPA existe, em rodapé, uma caixa de texto intitulada Comentários, que remete para o mesmo formulário do *newsgroup*, assim como um sistema de pesquisa interna e uma ligação ao site do Ministério da Cultura. Não é feita qualquer referência à actualização do site.

Instituto Português de Museus

(<http://www.ipmuseus.pt/index.html>)

O site do Instituto Português de Museus, a que é possível aceder tanto em português como em inglês, é composto pelas seguintes secções: IPM, Museus, Pesquisa, Exposições Temporárias, Lojas/Publicações, Destaques, Links e Contactos/Opiniões.

Em seguida apresentam-se as secções que estão na origem de outras ramificações, albergando conteúdos mais vastos.

Museus (<http://www.ipmuseus.pt/html/museus/ie4dex3.html>): Consta de 29 links para os museus sob a tutela do IPM, nos quais se encontra informação sobre a sua localização, história do edifício, colecções, horários e uma breve visita guiada pelo museu.

Pesquisa (<http://www.ipmuseus.pt/html/pesquisa/ie4dex4.html>): Permite a pesquisa dos museus sob tutela do IPM, segundo as colecções dominantes, organizadas por : Arqueologia; Cerâmica ; Ciência; Coches; Desenho/gravura; Escultura - sécs. XII-XVI; Escultura - sécs. XVII - XVIII; Escultura - sécs. XIX - XX; Etnografia; Mobiliário; Música; Ourivesaria; Pintura - sécs. XII-XVI; Pintura - sécs. XVII - XVIII; Pintura - sécs. XIX - XX; Teatro; Têxteis; Vidro.

Destaques (<http://www.ipmuseus.pt/html/destaque/ie4dex7.html>): Secção informativa de teor legislativo e de actividades internas ao IPM. No dia em que foi consultada a página (18/01/2000) estavam disponíveis os seguintes títulos: Folheto institucional do IPM; Nova Lei orgânica do IPM; Instituto Português de Conservação e Restauro; Protocolos; Inventário do Património Cultural Móvel; Novos directores; Mecenato Cultural; Regulamento para a aquisição de fotografias de bens museológicos tutelados pelo IPM; Projectos de obras programadas e em curso nos museus; Normas de inventário das colecções museológicas; Museu Nacional do Traje e de Moda; Museu Nacional dos Coches.

Links (<http://www.ipmuseus.pt/html/links/index8.html>): Conjunto de links nacionais e internacionais na área dos estudos museológicos organizados do seguinte modo: Museus (com ligação a Museus portugueses que disponham de página na Internet mas que não estão sob tutela do IPM, nomeadamente à colecção Berardo e à Fundação Calouste Gulbenkian; a museus estrangeiros tais como o British Museum), Organizações Profissionais, Conservação e Restauro, Documentação, Outros.

Para além das áreas mencionadas dispõe ainda de links para o Ministério da Cultura, Centro Cultural de Belém, Instituto Português de Arqueologia, Instituto Português do Património Arquitectónico e Terraviva.

As restantes secções (IPM, Exposições Temporárias e Contactos/Opiniões), apresentam informação sobre o respectivo tópico. Destaque-se a secção Contactos/Opiniões, na qual, para além do formulário de e-mail que permite o envio de questões e sugestões ao IPM, apresenta também um pequeno questionário, nomeadamente sobre a qualidade do site, dos seus conteúdos e interface. Na página de entrada é possível visualizar a data da sua última actualização.

Instituto Português do Património Architectónico (IPPAR)

(<http://www.ippar.pt>)

O site do IPPAR - Instituto Português do Património Architectónico é formado por sete secções consultáveis a partir da sua página de abertura : Apresentação, Direcções Regionais, Serviços Dependentes, Actividades, Divulgação, Concursos, Você e o Património.

A lista da página de abertura acompanha todas as secções consultáveis do lado esquerdo do site.

Apresentação (http://www.ippar.pt/docs/apresenta/apresenta_main_fr.html): Esta secção abre com a descrição das funções do IPPAR, seu deveres e objectivos no âmbito do património architectónico português e subdivide-se em:

- Áreas de Actuação: Com a enunciação da actividade do Instituto no domínio da emissão de pareceres e "autorizações", obras de conservação, restauro e valorização; classificação de imóveis, gestão dos monumentos e acervos.
- Lei Orgânica: Com a possibilidade de consulta das disposições jurídicas reguladoras do IPPAR e serviços dependentes.
- Contacte o IPPAR: Endereço para envio de correspondência com o IPPAR (endereço de correio electrónico com possibilidade de envio directo de mensagem)
- Organograma do IPPAR: Com apresentação da Direcção, Comissão de Fiscalização, Conselho Consultivo, Serviços Centrais e Regionais, sendo os dois últimos consultáveis e dando acesso, no caso dos Serviços Centrais, à discriminação dos Departamentos e Divisões, entre eles, de Documentação e Arquivo, Coordenação e Divulgação, Comercial e à apresentação das Divisões de Salvaguarda, Obras de Conservação e Restauro (não consultáveis além da sua designação)

- Centros de Restauro: Com apresentação da Rede de Conservação e Restauro do IPPAR, em Tibães, Viseu, Évora e Batalha, consultável a partir de um mapa. Localização, áreas de actuação e cursos ministrados em cada organismo, são informações disponíveis.

Direcções Regionais (http://www.ippar.pt/docs/dregionais/dregionais_main_fr.html): A segunda secção apresenta, a partir de um mapa de Portugal continental, os contactos das Direcções Regionais do IPPAR e Divisões responsáveis por variadas obras de conservação e restauro a cargo do Instituto.

Serviços Dependentes (http://www.ippar.pt/docs/sdependentes/sdependentes_main_fr.html): A secção apresenta uma lista de monumentos onde estão instalados Centros de Conservação e Restauro do IPPAR, acompanhada de uma mapa onde localiza os Centros, com fotos, descrição, horário e preços de visita desses monumentos.

A secção dos Serviços Dependentes inclui um link à Escola Profissional de Arqueologia do Freixo (cursos e agenda de actividades da entidade)

Actividades (http://www.ippar.pt/docs/actividades/actividades_main_fr.html): A secção engloba quatro subdivisões:

- Obras/Restauro: Onde são apresentadas obras de conservação e restauro em monumentos mostrados via fotografia. Descrição da obra, Direcção Regional a que está ligada, Financiamento, Valor e Estado de Execução da Obra.
- Protocolos e Apoios: Descrição das funções do IPPAR neste domínio
- Processo de Classificação : Apresentação do quadro legal, regras e descrição do processo/acto de classificação de um monumento pelo IPPAR.

Divulgação (http://www.ippar.pt/docs/divulgacao/divulgacao_main_fr.html): Apresentação de eventos ligados ao património português e ao IPPAR em particular. A secção abre para cinco subcategorias:

- Notícias: Apresentação dos títulos e desenvolvimentos consultáveis. As notícias são acompanhadas de informações genéricas (história, características arquitectónicas) sobre os edifícios referidos.
- Agenda: Indicação de variados eventos culturais ligados ou a decorrer em instalações de monumentos classificados pelo IPPAR : exposições, concertos, teatro, espectáculos, conferências/seminários/colóquios e actividades pedagógicas, etc. Informações diversas sobre os espectáculos.
- Informações: Inventariação das actividades previstas pelo IPPAR no âmbito das suas funções.
- Loja: O domínio do comércio electrónico no site do IPPAR abre com uma lista de artigos à venda on-line e nos principais museus. Apresentação da foto, descrição e preço dos artigos à venda (porcelanas, talheres, *t-shirts*, artigos de papelaria e puzzles).
- Publicações: A continuação do espaço dedicado ao comércio-electrónico, com as mesmas características da loja, mas neste sector dedicado às publicações divididos por áreas temáticas: Arqueologia Industrial, Bibliografia Arqueológica, Exposições, Arte e Património, Etnografia, Musicologia, dispersos por variados tipos de obra: Livros, Catálogos de Exposições, Colecção Arte e Património, Colecção Trabalhos de Arqueologia, Colecção Sítios, Estudos, Informação Arqueológica, Inventário, Legislação, Literatura Infantil, Roteiros e outros.

Concursos (http://www.ippar.pt/docs/concursos/concursos_main_fr.html): A secção apresenta os concursos públicos no domínio da valorização do Património. Indicação da Direcção Regional estão ligados e data limite de entrega das candidaturas.

Você e o Património (http://www.ippar.pt/docs/voce_patrimonio/voce_patrimonio_main_fr.html):

Esta secção procura estabelecer a ligação entre o utilizador e o IPPAR, ainda que o nível de interactividade seja baixo. A secção está dividida em duas grandes subcategorias:

- Proteja o Património: o IPPAR promove a denúncia de ameaças ao património português e apela à colaboração dos cibernautas dando a possibilidade de envio de mensagens via correio electrónico para o Instituto.
- Descubra o Património: Por sua vez dividido em Património Industrial (apresentação de antigas fábricas classificadas como património arquitectónico, descrição, história, função original, fotografias, localização, classificação e legislação aplicável); Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve (descrição dos itinerários e parques, horários, preços de visita, Direcção Regional do IPPAR a que está ligado) e Itinerários de Cister (história e descrição dos monumentos localizáveis ao longo do percurso).

O site do IPPAR é uma página institucional de grafismo clássico e sóbrio preenchida por fotografias de exemplares do património arquitectónico português. Existe um claro objectivo de divulgação da actividade e sensibilização para as missões do Instituto. A página tenta promover o interesse pelos monumentos classificados e pela sua preservação com a disponibilização de informação profunda e detalhada sobre as matérias ligadas ao património arquitectónico português. A página é facilmente consultável e navegável, ainda que o nível de interactividade não seja muito elevado.

Não existe porém nenhuma referência a arquivos do Instituto nem possibilidade de acesso on-line, seja a uma lista, seja a conteúdos digitalizados.

A regularidade de actualização da página não é de definição óbvia, mas é provável que seja revista a períodos largos de tempo, dada a apresentação na Agenda de exposições permanentes ou de longa duração, concertos previstos com antecipação de dois a oito meses e a indicação de concursos públicos cuja data limite de entrega de candidaturas foi ultrapassada há dois meses.

Há um aproveitamento médio das oportunidades oferecidas pelo comércio electrónico, com uma lista de produtos reduzida, mas muito extensa ao nível de publicações.

RDP – Radiodifusão Portuguesa

(<http://www.rdp.pt/>)

Este site pode ser consultado em versão normal ou *flash*. No índice geral do site (www.rdp.pt/geral/h/index_f.html), podemos aceder à página de cada um dos canais da RDP (Antena 1, Antena 2, Antena 3, RDP Internacional e RDP África) e a secções gerais: Regiões, Frequências, Institucional, Destaque, Rádio em Directo, Museu da Rádio, DAB e Arquivos sonoros. A página tem versões portuguesa, inglesa e francesa.

- **Páginas dos canais:**

Todas as páginas informam sobre Frequências do canal respectivo (FM e satélite para a RDP África; satélite e onda curta para a RDP Internacional) e dispõem de um Fórum (*newsgroup* no âmbito do canal). Todas estas páginas remetem para a secção geral Rádio em Directo (http://www.rdp.pt/geral/h/radiodir_h.html), a partir da qual se pode ouvir a emissão dos vários canais em tempo real, e ainda os programas Hermandifusão Portuguesa, Contra Informação e Conversa da Treta. Comum a todas as páginas é também a secção Acerca da, que apresenta o canal e respectivos directores.

Antena 1 (http://www.rdp.pt/antena1/h/index_h.html): esta página é composta pelas secções Informação (grelha de programas informativos e contactos de e-mail da Direcção de Informação); Programação (apresentação, para cada dia da semana, da grelha de programação e sinopse de programas); Desporto (inclui: contactos da secção de desporto da Antena 1; Futebol, com classificações e resultados das competições nacionais e europeias e link para o site oficial da FPF; Outras Modalidades, com link para o site da Missão Portuguesa dos Jogos Paralímpicos Sydney 2000); Música (inclui as subsecções Objectivos; Novidades; Viva a Música; Quem é Quem; Ligações); Destaque (destaques de programação com actualização frequente). Este canal tem dois *newsgroups*, no âmbito dos quais são lançados temas para discussão: o Fórum Antena 1 e o Fórum Desporto.

Antena 2 (http://www.rdp.pt/antena2/h/index_h.html): incluem-se nesta página as secções Programação (apresenta um calendário que permite consultar a programação para cada dia do mês em curso); Destaques (de programas emitidos no mês de referência); Informação (horário dos *flashes* informativos e blocos noticiosos); Arquivos Sonoros (a mesma secção apresentada na página de abertura da RDP) e Acção Cultural (informação sobre prémios : Prémio Jovens Músicos; Prémio Maestro Pedro de Freitas, para jovens maestros; Tribuna Internacional dos Jovens Intérpretes).

Antena 3 (<http://www.rdp.pt/antena3>): nesta página, é possível aceder às secções Programação (de 2.^a a 6.^a feira, ao Sábado e ao Domingo; com *mailto* direccionado para cada animador); Hall of Fame (imagens de artistas e eventos); Info 3 (horário dos blocos noticiosos e ligação para fotografias dos colaboradores da redacção); n3t zine (notícias e links diversos); Passatempos e Destaques (destaques para o mês actual e o seguinte; permite enviar e-mails para passatempo3@rdp.pt); Entretenimento (conjunto de links para sites sobre música, organizado em "Notícias" e "Links obrigatórios"; calendários de concertos em Portugal, com ligação para o site <http://www.liveconcerts.com>; calendário de concertos na Antena 3).

RDP África (http://www.rdp.pt/afrika/h/index_h.html): esta página permite o acesso às secções Programação (grelha e sinopse de programas, de 2.^a a 6.^a feira, Sábado e Domingo); Informação (grelha de noticiários - síntese ou jornal); Destaque (dividido em Informação, com notícias da actualidade diária, e Programação).

RDP Internacional (http://www.rdp.pt/internacional/h/index_h.html): Nas secções Satélite e Ondas Curtas, as zonas de emissão são assinaladas num planisfério, sendo fornecida informação técnica complementar acerca da emissão via satélite. Esta página tem ainda uma breve secção de Destaques. É, das páginas dos canais da RDP, a mais vazia de conteúdos.

- **Secções gerais do site**

A partir do site geral da RDP, é possível consultar as seguintes secções:

Regiões (www.rdp.pt/regioes/h/index_f.html): Permite aceder a um mapa do país e activar as regiões Norte, Centro, Lisboa, Sul, Açores e Madeira. Escolhendo cada uma das regiões, é-nos fornecido o contacto do Centro de Produção respectivo, incluindo e-mail, um descritivo do Centro de Produção, a grelha de programação com a sinopse dos vários programas produzidos pelo Centro de Produção e a grelha de informação regional.

Frequências (www.rdp.pt/frequencias/h/index_f.html): Permite consultar as frequências e postos emissores dos vários pontos do país, frequências da difusão via satélite e em FM da RDP África e RDP Internacional, e frequências das emissões locais e por satélite na Bósnia, Kosovo e Timor.

Institucional (http://www.rdp.pt/geral/h/inst_h.html): Inclui Breve História; Objectivos; Serviço Público; Orgãos Estatutários (descritivo e composição da Assembleia Geral, Conselho de Administração, Fiscal Único e Conselho de Opinião); Lista de Contactos centrais e das delegações (incluindo e-mails); Legislação aplicável à RDP, radiodifusão sonora, imprensa e actividade jornalística (textos integrais; lista de links recomendados para consulta de legislação).

Destaque (<http://www.rdp.pt/geral/h/destaque/destaques.html>): Nesta secção é possível: aceder aos canais da RDP; consultar os horários de Trânsito; consultar a subsecção As Memórias de Outras Páginas (arquivo de páginas passadas da homepage da RDP); e preencher um formulário na secção de Ofertas (para receber gratuitamente um autocolante da RDP).

Rádio em Directo (já analisada)

Museu da Rádio (http://www.rdp.pt/geral/h/museu_f.html): Consiste num texto que descreve sumariamente o Museu, fornece informação sobre localização, horário e condições de acesso.

DAB (http://www.rdp.pt/geral/h/dab_f.html): *Digital Audio Broadcasting*; descrição do sistema desenvolvido por membros da União Europeia de Radiodifusão, em associação com o projecto Eureka 147 (DAB).

Arquivos Sonoros (http://www.rdp.pt/geral/h/arquivos_h.html): Também acessível a partir da página da Antena 2; nesta secção, além da descrição dos Arquivos, é fornecida informação sobre o acesso, atendimento e utilização, incluindo preçário).

O site da RDP fornece vastos conteúdos informativos, relacionados directamente - ou não - com a actividade da entidade. É patente a preocupação de uniformização estrutural do site e fidelidade a uma matriz comum, ainda que as páginas dos vários canais reflectam claramente o estatuto editorial e objectivos específicos de cada um, diferenciando-os e conferindo-lhes cunhos diferentes (inclusive a nível gráfico). É uma página de fácil navegabilidade mas que requer alguma familiaridade com o site, na medida em que, num primeiro contacto, a quantidade de informação e secções e o grafismo, por vezes, um pouco exuberante (v., por ex., o site da Antena 3) possam dificultar a circulação pelas diferentes secções. Não existem mecanismos de transacção electrónica e não transparecem quaisquer intenções comerciais (além da promoção da empresa RDP); o elevado grau de interactividade é potenciado pelos diversos *newsgroups* e pela personalização e muitos contactos de correio electrónico, que permitem ao navegante dirigir-se expressamente a muitos dos colaboradores e equipas da RDP. A actualização da página varia consoante as secções; nalgumas é referida a data da última actualização - que é, nos casos consultados, bastante recente (remontando a poucos dias ou semanas).

RTP - Radiotevisão Portuguesa, SA

(<http://www.rtp.pt>)

Na página de abertura, em <http://www.rtp.pt>, podemos aceder às grandes rubricas do site, isto é, Programação, Destaques, Informação em Real Video, Teletexto e Outra Informação, e ainda, por exemplo, ao Regulamento do Festival RTP da Canção ou ao serviço Press Line.

Em **Programação** (<http://www.rtp.pt/prog/lyprog.htm>), temos as grelhas diárias da RTP1 e da RTP2 com alguns destaques, bem como a possibilidade de aceder a grelhas dos outros canais da RTP, da semana, e das duas semanas seguintes.

Em **Informação em Real Video** (<http://www.rtp.pt/telejornal/lytelej.htm>), pode escolher-se o dia da semana em que se pretende ver o Telejornal on-line, ainda que tenhamos tido problemas no acesso nas diferentes consultas realizadas.

Em **Outra informação** (<http://www.rtp.pt/home.htm>) é possível aceder aos sites dos diferentes canais da RTP, a saber: RTP1, RTP2, RTPi, RTP África, RTP Açores e RTP Madeira, bem como ao site da TV Guia e da RTC. Desta página também se acede a outras iniciativas da empresa como a promoção de livros e de videos RTP comercializados a partir da programação da própria empresa.

Teletexto (<http://www.rtp.pt/teletexto/gif2/100-01.htm>): a página da RTP disponibiliza ainda, on-line, o serviço de teletexto, com índice de A-Z, sendo possível navegar pelas diferentes rubricas a que o telespectador tem acesso, por norma, em televisores com a função de teletexto. Farmácias de serviço, meteorologia, informação diária, desportiva, informações de ordem geral, tudo isto pode ser consultado nesta página.

Também desta última página se acede a (<http://www.rtp.pt/pressline/lypress.htm>) - **Press Line**, com serviço de última hora, com informação sobre programas em produção, últimas estreias, e outro tipo de informação, como por exemplo relativo à própria empresa.

Exemplo: o texto sobre a Autonomização Empresarial do Centro de Produção de Lisboa da RTP, ou as Conclusões Finais da Conferência de Serviço Público recentemente realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, donde se acede também à programação em geral da RTP1 e RTP2, bem como aos destaques da programação, classificados ainda por géneros e com informação variada sobre programas. Possibilidade ainda a partir desta página de um link para o Telejornal em video através de Real Player.

Para além de uma apreciação estética do site, que denota desde logo pouca homogeneidade global, nesta presença da RTP na net, o grau de interactividade relativamente aos conteúdos é ainda muito reduzido, tendo-se registado ainda impossibilidade técnica de aceder ao Telejornal on-line quando por diversas vezes se pretendeu aceder às principais peças do Telejornal da véspera. Do nosso ponto de vista é precisamente neste âmbito do acesso aos conteúdos televisivos que nos parece haver uma das maiores lacunas do site, na medida em que ainda não é possível o visionamento de outros programas do arquivo da RTP, arquivo histórico ou mesmo arquivo mais recente, nem tão pouco se abriu ainda a possibilidade de importar ficheiros úteis em regime de e-comm, ou com facilidades para a investigação.

ANEXO 2

Questionário Genérico e Adenda sobre Acessibilidade aos Conteúdos Culturais Públicos

QUESTIONÁRIO MODELO

1. ENTIDADE

1.1. Identificação

Nome:

Cargo:

Morada:

Fax:

Tel:

E-mail:

Homepage:

2. FUNDOS/COLECÇÕES/ARQUIVOS/PATRIMÓNIO

2.1. Descrição

Arquivo Fotográfico

Arquivo Audiovisual

Arquivo Bibliográfico/Documental

Arquivo Sonoro

Outros

2.2. Condições de conservação/ projectos de restauro

3. DIGITALIZAÇÃO

3.1. Critérios/Objectivos

Conservação

Facilidade de consulta

Racionalização do espaço

Outros

3.2. Volume Digitalizado

Arquivo Fotográfico

Arquivo Audiovisual

Arquivo Bibliográfico

Arquivo Sonoro

Outros

3.3. Projectos

3.3.1. Em Curso (Designação; Suporte; On-line/Off-line; E-comm)

3.3.2. Previstos

3.4. Condicionalismos/Obstáculos

Ordem jurídica

Ordem financeira

Ordem logística

Ordem tecnológica

Ordem funcional

Outras

4. POLÍTICAS DE UTILIZAÇÃO/ACESSIBILIDADE

4.1. Condições de Acesso

público

restrito/autorização prévia (público-alvo)

gratuito/pago

acesso: integral/parcial

Questionário

Acessibilidade aos Conteúdos Culturais Públicos (Adenda)

Departamento / Entidade _____

Nome do Responsável pelo Preenchimento _____

1. Políticas de Utilização/Acessibilidade

1.1. Caracterização dos Públicos/Frequência

Classifique os seguintes tipos de 1 a 6, sendo que (1) é o tipo mais frequente e (6) quando não se registre um dos tipos indicados.

- a) Indiferenciado /Geral _____
- b) Instituições de Ensino _____
- c) Instituições de Investigação _____
- d) Empresas _____
- e) Instituições do Estado _____
- f) Fundações _____
- g) Associações _____
- h) Outros _____ Quais? _____

1.2. Se assinalou "empresas" como um dos tipos de público refira as categorias mais frequentes:

- a) Pública _____
- b) Privada _____
- c) Nacional _____
- d) Estrangeira _____

1.3 Sectores de Actividade

Classifique de 1 a 5 de acordo com a frequência, sendo (1) o mais e (5) o menos frequente:

- a) Meios de Comunicação Social _____
- b) Marketing e Publicidade _____
- c) Cinema /Produção Audiovisual _____
- d) Indústria _____
- e) Moda _____
- f) Edição/Publicação _____
- g) Turismo _____
- h) Serviços _____
- i) Multimedia _____
- j) Outros _____ Quais? _____

1.3. Condições de acesso

1.4.1. Tipos de Público

Assinale as condições de acesso em função dos públicos:

Condições de acesso	Instituições Públicas	Empresas Privadas	Público em Geral	Investigadores	Fundações	Associações	Outros
Pago							
Gratuito							
Descontos especiais							
Autorização prévia							
Outras							

* Se indicou “Outros públicos” ou “Outras condições de acesso, explicita p.f.: _____

1.4.2. Tipo de Conteúdos

Assinale o tipo de restrições em função dos principais conteúdos:

Principais Tipos de Conteúdos	Acesso Restrito	Acesso Pago	Autorização Prévia

Obs. No caso de acesso pago (em um ou nos dois quadros) insira p.f. as tabelas ou exemplos de preços praticados.

1.4.3. Tipos de Procura

Especifique as limitações à procura (reprodução / consulta, etc.) em função dos tipos de conteúdos culturais de excepção (objectos / fundos / colecções / acervos).

1.4.4. Direitos de Autor

1.4.4.1. Indique em que casos é exigido o pagamento de direitos de autor:

- | | |
|--------------------------------------|---------------------------------------|
| Utilização para fins didáticos | <input type="checkbox"/> |
| Utilização para fins de investigação | <input type="checkbox"/> |
| Utilização para fins comerciais | <input type="checkbox"/> |
| Outras utilizações | <input type="checkbox"/> Quais? _____ |

1.4.4.2. Se assinalou "Utilização para fins comerciais" em 1.4.4.1, indique os custos de direitos de autor em função das grandes categorias de conteúdos e dos tipos de suporte (anexe p.f. tabelas de preços praticados).

1.4.5. Propriedade Intelectual

Indique os tipos de conteúdos que requerem a divisão da propriedade intelectual entre a entidade detentora dos respectivos direitos (o respondente) e a entidade que os adquire para fins comerciais.

2. Indicadores Económicos

2.1. Refira p.f. o valor do orçamento total em 1998

Orçamento total de 1998..... contos

Orçamento específico para conteúdos culturais..... contos

2.2. Segmentação do Orçamento Específico

Indique os valores absolutos do investimento em função das áreas relacionadas com conteúdos culturais.

Áreas do Orçamento Específico	1997		1998		1999 (estim.)		2000 (estim.)		2001 (estim.)	
	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos	Despesas Correntes	Investimentos
Digitalização / Multimédia com recursos próprios										
Digitalização / Multimédia com recursos externos										
Produção										
Marketing/ Publicidade										
Aquisições										
Edição										
Formação										
Outras: _____										
Outras: _____										
Outras: _____										
Outras: _____										

2.3. Receitas/Conteúdos Culturais

2.3.1. Volume Total de Receitas..... □□□□□□ contos

2.3.2. Desagregue as principais áreas de receitas, as suas formas de rentabilização e tipos de produtos e serviços com valor de mercado.

Áreas de Receitas	Milhares de escudos	%
Mecenato		
Bilheteira		
Direitos		
Prestação de serviços		
Loja/publicações		
Fundos Comunitários		
Patrocínios/apoios de privados/		
Arrendamento de espaços		
Subsídios Estatais		
Outras: _____		
Outras: _____		
Outras: _____		
Outras: _____		
Outras: _____		
Outras: _____		
Outras: _____		
Outras: _____		

Obs.: esta questão tem por objectivo tipos de produtos e serviços criados com valor de mercado a partir dos conteúdos culturais existentes na instituição.

3. Digitalização / Formatação Multimédia de Conteúdos

3.1 Indique se os projectos de digitalização ou formatação multimédia dos conteúdos são efectuados:

3.1.1 Pela Instituição

N.º de Funcionários envolvidos: _____

Formação Específica/Acções de Formação: _____

Principais Projectos realizados/em curso: _____

3.1.2 Por Terceiros

Empresas Contratadas (Designação, tipo) _____

Principais Projectos Realizados /em curso

3.1.3 Caso tenha assinalado "Por terceiros", refira os critérios de selecção da entidade contratada:

Relação Qualidade/Preço

Prazo apresentado

Recursos técnicos

Curriculum da empresa

Outros

Quais? _____

Este questionário termina aqui. Obrigado